



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,  
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA (PPGHIS)**

**O NORDESTE, O PIAUÍ E A PATRIMONIALIZAÇÃO DE PORTO DAS BARCAS  
(1987-2012)**

**HAMANDA MACHADO DE MENESES FONTENELE**

Foz do Iguaçu  
2023

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,  
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
(PPGHIS)**

**O NORDESTE, O PIAUÍ E A PATRIMONIALIZAÇÃO DE PORTO DAS BARCAS (1987-  
2012)**

**HAMANDA MACHADO DE MENESES FONTENELE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Dr. Hernán Venegas Marcelo.

Foz do Iguaçu  
2023

HAMANDA MACHADO DE MENESES FONTENELE

**O NORDESTE, O PIAUÍ E A PATRIMONIALIZAÇÃO DE PORTO DAS BARCAS (1987-2012)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Hernán Venegas Marcelo  
(UNILA)

---

Prof. Dra. Viviane Gomes de Ceballos  
(UFCG)

---

Prof. Dra. Tereza Maria Spyer Dulci  
(UNILA)

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação  
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

F683

Fontenele, Hamanda Machado de Meneses.

O Nordeste, O Piauí e a patrimonialização de Porto das Barcas (1987-2012) / Hamanda Machado de Meneses Fontenele. - Foz do Iguaçu-PR, 2023.

106 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História. Programa de Pós-Graduação em História. Foz do Iguaçu-PR, 2023.

Orientador: Hernán Venegas Marcelo.

1. Porto das Barcas. 2. Patrimonialização. 3. História. I. Marcelo, Hernán Venegas. II. Título.

CDU 94"1987/2012"(812.2)

*Dedico este trabalho a Catarina, minha principal e mais complexa obra.*

## AGRADECIMENTOS

Escrever essa dissertação de mestrado provavelmente foi o maior desafio da minha existência (até o momento). Muitas foram as dificuldades que apareceram no meio do caminho e dificuldades atípicas (porque tudo acontece quando se inicia um mestrado). A princípio, eu pensava que seria uma tarefa fácil, tendo em vista a experiência da graduação, mas nesse momento não tivemos que enfrentar o isolamento social causado pela pandemia do COVID-19 e todas as ameaças que vieram junto. Em meio a uma pandemia consegui algo que parecia improvável pra mim, um mestrado numa instituição Federal longe de casa e junto com minha grande amiga Juliana Sousa. Eu só pensei em ir independente das dificuldades, pois tudo que parecia improvável encontrou um jeito de dá certo.

Não foi fácil viver uma dimensão acadêmica estando fora desse universo, mas conseguimos! E conseguimos (no plural mesmo) porque no meio dessa trajetória eu nunca estive sozinha. Eu experimentei a confiança em Deus e até aqui Ele me ajudou, me impulsionando em todos os obstáculos. Tive amigos dentro do PPGHIS que me deram força, como Juliana e Alanna Saito, a quem devo gratidão. No meio dessa trajetória eu casei e engravidei e meu esposo Hotavio Fonseca foi meu principal apoiador desde o início. Meu irmão, Artur, outro grande apoiador, que continua se alegrando com minhas vitórias como se fosse dele, também merece minha gratidão. Meus pais não compreendem muito bem a dimensão disso tudo, mas eu sei que se alegram por mim e eu os agradeço porque me incentivaram a estudar. E nesse meio, a Catarina apareceu nas nossas vidas, e cada página aqui é dedicada a ela, minha principal e mais complexa obra.

Devo gratidão também ao meu orientador Hernán Venegas Marcelo. Ele foi excepcional no seu trabalho! Me mostrou novos caminhos para a escrita me fazendo sair da caixa – exatamente como eu queria. Com paciência e mansidão me ajudou demais, ainda que nunca tenhamos nos encontrado pessoalmente – fato que não fez diferença na execução dessa orientação. A professora Gianne Lessa Marinho, a quem me cedeu a oportunidade de estágio, mas também atenção e confiança: gratidão. A professora Rosangela de Jesus Silva, que ministrou a disciplina de Seminário de Pesquisa em Modernidades, Instituições e Linguagens, também sou grata pelos conselhos e questionamentos que me fizeram pensar a condução da escrita.

## RESUMO

A presente dissertação de mestrado faz um estudo histórico da patrimonialização do complexo cultural Porto das Barcas, localizado em Parnaíba, cidade do estado de Piauí, Nordeste brasileiro, visando ampliar a perspectiva crítica e histórica da atuação das políticas e instituições patrimoniais no âmbito local e regional. Porto das Barcas é um marco fundador da cidade de Parnaíba e da região norte piauiense e foi objeto de tombamento iphaniano em âmbito federal e inscrito nos Livro de Tombo Histórico e no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 2008. Acompanha a reflexão sobre a patrimonialização em diversas escalas, um olhar crítico e histórico-cultural sobre o Nordeste, o Piauí e Porto das Barcas que questiona imagens frequentemente associadas ao Nordeste, em parte resultantes da atuação do IPHAN na região. Para tais empreitadas definimos como recorte o período compreendido entre 1987 e 2012, por ser esses anos correspondentes a inserção do Porto das Barcas na pauta das políticas públicas do patrimônio cultural. Do ponto de vista teórico esta dissertação de mestrado dialoga com a história regional e local e com o campo da memória social tendo como debate de fundo a relação entre história e política cultural. Espera-se que sua leitura contribua para enriquecer o conhecimento histórico sobre o patrimônio cultural do Nordeste, do Piauí e, notadamente, de Porto das Barcas.

**Palavras-chave:** Porto das Barcas. Patrimonialização. História. Nordeste. Piauí.

## ABSTRACT

The present master's thesis makes a historical study of the heritage of the Porto das Barcas cultural complex, located in Parnaíba, a city in the state of Piauí, northeastern Brazil, aiming to broaden the critical and historical perspective of the performance of heritage policies and institutions at the local and regional levels. Porto das Barcas is a founding landmark of the city of Parnaíba and of the northern region of Piauí and was object of iphanian tombamento at the federal level and inscribed in the Historical Tombo Book and in the Archeological, Ethnographic and Landscape Tombo Book in 2008. The reflection on patrimonialization in several scales is accompanied by a critical and historical-cultural look at the Northeast, Piauí and Porto das Barcas that questions images often associated with the Northeast, partly resulting from IPHAN's actions in the region. The period between 1987 and 2012 was defined as a cutout for such endeavors, as these years correspond to the insertion of Porto das Barcas in the agenda of cultural heritage policies. From the theoretical point of view, this master's dissertation dialogues with regional and local history and with the field of social memory, having as background debate the relationship between history and cultural policy. It is hoped that its reading will contribute to enrich the historical knowledge about the cultural heritage of the Northeast, Piauí and, notably, Porto das Barcas.

**Key words:** Porto das Barcas. Heritage. History. Northeast. Piauí.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Localização geográfica do Porto das Barcas	17
<b>Figura 2</b> – Capa do livro “A invenção do Nordeste e outras artes”	22
<b>Figura 3</b> – Os retirantes	23
<b>Figura 4</b> – Divisão territorial do Nordeste	24
<b>Figura 5</b> – Vila de São João da Parnaíba, 1809	34
<b>Figura 6</b> – Patrimônio do Piauí tombado na fase heroica (1937-1967)	44
<b>Figura 7</b> – Porto das Barcas se torna um cortiço (1970)	58
<b>Figura 8</b> – O Delta do rio Parnaíba	59
<b>Figura 9</b> – Patrimônio Industrial de Parnaíba	65
<b>Figura 10</b> – Cidades Históricas notificadas ou em processo de estudo	70
<b>Figura 11</b> – Poligonal de tombamento identificada no SICG	73
<b>Figura 12</b> – Conjunto Porto das Barcas e galpões portuários	74
<b>Figura 13</b> – Margem do rio Igarapu – Porto das Barcas	75
<b>Figura 14</b> – Margem do rio Igarapu – Galpões Portuários	75
<b>Figura 15</b> – Mapa da Rota das Emoções	79
<b>Figura 16</b> – Mapa do turismo brasileiro	81

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1** – Quadro de distribuição das Cidades Patrimônio por estado da Federação

**Tabela 2** – Opiniões dos visitantes do Porto das Barcas – Parnaíba

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAL	Academia Parnaibana de Letras
CCA	Comissão de Coordenação e Acompanhamento
CNPU	Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
COMEPI	Companhia Editorial do Piauí
CONDUR	Conselho de Desenvolvimento Urbano
CONSPAC	Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de
DCR	Divisão de Conservação e Restauração
DEPAM	Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FUNDAC	Fundação Cultural do Piauí
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGGP	Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba
INBISU	Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos
INPAR	Instituto Parnahiba
IPAC	Inventário do Patrimônio Artístico e Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MES	Ministério da Educação e Saúde
MINC	Ministério de Cultura
MINIPLAN	Ministério do Planejamento – Parnaíba
MP	Ministério do Planejamento
MTB	Mapa do Turismo Brasileiro Parnaíba
PCH	Programa das Cidades Históricas
PRODETUR	Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo
SECULT	Secretaria Estadual de Cultura
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFDPAR	Universidade Federal do Delta do Parnaíba
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**SUMÁRIO**

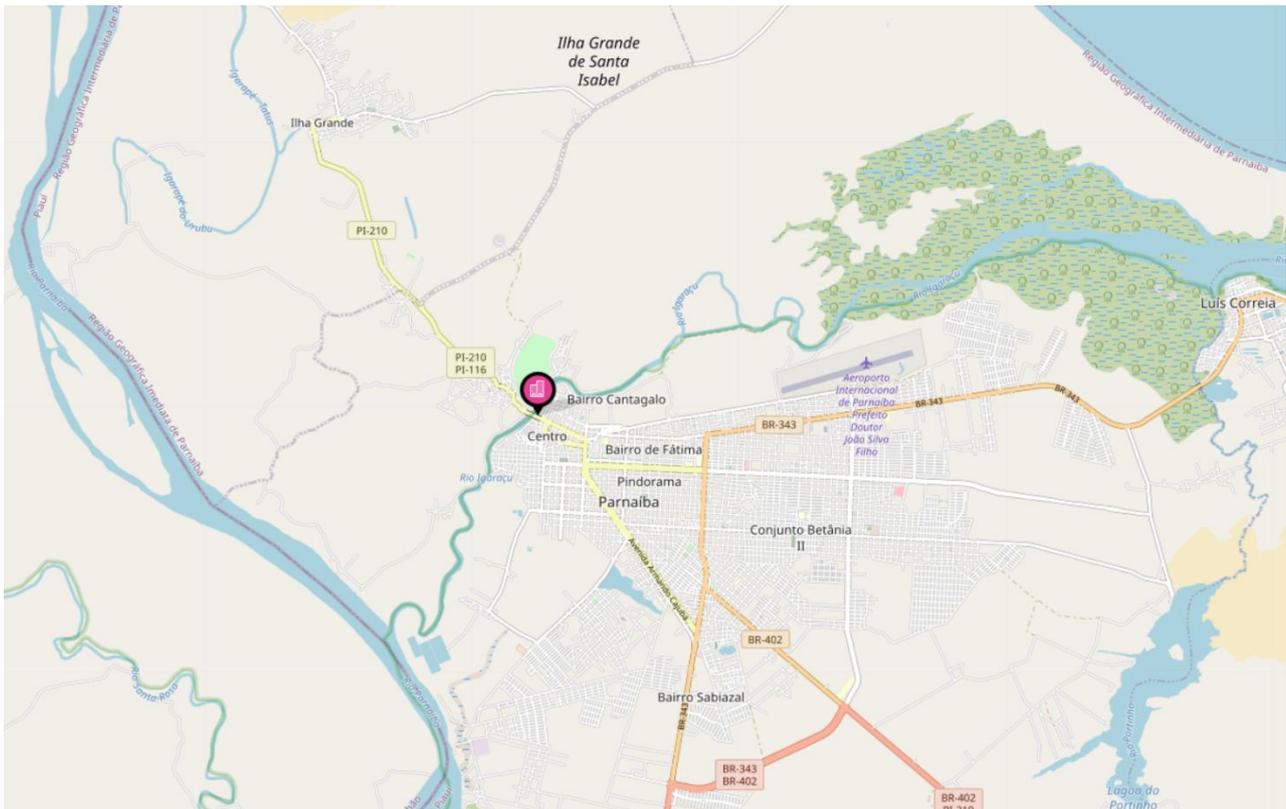
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. NORDESTE, PIAUÍ E PORTO DAS BARCAS .....</b>	<b>22</b>
2.1 O NORDESTE .....	22
2.2 O PIAUÍ E PORTO DAS BARCAS .....	33
2.3 O NORDESTE E O PIAUÍ DO IPHAN.....	43
<b>3. A PATRIMONIALIZAÇÃO DO PORTO DAS BARCAS .....</b>	<b>56</b>
3.1 A PATRIMONIALIZAÇÃO DE PORTO DAS BARCAS – OS ÂMBITOS E ESTADUAIS E MUNICIPAIS.....	56
3.2 O PORTO DAS BARCAS E O IPHAN.....	71
3.3. PORTO DAS BARCAS: ENTRE OS BENS CULTURAIS E O TURISMO...83	
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>100</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Trazer o Porto das Barcas para o âmbito acadêmico não é uma novidade, visto que já existe uma série de pesquisas nas mais diversas abordagens e contextos a respeito desse bem cultural. Contudo, o historiador e pesquisador José D' Assunção Barros (2012) considera que o pesquisador costuma pesquisar aquilo que lhe é familiar. Essa foi uma das razões pessoais pela qual escolhi essa espacialidade como objeto de pesquisa, tendo em vista que fez parte do meu cotidiano, desde a infância, como um lugar de lazer, até aprender a trabalhar o “olhar acadêmico” na graduação, observando-o agora como um espaço rico para pesquisa. Mas além das motivações subjetivas, o Porto das Barcas também representa um centro de discussões em âmbito acadêmico que é crescente tanto no Piauí quanto no Brasil, relacionado ao campo do patrimônio cultural.

Compreendendo as motivações acadêmicas e pessoais que direcionam essa pesquisa, cabe também situar geograficamente o Porto das Barcas. Trata-se de um conjunto de edificações portuárias localizado nas margens do rio Igaráçu, na cidade de Parnaíba, localizada na região norte do Piauí e consiste num conjunto de galpões edificados no século XVII, utilizado para comércio internacional de produtos extrativistas. Foi nas margens do rio Igaráçu que a cidade de Parnaíba começou a se formar, inicialmente como um vilarejo chamado Testa Branca, no qual não restaram vestígios materiais. Posteriormente, os habitantes avançaram para o Porto das Barcas, onde funcionava o abate das reses, o curtume, bem como a atividade portuária que favoreceu a chegada de diversos novos habitantes. Desde o enfraquecimento das atividades comerciais em 1950, o Porto das Barcas ficou abandonado, sendo ocupado como cortiço e somente na década de 1980, houve um resgate dessa edificação sob a perspectiva de “patrimônio cultural”.

**Figura 1** – Localização geográfica do Porto das Barcas



Fonte: Mapa da Cultura, 2017.

Do ponto de vista das pesquisas acadêmicas, os estudos sobre as políticas do patrimônio cultural no Brasil elaborados por historiadores e/ou pesquisadores interessados até meados da década de 1990 permaneceram como uma discussão secundária, tendo em vista que as principais abordagens eram voltadas para outros campos e objetos da História. Essa inserção tardia se deu em razão do patrimônio cultural ser incluído como tema de estudo das disciplinas sociais e humanas nas instituições de ensino superior brasileiras a partir dos anos noventa (MARCELO, 2011). Expandindo as fronteiras para a América Latina, o antropólogo Néstor García Canclini afirma que “nos estudos e debates sobre a modernidade latino-americana, a questão dos usos do patrimônio continua ausente” (CANCLINI, 2003, p. 160). Tal fator corroborou também para considerarmos que esse campo de estudo ainda abre espaço para muitas pesquisas em diversas dimensões espaciais. Dentre essas dimensões, nos limitamos ao estudo dos aspectos que envolvem a patrimonialização dos bens culturais no Piauí, em especial ao Porto das Barcas.

A inserção do patrimônio na pauta do poder público federal é comumente associada ao decreto nº 25/1937 do IPHAN, que cria a categoria do “patrimônio histórico e artístico nacional”. Contudo, ao direcionarmos a história das políticas públicas de preservação do patrimônio para o final do século, mais precisamente para a Constituição

Federal de 1988, o patrimônio histórico e artístico nacional, torna-se também cultural. Consoante o artigo nº 216 da referida Constituição, conceitua-se o patrimônio cultural da seguinte maneira:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Em razão da legislação e dos estudos voltados para os bens culturais, a patrimonialização consiste na ação de valorização por meio da salvaguarda do patrimônio tangível e intangível. Tal prática é inerente ao ser humano, que visa a salvaguarda do patrimônio cultural que corresponde a sua memória e a sua identidade. Por essa razão, a patrimonialização dos bens culturais é um exercício que atravessa o tempo e se ressignifica, ora com os antiquários renascentistas, ora por meio de políticas públicas, tal como na França oitocentista - momento ímpar para a consolidação do conceito moderno de patrimônio. Como resultado dessa trajetória, o conceito de patrimônio é considerado nômade (CHOAY, 2006) uma vez que transita e se adequa a contextos históricos diversos. A origem deste conceito parte de uma perspectiva do direito romano relacionada à herança familiar e desde o século XIX, com a formação dos estados nacionais, o patrimônio passou a ser relacionado à herança cultural. Em virtude desse atravessar de temporalidades, o geógrafo espanhol Horacio Capel (2014) considera que o patrimônio serviu tanto para construção do passado, quanto para construir o futuro.

Embora o conceito de patrimônio seja antigo e plural, tendo em vista suas adaptações, no Brasil podemos considerá-lo recente. Ainda que pesquisadores defendam a tese da existência de uma categoria de patrimônio antes da sua institucionalização (POSSAMAI, 1979; CHUVA, 1997; ROCHA-PEIXOTO, 2008) consideramos que no Brasil, o conceito de patrimônio cultural tenha se formado na década de 1930 com a idealização do SPHAN, atual IPHAN. Esse cenário representa o ponto de partida de implementações de políticas de salvaguarda dos bens culturais brasileiros, a princípio de natureza material. Para que essas políticas fossem idealizadas, houve a participação de uma classe de intelectuais, partindo da semana de arte moderna de 1920, que atuou em prol da existência

de uma cultura notadamente nacional através das mais diversas artes, culminando com o anteprojeto de Mário de Andrade que deu corpo ao SPHAN.

Por esse ângulo, consideramos que a noção de valor histórico e cultural adotado pelo IPHAN também é balizada pela historiografia, refletindo o trabalho do campo intelectual. Tal raciocínio fundamenta-se ainda na perspectiva da historiadora Maria Cecília Londres Fonseca (2017), em sua obra “O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil”. Dentre os muitos pontos discutidos nesta obra, Maria Cecília Londres Fonseca relata a interferência dos intelectuais na construção do simbolismo patrimonial para a ideia de nação, colocando em contraste as diversas perspectivas modernistas em confronto com outras correntes do início do século XX, como os regionalistas. Tais grupos planejaram construir uma ideia de nação com base na cultura, de um lado, modernistas voltados para Minas Gerais como símbolo de brasilidade e de outro, os regionalistas voltados para o Nordeste como gênese da cultura nacional. Em ambos os casos, o patrimônio é a linha de fundamentação que colabora com o ideário. Nessa mesma perspectiva compreendemos que os intelectuais ainda participam da formação ou preservação do simbolismo patrimonial.

Nesse sentido, traçamos como objetivo principal desta dissertação de mestrado desenvolver um estudo em perspectiva histórica da patrimonialização de Porto das Barcas e seus efeitos em âmbito regional e local, visando ampliar a perspectiva crítica e histórica da atuação das políticas e instituições patrimoniais nesses mesmos espaços. Para tanto, escolhemos como recorte de tempo inicial, o ano 1987, quando o Porto das Barcas foi contemplado com o tombamento estadual através do decreto n.º 6.924 de 09/12/1986 e o ano final 2012, quando é findado o tombamento federal (Processo n.º 01450.005681/2008-22) resultando na inserção do Porto das Barcas no Livro de Tombo Histórico e no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

O objetivo geral se desdobra ainda em objetivos secundários, que se tratam: de um estudo em perspectiva histórica da construção do patrimônio cultural na região Nordeste; da interpretação historiográfica do Porto das Barcas em relação à memória e identidade de Parnaíba; de uma problematização sobre a patrimonialização do Porto das Barcas em diferentes esferas de poder e a análise dos possíveis resultados de aplicação dessas políticas do patrimônio cultural voltada para o Porto das Barcas. Para o desenvolvimento desses objetivos, dividimos o texto em dois capítulos em que o primeiro é destinado a um estudo em perspectiva crítica e analítica da formação cultural – desde a concepção intelectual à institucional através da atuação do IPHAN no Nordeste, como uma

geografia geral em que se insere o Porto das Barcas. O segundo capítulo, destina-se ao estudo aprofundado do processo de patrimonialização em níveis municipal, estadual e federal do Porto das Barcas, no qual o turismo tem sido um fator importante.

O primeiro capítulo intitulado “O Nordeste, Piauí e Porto das Barcas” traz como objeto de discussão uma leitura na perspectiva histórica desses intelectuais a respeito da região Nordeste, julgando que essa leitura também foi fundamental para a formação da perspectiva de patrimônio cultural da região. Compreendemos que a idealização dos artistas e intelectuais foi fundamental também para a formação da ideia do que seria o patrimônio cultural brasileiro, partindo dos bens tangíveis representados pela cultura material. Esse ponto de partida dado por essa classe é defendido por historiadores e demais pesquisadores consagrados na historiografia brasileira, como Márcia Regina Romeiro Chuva, Márcia Sant'Anna, Maria Cecília Londres Fonseca, José Reginaldo dos Santos Gonçalves, Ulpiano Bezerra de Menezes, entre outros.

Para a execução desse capítulo adotamos como aporte metodológico a análise historiográfica, como também um estudo das teses e dissertações já escritas sobre as geografias referentes ao Nordeste, Piauí e Porto das Barcas. Essas leituras permitiram perceber os traços que se repetem nas obras historiográficas e que corroboram para definir perspectivas manifestas; isto é, os estereótipos relacionados a cultura dessas geografias. Além disso, essa reflexão fundamenta-se nos conceitos historiográficos de memória e identidade (NORA, 1993; POLLAK, 1992; OLIVEN, 2011), como também de região (FREYRE, 1926; ALBUQUERQUE Jr, 2011; ANDRADE, 2015) tendo em vista que tais conceitos tanto utilizados no meio acadêmico, também colaboram para a construção do imaginário social sobre o Nordeste, Piauí e Porto das Barcas.

Com o intuito de desenvolver uma escrita ordenada, o primeiro capítulo divide-se em três subcapítulos, em que o primeiro, intitulado “Nordeste” visa discutir a formação da identidade cultural da região com base nas produções modernistas e regionalistas. Junto a Minas Gerais, a região Nordeste, em específico, os estados da Bahia e Pernambuco, foram alvo de interesse desses intelectuais. Logo, a pergunta que levantada é: Qual é a perspectiva desses intelectuais em relação à região? Mediante produções como “Os Sertões” de Euclides da Cunha, “O turista aprendiz” de Mário de Andrade, “Capítulos de História Colonial”, de Capistrano de Abreu e “O Nordeste” de Gilberto Freire, percebemos ainda que tais discussões a respeito do que é a região Nordeste também são direcionadas a um denominador comum: “O que deve ser preservado no âmbito da cultura material?”

Essa última questão norteou a atuação do IPHAN nos seus primeiros anos, na denominada "fase heroica", em relação aos bens culturais, como também o segundo subcapítulo intitulado "O Piauí e o Porto das Barcas". Neste subcapítulo discutimos mais especificamente, a história, memória e identidade através, primeiramente, da exposição do contexto histórico de formação do Piauí e da cidade de Parnaíba. Consideramos a hipótese de que a materialidade encontrada no Porto das Barcas é evocada pela historiografia porque consiste na lembrança de um passado positivo para a sociedade rememorar, enquanto o núcleo mais antigo, Testa Branca, a qual não restam vestígios, não contribui para essa mesma lembrança. Como aporte teórico para essa discussão, encontramos apoio na produção historiográfica local que compartilha perspectiva histórica semelhante sobre o Porto das Barcas (PORTO, 1974; REGO, 2010; NUNES, 2007).

Nesse sentido, partimos das dissertações e teses concluídas desde o início dos anos 2000 como norteadoras dessa pesquisa, uma vez que é nesse contexto que as primeiras produções acadêmicas como patrimônio começam a ser desenvolvidas. Entre as obras identificadas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, estão "O monumento habitado: a preservação de sítios históricos na visão dos habitantes e dos arquitetos especialistas em patrimônio: O caso de Parnaíba, 2001." e "Arquitetura e urbanismo no Piauí: formação e identidade" de Diva Maria Figueiredo, "Parnaíba Cosmopolita: Um estudo da sua arquitetura vinculada às formas tradicionais e às inovações da segunda metade do século XIX e metade do século XX" e "O ecletismo parnaibano: hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX" de Neuza Brito de Arêa Leão Melo, "Cadernos do patrimônio cultural do Piauí" de Áurea da Paz Pinheiro, "Rio Parnaíba: cidades-beira" de Gercinair Silvério Gandara e "A gestão do patrimônio: Estratégias da Preservação do Patrimônio Cultural na Cidade de Parnaíba – Piauí" de Deborah Padula Kishimoto. Esses trabalhos foram produzidos em diversas instituições como: Universidade Federal do Piauí, Universidade de Brasília e Universidade Federal de Pernambuco.

Os estudos sobre o Porto das Barcas, por vezes apontam uma característica comum, que é o saudosismo em relação a um passado construído em âmbito intelectual e atribuem ao bem cultural em questão um olhar utópico que incide na relação com a memória. Esse passado manifesta-se no traçado arquitetônico e um passado que também insere a cidade de Parnaíba ao mapa cultural do Nordeste, pautado nos aspectos resultantes do período colonial. Através dessa leitura sobre o ofício do historiador na

construção da memória social, somos direcionados ao terceiro subcapítulo do primeiro capítulo, intitulado “O Nordeste e o Piauí do IPHAN”.

Nesse último subcapítulo, partimos de um estudo sobre a presença do Nordeste e do Piauí na do Instituto de Patrimônio Artístico e Nacional (IPHAN) através do tombamento dos bens culturais. Para tanto, analisamos a atuação da instituição nesta região em suas fases heroica e moderna e por conseguinte, também analisamos a atuação do IPHAN no Piauí, desde a instalação do primeiro posto no estado. Para isso, além da análise das inscrições nos livros de tomo, também analisamos as características dos bens tombados através de planilhas fornecidas na plataforma do IPHAN. Essas análises somam-se para compreender os questionamentos respondidos nos subcapítulos anteriores a respeito da interferência dos intelectuais na formação da categoria de patrimônio. Sobretudo, em como os bens que narram a história da nação presentes no Nordeste de maneira geral e no Piauí, de maneira específica, sofreram interferência desses intelectuais na sua constituição.

Com base nessa discussão acerca da atuação do IPHAN no Nordeste, somos direcionados ao segundo capítulo, intitulado “A patrimonialização do Porto das Barcas”. Esse capítulo também é dividido em três subcapítulos que objetivam problematizar a natureza, trajetória e complexidade da patrimonialização em diversas esferas: a estadual, a municipal e a federal. Percebemos que a inserção do Porto das Barcas no âmbito dos estudos acadêmicos do patrimônio se deu de maneira tardia, considerando que no cenário nacional, as medidas de atuação do Estado na preservação do patrimônio formaram-se na década de 1930 com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Nesse contexto, o Porto das Barcas não atendia essa pauta, pois ainda era considerado um espaço de prática comercial. Através do tombamento, todos os prédios que constituem o Porto das Barcas e adjacências presentes no trecho do Rio Igarapu passaram a ser protegidos por legislação.

Em razão disso, o primeiro subcapítulo, intitulado “A patrimonialização do Porto das Barcas antes do IPHAN - os âmbitos estadual e municipal” se ocupa de fazer um estudo crítico do contexto e efeitos de aplicação do tombamento estadual através do Decreto nº6.924 de 09/12/1986. Trata-se de um momento em que as políticas de salvaguarda dos bens patrimoniais despontaram no estado apoiadas pela criação do Programa Cidades Históricas - PCH (1975) que direcionou um diálogo entre o IPHAN e os estados, contribuindo para motivar a efetivação de políticas para o patrimônio cultural. Partindo disso, questionamos sobre as motivações que conduziram a esse interesse

voltado para o Porto das Barcas, tendo em vista que surgiu mais de quarenta anos após a criação do IPHAN e conseqüentemente, a implantação de ações voltadas para o patrimônio cultural no Brasil. Junto ao decreto estadual, também analisamos a Lei Municipal nº 1908/03 que instituiu o instrumento “tombamento” em âmbito municipal e criou o “Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Parnaíba”. Essas leis podem ser consideradas inaugurais de uma nova perspectiva sobre o que consideramos o patrimônio tangível de Parnaíba e, portanto, dentro dos pressupostos teóricos e metodológicos de análise em relação a tal hipótese, investigamos neste subcapítulo a efetivação de tais leis.

Essa discussão parte do processo de patrimonialização dos bens culturais e está apoiada na perspectiva teórica pensada por Dominique Poulot (2009), Reginaldo dos Santos Gonçalves (2001; 2007; 2015; 2019) e Ulpiano Bezerra de Meneses (2009). Consideramos a “retórica da perda” pensada por Reginaldo dos Santos Gonçalves (1996) como uma perspectiva importante para explicar a relação da sociedade com o patrimônio, tendo em vista as dinâmicas postas em prática para preservar em detrimento de um futuro com demandas aceleradas que tendem a apagar o patrimônio e todo o seu simbolismo. Em meio a essa discussão teórica, o conceito de “bem cultural” seguindo a visão do IPHAN, encontrada no Dicionário de Patrimônio Cultural da instituição, em que consta a seguinte definição:

Na verdade, qualquer bem produzido pela cultura é, tecnicamente, um bem cultural, mas o termo, pela prática, acabou se aplicando mais àqueles bens culturais escolhidos para preservação – já que não se pode e nem se deve preservar todos os bens culturais –, fazendo com que, no jargão patrimonial – e por força de convenções internacionais –, a locução bem cultural queira se referir ao bem cultural protegido (CARSALADE, 2016, p. 14)

Nesse processo, deposita-se no bem, valores social e culturalmente construídos pela comunidade que deseja preservar e promover entre seus membros. Como aponta Ulpiano Bezerra de Meneses (2009) o patrimônio cultural forma-se através dessa atribuição de valores e, portanto, encontra nessa característica sua mutabilidade. Seguindo-se a investigação da legislação local aplicada ao Porto das Barcas, objetivamos no segundo subcapítulo intitulado “O Porto das Barcas do IPHAN”, investigar as motivações que levaram ao tombamento ao nível Federal desse patrimônio cultural e sua inserção nos Livros de Tombo do IPHAN. Para tanto, partimos de um estudo primeiramente do contexto iphaniano, isto é, de atuação na instituição no Piauí, considerando que o tombamento do Porto das Barcas deu-se de maneira diferente, uma vez que foi implantado o projeto-piloto de “tombamento em rede” que culminou com a criação do dossiê “*Cidades do Piauí*”

*Testemunhas da Ocupação do Interior do Brasil durante o século XVIII – Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba”.*

É importante mencionar que o processo nº1554-T-08 instituiu não somente o tombamento do Porto das Barcas, mas do Conjunto Histórico e Paisagístico da cidade de Parnaíba, formado por um conjunto de 834 edificações que rememoram do século XVIII ao século XX. Enquanto parte do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, o Porto das Barcas também foi inserido no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, bem como no Livro de Tombo Histórico. Como se pode interpretar pelos livros em que foram inscritos, não são precisamente os valores artísticos os protagonistas, mas os de tipo histórico, arqueológico, etnográfico e paisagístico. Os interesses do IPHAN em implantar essa medida estão relacionados à sua visão de cidade, no qual Márcia Sant’Anna (1995) classificou como “cidade monumento” as primeiras cidades históricas tombadas, que tinham como base a supervalorização estética e histórica dos bens patrimoniais de natureza material.

Com o avanço da industrialização e das novas dinâmicas urbanas, coube a criação de uma nova abordagem para as cidades-patrimônio distanciada da perspectiva estética, chamada de “cidade documento” (SANT’ANNA, 1995). Desde o final da década de 1990, a atuação do IPHAN foi intitulada como “cidade atração”, houve a consolidação do vínculo com o turismo, especialmente nas cidades históricas do Nordeste. Com base nisso, também questionamos o lugar do Porto das Barcas nesse panorama de interações entre o IPHAN e as cidades históricas.

Ao longo dos estudos que deram forma ao segundo capítulo foi percebido que o turismo pareceu ser um conceito que transitou em todas as esferas de tombamento do Porto das Barcas. Tal fato direcionou a construção do último subcapítulo intitulado “Porto das Barcas: entre os bens culturais e o turismo”. Para o desenvolvimento, partimos de questionamentos a respeito dos resultados vistos após a patrimonialização do Porto das Barcas nas três instâncias de poder. Para tanto, partimos de um estudo sobre o processo de turistificação dos bens culturais no Brasil, a qual Márcia Sant’Anna considera marcantes as décadas de 1960 a 1980, tendo em vista as pautas levantadas pela UNESCO em parceria com o IPHAN.

Para composição deste subcapítulo, analisamos as metas estipuladas no Plano Diretor da cidade de Parnaíba criado em 2007 e sua relação com a inserção da cidade de Parnaíba no projeto turístico “Rota das Emoções” que encontra no Porto das

Barcas a sua porta de entrada. Quais os impactos positivos e negativos que essa inserção pode gerar a esse bem cultural e a comunidade? Em busca de resposta para esse questionamento, buscamos a realização de entrevista com representantes do poder público e com a comunidade local. Contudo, em decorrência da pandemia da COVID-19, junto a outros fatores críticos, não foi possível executar essa prática. Ademais, utilizamos entrevistas já realizadas por outros pesquisadores, somada a impressão de visitantes do Porto das Barcas encontradas na plataforma TripAdvisor. Como via para compreender as demandas sociais geradas pela turistificação do patrimônio, analisamos também a dimensão da criação do Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Parnaíba, que dentre as medidas, permitiu a participação da comunidade acadêmica nas decisões voltadas ao patrimônio cultural. Em vista disso, também indagamos sobre as contribuições acadêmicas relacionadas ao patrimônio e a sociedade através de práticas de educação patrimonial realizadas no contexto do Porto das Barcas.

Por fim, todas essas questões relacionadas às políticas do patrimônio cultural e ao turismo cultural somam-se ao fato de que o tombamento por si só não garante a salvaguarda e manutenção do complexo patrimonial, resultando no deterioramento provocado por ações naturais e humanas. Em razão disso, pontuamos que a análise da patrimonialização do Porto das Barcas apresenta características de importância a destacar. A saber, o processo de tombamento em rede pela qual este bem cultural passou em instância Federal direcionou os estudos acadêmicos para a análise do centro histórico de Parnaíba em sua totalidade.

Consideramos, portanto, através da análise dos processos de tombamento, que existem aspectos em âmbito federal, estadual e municipal que afetam de maneira específica e diferenciada o Porto das Barcas e que precisam ser teoricamente mais explorados. Para tanto, nesta dissertação, nos apoiamos ainda no campo da Sociologia e da Geografia como suportes para ampliar os estudos históricos do patrimônio cultural (LEFEBVRE, 1974; CASTRO, 1994; GOMES, 1995; CUNHA, 2000). Através da percepção do que há em comum nesses campos, espera-se nortear de maneira científica e prática a experiência da sociedade com o patrimônio cultural, a fim de também contribuir para a gradativa diminuição de dinâmicas que negligenciam a materialidade expressa nos bens culturais.

Espera-se que a presente dissertação de mestrado possa contribuir com os debates acadêmicos voltados para a patrimonialização do Porto das Barcas no âmbito da UNILA, aproximando assim, modestamente, regiões tão distantes do território nacional

como o Nordeste e o estado do Piauí e o Sul e o estado do Paraná. As particularidades da patrimonialização, especialmente as diversas esferas e o tombamento em rede, estudadas nesta dissertação de mestrado, podem incentivar estudos comparados entre as cidades tombadas pelo IPHAN no estado do Paraná e no Piauí. Desta forma, pode-se enriquecer o estudo histórico dos processos de patrimonialização, que distam de ser lineares e homogêneos como comprovado no caso de Porto das Barcas.

Do ponto de vista prático espera-se que a leitura do presente estudo permita uma compreensão mais abrangente das problemáticas relacionadas à patrimonialização por parte dos agentes públicos e privados responsáveis pela gestão cultural e turística de Porto das Barcas. Por fim, permito-me concluir esta introdução manifestando que a existência de estudos deste tipo sobre os bens culturais e sua patrimonialização - obviamente, dentro das limitações de uma dissertação de mestrado - apontam para a necessidade de continuar priorizando linhas de pesquisa nos programas de mestrado sobre o patrimônio, o turismo, o ensino de história e a educação patrimonial.

## 2 NORDESTE, PIAUÍ E PORTO DAS BARCAS

### 2.1 O NORDESTE

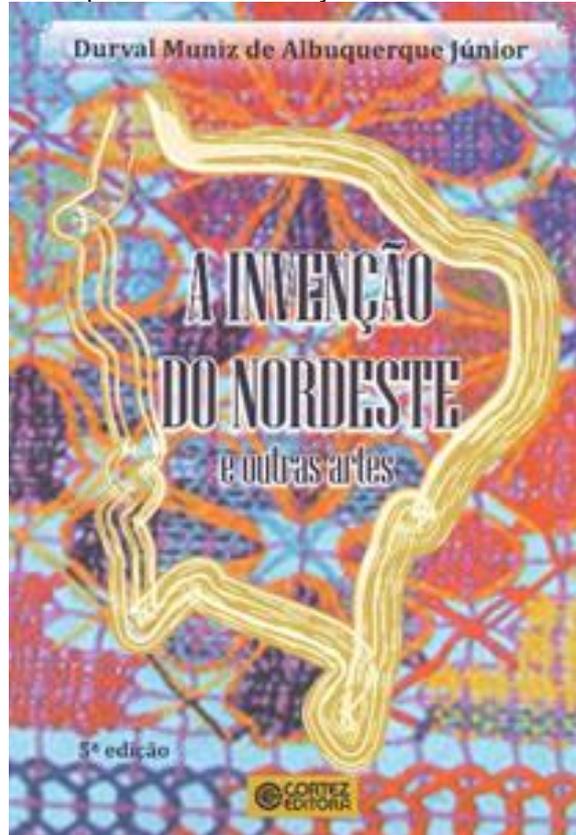
A constituição de um ideário que perpassa o imaginário popular a respeito da cultura e do cotidiano forma-se através de uma série de interferências que nem sempre dizem respeito apenas aos coletivos a que tais culturas pertencem. Nesse cenário, a cultura passa antes por mediadores simbólicos representados pela figura dos intelectuais e debates constituídos entre diversas vozes. Tais debates colaboraram para a formação da ideia de Nordeste que advém das mais diversas artes e que remetem a estereótipos historicamente inventados e costumeiramente repetidos. Nesse âmbito cultural, situa-se o patrimônio, objeto de discussão que ora colabora, ora destoa de tais estereótipos. No que diz respeito a região Nordeste, a construção desse sentido cultural costuma ser conduzida por agentes com um perfil intelectual bem definido.

O Nordeste é uma região culturalmente formada por discursos repetitivos que evocam estereótipos, e esses, por sua vez, remetem a geografia, cultura, sociedade e economia regional. Esses estereótipos vinculados ao discurso da terra seca, da violência, da religiosidade, da fome, do vaqueiro e do coronel, foram produzidos através das mais diversas linguagens. Como veículos de formação desses estereótipos, destacamos a literatura de Ariano Suassuna, de Graciliano Ramos, de Raquel de Queiroz e de Euclides da Cunha. Para além da literatura, o Nordeste também tem sido representado nas artes plásticas mediante as obras de Cândido Portinari e Tarsila do Amaral. Obras como “O Auto da Compadecida”, “Lisbela e o Prisioneiro”, “Bacurau”, “Deus e Diabo na Terra do Sol” também são produções cinematográficas que representam o Nordeste a partir de vários ângulos.

Essas produções artísticas têm contribuído para a formação de uma imagem estereotipada do Nordeste ao longo de décadas. Conseqüentemente, esses estereótipos apagam as diferenças individuais ao tempo em que revelam as semelhanças mais superficiais da região. Tais estereótipos têm sido objeto de questionamentos de intelectuais como Gilberto Freyre (1900-1987), Durval Muniz de Albuquerque, Caio Prado Júnior (1907-1990); dentre outros. As ilustrações abaixo retratam o contraste de visões sobre o Nordeste pensada pelos intelectuais antes mencionados. De um lado temos a capa do livro “*A invenção do Nordeste e outras artes*” de Durval Muniz de Albuquerque Junior, referência para os estudos históricos sobre a região. Em seguida temos a obra de arte

“Retirantes” de Cândido Portinari (1903-1963) que representa a perspectiva de um artista paulista, em meados dos anos 1940, sobre a paisagem do árido Nordeste e os sujeitos nordestinos.

**Figura 2** - Capa do livro “A invenção do Nordeste e outras artes”



Fonte: A invenção do Nordeste e outras Artes, Durval Muniz (1996)

Essa produção remete a uma costura de diversos tons, seguido do mapa da região Nordeste. Tal alegoria nos leva a pensar que assim como uma colcha de retalhos, o Nordeste também apresenta diversas nuances, não admitindo em sua construção histórica, uma narrativa única. Com isso, Durval Muniz contribui para incitar os debates acerca dos discursos presentes nas artes que reforçam o estereótipo presente em obras como a pintura de Portinari, de um Nordeste de sujeitos condicionados a flagelos como consequência de fatores ambientais. Isso pode ser percebido através da paisagem árida, com urubus que parecem esperar a morte da família, com suas faces de fome e sede. As cores sóbrias e semblantes desumanizados, que junto a paisagem, remetem a ideia de morte e miséria coincidem com o objetivo de Portinari, de contribuir para a criação da identidade nacional pautada em tipos de brasileiros, ressaltando paisagens que correspondem em especial, as paisagens nordestinas do Brasil.

Partindo do lugar de origem de Cândido Portinari, compreendemos que a construção desse estereótipo de sujeitos e paisagens não tem relação exata com seu lugar de fala, tendo em vista que o artista é natural da região sudeste brasileira, mas condiz com o contexto em que sua arte é produzida. Sua perspectiva artística faz referência ao modernismo brasileiro, o que o leva a captar signos regionais para integrá-los ou diluí-los em forma de linguagem não verbal com tendência a fortalecer ideias estereotipadas da região.

**Figura 3 - Os retirantes**



Fonte: PORTINARI, Cândido. **Os retirantes**: 1944. MASP, 1990. Óleo sobre tela.

Essas figuras que representam o Nordeste impõem-se como verdade pela repetição, o que lhes dá consistência interna a ponto de compor paradigmas teóricos dos mais variados (ALBUQUERQUE Jr, 1996). Essa mesma discussão que abrange a identidade do Nordeste também pode ser associada a outra geografia nordestina, refiro-me o Porto das Barcas, que corresponde a um objeto legitimado e alinhado à imagem local do Piauí e insere-o no Nordeste construído através da repetição de discursos e paradigmas que aludem ao passado. Essas múltiplas geografias que envolvem o Nordeste resultam em identidades múltiplas que, quando ressaltadas, contribuem para uma reflexão acerca da constituição regional. Nesse sentido, fazemos um paralelo com o que o historiador Paulo Knauss diz a respeito das cidades. De acordo com o historiador, todas elas possuem uma

multiplicidade de histórias que nem sempre são reconhecidas pela historiografia (KNAUSS, 2007). Ainda que não estejamos trabalhando especificamente com o conceito de cidade, a região também se comporta de tal maneira, pois dentre as vias de sua invenção e repetição dos estereótipos, está a historiografia.

Geograficamente, o Nordeste é, desde 1970<sup>1</sup>, uma região composta por nove estados brasileiros localizados na porção norte-oriental do país. Esse território ainda se subdivide em sub-regiões nordestinas tais como a Zona da Mata, o Sertão, o Agreste e o Meio Norte. A Zona da Mata se estende do Rio Grande do Norte ao Sul da Bahia e é caracterizada pelo cultivo da cana-de-açúcar. O Agreste está situado no planalto da Borborema, foi povoado para cultivo de víveres que alimentavam as zonas canavieiras. Mais da metade do complexo regional nordestino corresponde ao Sertão semiárido, que inspirou “O Quinze” de Rachel de Queiroz e “Vidas Secas” de Graciliano Ramos. Essa sub-região, embora seja caracterizada pelas secas, é cortada por dois rios perenes – Parnaíba e São Francisco, trazendo uma série de características heterogêneas para o relevo da região. O Meio Norte é a zona de transição que constitui o estado do Piauí e Maranhão, sendo caracterizada pela mata de cocais, que permitiu ao local o desenvolvimento do extrativismo vegetal.

**Figura 4 – Divisão territorial do Nordeste**



Fonte: Rocha, Aristotelina Pereira Barreto. Geografia Regional do Brasil / Aristotelina Pereira Barreto Rocha, Márcia Silva de Oliveira. – 2. ed. – Natal, RN: EDUFRN, 2011.

<sup>1</sup> Esse processo de divisão regional antecipa-se ao final do século XX e atravessou várias etapas até a atual divisão. De acordo com Durval Muniz o termo “Nordeste” passou a ser utilizado em documentos governamentais somente a partir de 1919 para referir-se ao território afetado pela seca (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1940 foi o primeiro a dividir o país em regiões, reunindo o Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas na região Nordeste. Com o censo de 1950, o arquipélago de Fernando de Noronha foi adicionado ao mapa da região e no censo de 1970 os estados da Bahia e Sergipe se uniram à região (CAMPBELL, 2019).

De acordo com o historiador nordestino Durval Muniz de Albuquerque, até a década de 1910 o Nordeste não existia, pois a princípio a divisão regional do Brasil era apenas norte e sul. Quando ainda era integrado ao norte, o Nordeste veio a chamar atenção em decorrência da questão das secas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1996). Esse fato abre precedentes para pensarmos um Nordeste tradicional agropastoril, como também um novo Nordeste caracterizado pela modernização posterior a atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Contudo, antes do vínculo com as questões ambientais, o território conhecido como Nordeste brasileiro relaciona-se diretamente com o espaço onde se iniciou a história colonial brasileira. O solo massapê presente no litoral, junto a localização geográfica são fatores que favoreceram a criação da indústria açucareira durante o século XVI. Em decorrência disso, uma série de engenhos foram instalados na sub-região da Zona da Mata, trazendo à região novas configurações, tanto sociais quanto econômicas. Em razão disso, a historiografia tradicional considerou que o Brasil teve início nesta região através do encontro entre colonos, africanos e nativos, da monocultura, do latifúndio e da mão de obra escrava.

Através dos engenhos localizados na Zona da Mata, surgiu uma concentração populacional que possibilitou a formação de vilas e povoados na Bahia e em Pernambuco. Contudo, o século XVII inaugurou um período de expansão marcado pela exploração do território que levou ao surgimento de outras paisagens nordestinas para além dos engenhos. Um fator importante que marcou esse contexto expansionista foi a instalação de fazendas de gado no interior. De acordo com o historiador Arno Wehling “foi o gado o primeiro fator de interiorização brasileira, já sob a forma de ocupação e não de mera predação.” (WEHLING, 1994, p.118) Assim, através da pecuária, a região ocupada no Nordeste cresceu significativamente de 4.700 km<sup>2</sup> no século XVI para 18.000 km<sup>2</sup> no século seguinte. Essa interiorização, não obedeceu a um padrão cultural uniforme, pois com a pecuária surgiu uma cultura diferente da litorânea.

Na transição do século XIX para o XX a ideia de regionalismo começou a ser discutida. De igual maneira, a identidade brasileira também estava em discussão, ancorada na questão das raças e no cenário tropical característico da geografia. A identidade passou a ser questionada no contexto do Pós-Guerra (1939-1945), quando se tornou objeto de debates, uma vez que, como consequência da guerra, as identidades foram fragmentadas e enfraquecidas. Assim, o medo da submissão e da perda da soberania trouxe a questão da identidade para o centro das discussões, tendo a questão regional como importante objeto de reflexão. No início do século XX o conceito de região

passou a ser pensado não mais sob o signo do nacionalismo expresso na raça, mas sob o signo do modernismo, em que o cenário cultural urbano se tornou um aspecto de identificação. De acordo com o antropólogo Ruben George Oliven, uma nação requer uma cultura que lhe dê suporte e que faça referência a um povo e a um tempo particular (OLIVEN, 2011). Por esse ângulo, a cultura é pensada como uma forma de expressão e herança do tempo passado. Ainda que esse elemento social seja aqui pensado como um produto do passado, manifesta-se no presente como história viva, adaptada ao contexto e afetada por fatores externos.

Tal argumento pode se enquadrar a realidade brasileiro da década de 1920, período em que a cultura brasileira começou a ser inventada através dos postulados modernistas e regionalistas, grupos formados por intelectuais das mais diversas áreas, que em razão de seus objetivos relativos à identidade nacional, comportavam-se também como políticos. Esses intelectuais são os agentes responsáveis pela apropriação das manifestações das classes populares e transformação dessas manifestações em símbolo da identidade regional (OLIVEN, 2011). Por se tratar de uma nação ainda com baixo nível de instrução, a historiadora Márcia Chuva (2017) considera que o “drama da modernidade”<sup>2</sup> caracterizou-se pela transformação de uma cultura baseada no discurso e na fala, ou seja, no papel simbolicamente atribuído à palavra, em uma cultura apoiada sobretudo no papel primordial da ação pura. Nesse sentido, a autoridade cultural desse grupo foi adquirida à medida que persuadiram o público a qual representavam, através do discurso e da prática à frente da política oficial de patrimônio, da maneira mais autêntica, a identidade da nação. (GONÇALVES, 1996)

Nessa perspectiva, os intelectuais que participaram da Semana de Arte de 1922, os chamados modernistas, buscavam referências nos aspectos característicos da brasilidade, valorizando o que havia de mais autêntico no Brasil, em sua era moderna, urbana e industrial para designar uma identidade nacional. Esses intelectuais modernistas, sobretudo, buscavam o popular, tradicional e histórico para sistematizar uma identidade que valorizava a época colonial, notadamente o barroco mineiro em desprezo ao europeísmo que se inseriu na cultura nacional. De maneira geral, Márcia Chuva (2017)

---

<sup>2</sup> A historiadora Márcia Chuva se apropria do termo utilizado por Hardman para explicar a relação entre os intelectuais e a definição do “ser moderno” no âmbito cultural. Segundo Hardman “o drama da modernidade constitui-se precisamente no choque que interrompe o fluxo da experiência tradicional, na destruição sistemática desses espaços-tempos insulados, no esquecimento produzido pelo desencontro de linguagens, na lógica desestruturante das identidades comunitárias, na violência como apanágio legal do Estado (Hardman, 1992, p. 293)

considera que a Semana de Arte Moderna de 1922 representou sobretudo, uma “redescoberta” do Brasil, que partiu de São Paulo e reconstituiu a “mítica bandeirante” através das viagens empreendidas pelos intelectuais adentro do interior da região sudeste.

Essas viagens tiveram como resultado a construção de memórias das riquezas mineiras reatualizadas e definiram a história que passaria a ser contada, inscrita e reconhecida em monumentos como “patrimônio cultural nacional”. Segundo Fonseca (2017) esses intelectuais tinham um duplo papel, pois além de desempenharem suas funções de produção de conteúdo, eram também políticos. Enquanto políticos, esses intelectuais trabalharam para a estatização da proteção do patrimônio cultural e paralelo a isso, exerceram um papel político fundamental através da mediação entre o Estado e a sociedade, a cultura e o povo.

No domínio desses grupos de intelectuais, contrastavam modernistas e regionalistas. Em contraposição ao movimento modernista, os estudos regionais, eram, na perspectiva de Durval Muniz (2011) um desfile de elementos culturais raros, pinçados como relíquias em vias de extinção diante do progresso. Esse quadro de elementos seriam os melhores representantes da identidade da nação ao tomar elementos do folclore e da cultura popular, abordados com aspecto de superioridade e da diversidade em que se enquadra a região. Assim, para Gilberto Freyre, um dos fundadores do movimento regionalista, antes de ser nacional, é preciso ser regional, é necessário vislumbrar os aspectos que não sofreram interferência estrangeira (FREYRE, 1926). Com base nisso, Freyre propunha o regionalismo como contramovimento, defendendo a região enquanto unidade organizacional da nação, com valores e tradições já estabelecidos que deveriam ser conservados.

Em sua defesa do regionalismo, Freyre objetivou sobretudo, apresentar o Nordeste como uma região de contrastes entre uma face única e as outras diversas faces que caracterizam a região - faces que se manifestam tanto na geografia, quanto na cultura material e imaterial. No que diz respeito ao Nordeste, Ruben George Oliven considera-o como referência fundamental ao se falar em identidades regionais, uma vez que a região foi pensada sobre as mais diversas perspectivas (OLIVEN, 2011). Assim, com o advento dos estudos regionalistas, foram produzidas múltiplas leituras nos mais diversos campos do saber sobre o Nordeste, em especial, relacionado ao seu processo de formação tanto no âmbito conceitual, quanto histórico. Um dos importantes escritos sobre a região foi o memorial “Os Sertões” de Euclides da Cunha, publicado em 1902.

Em "Os Sertões", o Nordeste é abordado como um território ainda integrado ao norte, revestido de mazelas sociais e condenado pelas condições climáticas. Vale ressaltar que embora o conceito de sertão faça referência aos espaços afastados do litoral (AMADO, 1995) na literatura, foi utilizado como uma referência ao regionalismo nordestino. Para os modernistas, a obra de Euclides da Cunha serviu de base para refutar a ideia de "europeização" brasileira e fomentar a necessidade de uma identidade americana, tendo em vista o cenário nordestino em sua obra (ALBUQUERQUE JR., 2011). Para compreender a escolha dessa obra, nos reportamos ao lugar social<sup>3</sup> de Euclides da Cunha, nascido na região Sudeste do Brasil, região que, para ele, era referência de civilidade. Como consequência de seu lugar social, sua literatura referenciou como modelo para a identidade nacional a figura do paulista e o sertanejo, que representa o "Sertão do Norte" seria um paulista que se isolou, portanto, longe do que seria "civilizado".

Outro intelectual que também apresentou seu ponto de vista sobre os debates entre modernistas e regionalistas, foi o historiador Caio Prado Jr, ao erigir uma crítica aos escritos de Euclides da Cunha. É importante ressaltar que o intelectual não se inseriu ativamente em nenhum dos grupos. De acordo com Caio Prado Jr. (2012) a leitura de Euclides da Cunha sobre o sertão nordestino deixa uma falsa impressão de um mundo segregado, que se formou através de muros que impediram o contato de outras influências nacionais. Em vista disso, Caio Prado afirma:

Curioso como essa ideia de que os sertões nordestinos são **exclusivamente** pastoris se difundiu e fixou, a ponto de ser generalizadamente aceita e sempre repetida. Acredito que a força dessa ideia está na tradição legada pelos Sertões euclidianos... [grifo nosso] (PRADO, 2012, p. 192).

Para Caio Prado Jr, a ideia de Nordeste presente nos escritos de Euclides da Cunha é incompleta, uma vez que aborda apenas um dos múltiplos cenários que compõem a região. Por meio dessa crítica, o historiador deixa claro sua leitura sobre um Nordeste, que assim como as demais regiões, apresenta rupturas e continuidades nas suas estruturas históricas, sociais e culturais. Outro aspecto resultante no papel da literatura euclidiana é que ao apresentar apenas um cenário da região Nordeste, surge a possibilidade de formação de um estereótipo da região que só pode ser desfeito através do conhecimento mais aprofundado.

---

<sup>3</sup> "O lugar social" é um conceito pensado pelo historiador Michel de Certeau e diz respeito a um lugar de produção historiográfico representado pelas circunstâncias socioeconômicas, políticas e culturais que implicam na instauração de métodos e de interesses que norteiam o fazer historiográfico.

Para além de “Os Sertões”, relatos de viagem como “O turista aprendiz” de Mário de Andrade também revelam outra interpretação do Nordeste, desta vez, em uma perspectiva modernista. Mário de Andrade, foi um dos artífices da “descoberta do Brasil” através das “bandeiras modernistas” e após sua viagem a Minas Gerais preocupou-se em compor uma imagem mítica da região mineira, tal como símbolo máximo da nação pautada no aspecto estético. Nesse aspecto, Andrade apresentou um tipo de regionalismo contrário ao de Freyre, pois o modernista visava a geografia mineira como referência de brasilidade, enquanto Freyre visava toda a região Nordeste e suas manifestações. Assim, dentre as suas viagens, em 1928, em pleno auge do modernismo, Mário de Andrade empreendeu viagens pelo Nordeste. Essas viagens se deram num contexto em que a região era compreendida como um conjunto de cidades retrógradas e esquecidas; e de uma produção científica e artística abordada como folclore.

A viagem de Mário de Andrade ao Nordeste se traduziu no encontro do homem erudito com a cultura popular, resultando numa tentativa de aproximação entre ambos os padrões para consolidar uma visão de nacionalidade abrangente. As percepções presentes no diário do “turista aprendiz” subsidiaram sua tese modernista, em especial, ao tecer uma crítica aos horizontes históricos e geográficos da obra de Euclides da Cunha, considerando-a uma “falsificação hedionda” (ANDRADE, 2015, p. 264).

Embora o pensamento modernista seja pautado no nacionalismo, a crítica de Mário de Andrade corrobora também para uma supremacia da região sudeste como referencial para esse nacionalismo, desviando-se um pouco do ideário moderno. Segundo o literato, “Os mais fortes vão-se embora. Vam’bora pro Sul” (ANDRADE, 2015, p. 264). Diferente de Euclides da Cunha, Mário de Andrade não situa o homem nordestino como um paulista isolado, mas a partir de sua concepção folclórica sobre esses indivíduos, apresenta-os como sujeito multifacetado que constrói sua identidade por meio manifestações culturais, religiosidade, folguedos, danças, músicas, quase sempre impregnados de sincretismo e superstição (ANDRADE, 2015, p.12).

Outro aspecto a ser ressaltado é a crítica ao regionalismo presente nos seus relatos sobre o Nordeste. Num encontro com uma paulista prestigiada na sociedade de Natal, Mário de Andrade relata:

**Dona Branca honra bem São Paulo aqui**, com o seu jeito raçado de mover-se e conversar. E, que nem eu, se **esquece de que é paulista**. Aliás, os brasileiros no geral dão ao paulista uma personalidade tão definida que, apesar de injusta, nos glorifica inda mais porque faz dos paulistas a única gente bem característica, bem inconfundível do Brasil. Infelizmente não temos tamanha caracterização. Nosso orgulho, nossa independência e altivez, nosso sentimento organizado de pátria...

estadual, nosso desprezo pelo alheio, dedicação ao trabalho, conceito fechado de família, segura de trato etc. etc., tudo isso é falso. Uma das experiências comicamente dolorosas de minha vida é perguntar a quem me fala no bairrismo orgulhento dos paulistas: – E o senhor donde que é? O indivíduo se enfunda todo pra dizer, por exemplo: – Ah! eu sou sergipano! Fico meio circuncisfláutico com esses bairrismos, palavra. **Não compreendo nem os pernambucanos, nem os paulistas nem ninguém que seja assim.** Aliás, não compreendo nem mesmo os patriotas, já se sabe disso. (ANDRADE, 2015, p.290) [grifo nosso]

Nesse relato em específico, Mário de Andrade deixa claro sua crítica ao regionalismo nordestino ao citar os “bairrismos” ou orgulho de pertencimento a região. Através disso, Andrade põe em voga seu valor nacionalista ao esquecer-se de sua origem e buscar se inserir na cultura visitada, criticando também o orgulho de pertencer a unidades regionais específicas como Pernambuco ou São Paulo - mesmo que antes manifeste o orgulho pela região Sul. Contudo, ao longo de seu relato, Mário de Andrade ainda faz uma crítica ao regionalismo nordestino em detrimento do sul, pois é impossível honrar as origens e ao mesmo tempo esquecê-las.

Outra perspectiva importante sobre o Nordeste está presente na obra “*Capítulos de História Colonial*” de Capistrano de Abreu. Segundo Capistrano (1998), o Nordeste foi pensado através das características de ocupação territorial, sendo dividido entre o sertão - caracterizado pelo couro - e o litoral - caracterizado pelo açúcar. Esse Nordeste de cultura rural e de contrastes que se formou ao longo do século XVI e XVII é concebido pelo historiador Durval Muniz como uma invenção do discurso regionalista que surgiu no século XIX (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1996). Precisamente, no século XIX instituiu-se a ideia de pátria, através da escrita da história da nação, legitimada pela instituição imperial Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Nesse contexto, o regionalismo se apresenta através do apego às questões provinciais e locais, trazendo em seu discurso, o pensamento separatista entre o Nordeste e a região sul (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1996).

Esse regionalismo se intensifica no século passado, ultrapassando as fronteiras do Estado para se tornar uma questão discursiva que perpassa as políticas e a arte. Nesse sentido, as fronteiras culturais do Nordeste permaneceram baseadas em um passado colonial, assentado na materialidade contida nos traçados dos casarões, sobrados e demais construções que se mantiveram ao transcorrer do tempo. Essa materialidade marca uma temporalidade em que o Nordeste era a sede das decisões e do poder político e econômico. Sobre essas proposições acerca do passado do Nordeste, são convergentes os argumentos utilizados por Gilberto Freyre (2003) e Durval Muniz (1996), que por sua

vez, apontam para características do Nordeste que ainda são revisitadas na contemporaneidade.

Para além da percepção de Durval Muniz, Gilberto Freyre também esboçou através da perspectiva sociológica sua leitura do Nordeste. O fez sob o ponto de vista da Casa Grande e dos Sobrados, bem como da Senzala e dos Mocambos característicos da Zona da Mata. A interpretação de Freyre sobre o Nordeste põe em questão as tradições que dão à região um caráter singular e que caracteriza a identidade nacional sem a interferência moderna. Nesse sentido, a Região Nordeste é percebida como um dos pilares originais da cultura e da sociedade brasileira, porque foi nas suas paisagens rurais que a nação foi gestada e cultivada através do encontro entre o português, holandês, oriental, indígena, o africano e etc.

Em contraste aos regionalistas, os modernistas elegeram Minas Gerais como berço do Brasil em decorrência dos traçados barrocos contidos em suas cidades históricas. Isso porque esses intelectuais buscavam uma tradição essencialmente brasileira. De acordo com Maria Cecília Londres Fonseca:

Foi uma viagem a Minas, em 1916, em que Alceu Amoroso Lima e o então Jovem Rodrigo M. F. de Andrade “descobriram” o barroco e perceberam a necessidade de proteger os monumentos históricos. Foi numa viagem a Diamantina, nos anos 1920, que o arquiteto Lúcio Costa, então adepto do estilo neocolonial, teve despertada sua admiração pela arquitetura colonial brasileira. Foi também em viagens a Minas, uma delas em 1924, acompanhando o poeta Blaise Cendrars, que Mário de Andrade entrou em contato com a arte colonial brasileira (...). O fato é que não só mineiros, como cariocas, paulistas e outros passaram a identificar em Minas o berço de uma civilização brasileira, tornando-se a proteção dos monumentos históricos e artísticos mineiros - e, por consequência, do resto do país - parte da construção da tradição nacional. (FONSECA, 2017, p.96)

Entre modernistas e regionalistas formava-se então uma questão que está para além do regional e que situa-se na preservação da cultura material. Foi pensando na identidade nacional que os modernos criaram o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, como uma via jurídica de legitimação dessa cultura material a qual chamamos de patrimônio cultural. Essa categoria configura-se como um lugar de memória da nação, mas também como cultural, ao passo em que reflete a identidade das comunidades. É a leitura simbólica representada por regionalistas e modernistas que pressupõem significado e valor que justificaram, a princípio, a preservação do patrimônio cultural brasileiro, partindo de uma visão do cenário mineiro e estendendo-se à região Nordeste, sendo posteriormente direcionada para todas as regiões brasileiras.

Para além disso, nesse cenário de múltiplas leituras, o Nordeste é sinônimo de reminiscências que remetem ao passado colonial que configura a história nacional. Esse

passado se expressa nas dimensões materiais e imateriais dos bens culturais - tanto aqueles tombados pelo IPHAN, quanto aqueles mais vernaculares e regionais. Mesmo após as intervenções da SUDENE para a modernização da região e combate às secas, o Nordeste continua sendo pensado como uma região de contrastes entre um passado próspero e as mais diversas mazelas advindas de fatores climáticos. Esses contrastes se ampliam academicamente, uma vez que Gilberto Freyre, apontou uma perspectiva distinta, concebendo o Nordeste como uma região em processo de adaptação às demais regiões e que pode ser percebido nos bens salvaguardados.

Esses bens culturais, a qual se insere o Porto das Barcas passaram então a ser notados por esses intelectuais de dupla função - política e cultural. Através de denúncias sobre o abandono das cidades históricas e sobre a dilapidação do que seria o “tesouro da nação”, o tema passou a ser objeto de debates nas instituições culturais, no Congresso Nacional, nos governos estaduais e na imprensa. (Fonseca, 2017). Sob a égide dos debates entre modernistas e regionalistas, é encontrada uma nova face plural do Nordeste situada no seu patrimônio cultural. É nessa região envolta em discussões e debates sobre sua identidade que se encontra o Piauí, capitania desbravada tardiamente no século XVII para instalação de fazendas de gado e facilitação da comunicação entre as duas capitanias que sediaram a administração colonial – Bahia e Maranhão.

## 2.2 O PIAUÍ E PORTO DAS BARCAS

O Piauí, como parte do Nordeste, faz parte desse discurso saudosista que caracteriza a região, representado por uma memória viva dos tempos coloniais. A ocupação do Piauí se deu no século XVII, obedecendo o sentido oposto dos demais capitanias, sendo ocupado do interior para o litoral. Essa ocupação tinha como objetivo a instalação de fazendas de gado, bem como o estabelecimento de uma rota por terra que ligava a Capitania do Maranhão e Bahia. Em sua maioria, essas ocupações se davam através de doações advindas da Casa da Torre para bandeirantes encorajados a desbravar os territórios, tal como Domingos Afonso Mafrense, que em 1670 instalou cerca de 30 fazendas de gado sob a confiança dos vaqueiros, em solo piauiense (MOTT, 1985).

Desde então, foram estabelecidas vilas ao sul da então província com o objetivo de povoamento e ampliação da pecuária. Como resultado, em 10 de outubro de 1811, a província foi elevada ao status de Capitania de São José do Piauí, por meio de Carta Régia que a tornava independente do Maranhão. Essa Capitania, segundo Odilon

Nunes, foi responsável por alimentar a região das Minas Gerais no início do período minerador (NUNES, 2007). Em contrapartida, na região norte do Piauí, localiza-se o Delta do rio Parnaíba, uma região de mar aberto, que foi habitada tardiamente em decorrência da pequena população da capitania composta por escravos, nativos e portugueses pouco dispostos a se dispersar. De acordo com Odilon Nunes, em uma das mais antigas informações de povoação da região norte do Piauí foi constatado que:

João Maia da Gama, ao concluir seu governo no Maranhão, visita o Piauí em missão oficial. Refere-se às tentativas de Pedro Barbosa Leal, homem de grande prestígio, proprietário, no Piauí e na Bahia, para fundar no Parnaíba, próximo ao delta, ou melhor, no delta desse rio, a cinco ou seis léguas da barra do Igarapu, uma vila havendo dado início a uma povoação que a princípio prosperou, para depois entrar em decadência. Durante as lutas de Mandu Ladino<sup>4</sup>, a fundação resistiu e sobreviveu às investidas indígenas. (NUNES, 2007, p.67)

Percebe-se na citação anterior os primeiros intentos em construir uma povoação ao norte do Piauí e os interesses em avançar para o norte, levando em consideração a sua localização privilegiada. Outro elemento de destaque é a dificuldade de construção de uma vila, dada as disputas e resistência nativa que pairava sobre a região. Somente através da Carta Régia de 19 de junho de 1761 ficou estabelecido a criação de sete novas vilas para efetivar a ocupação colonial. Segundo essa fonte documental:

[...] os habitantes deviam ser convocados em determinado dia para assistirem a escolha de local onde devia ser levantada uma praça, devendo-se erguer nela um pelourinho, seguindo-se as demarcações para construção de igreja, fazendo delinear as casas dos moradores por linha reta, de sorte que fiquem largas e direitas as ruas [...]. (PORTO, 1974, p.69)

A partir das instruções mencionadas, a instalação das vilas deveria seguir o curso de vida dos habitantes já assentados nos respectivos locais. Seguiu-se um modo de organização definido pelos moradores, que decidiram a localização da praça, do pelourinho, da igreja e demais edificações. Tal fato tinha como objetivo atrair colonos através da impressão de autoridade e autonomia dada aos moradores. Dentre as sete vilas, estava a de São João da Parnaíba, criada em 1762 e localizada às margens do rio Igarapu, com sede na fazenda Testa Branca – nome dado em decorrência da característica dos animais criados. Segundo a descrição das vilas da capitania de São José do Piauí, o povoado Testa Branca contava com uma população de 19 habitantes, sendo 8 brancos livres e 11 escravos e apenas quatro residências. A escassez de habitantes era uma

---

<sup>4</sup> Mandu Ladino foi um indígena aldeado que liderou diversas rebeliões contra os pecuaristas da capitania do Piauí. Para Bethell, a rebelião liderada por Mandu Ladino foi a mais séria e mais difundida de todas as rebeliões indígenas (BETHELL, 1999) e durante muito tempo dificultou a inserção de fazendas de gado nas margens dos rios que cortam o Piauí.

característica predominante das vilas da capitania, levando em consideração sua ocupação tardia, sua condição climática e relações de hostilidade entre indígenas e colonos.

De acordo com Jurandir Ferreira (1958), o governador da província de São José do Piauí, João Pereira Caldas, levou em consideração alguns aspectos para a escolha de Testa Branca como sede da vila de São João da Parnaíba. Ele considerou as condições geográficas do local e a constante comunicação com o exterior e demais regiões brasileiras. Esses fatores facilitavam a fiscalização dos impostos de exportação do charque e de outros produtos. “Testa Branca estava situada na planície onde pastavam as reses que, abatidas, eram exportadas nas embarcações que entravam no Porto das Barcas” (NUNES, 1972, p.10). Dessa maneira, além de facilitar o comércio, o povoado ainda contava com condições sanitárias adequadas para instalação de mais moradias, garantindo a saúde e bem estar da comunidade, considerando que não era local de abate das reses que chegavam do interior.

Embora os habitantes tenham sido reunidos para delimitarem a organização da vila, eles não tiveram participação na escolha da sede. Tal fato gerou intensos conflitos entre as autoridades e a comunidade, uma vez que na vila de São João da Parnaíba já havia um pequeno povoado ao redor do Porto das Barcas. Esse povoado era chamado de Porto Salgado, que recebia um grande fluxo de embarcações e progredia em estrutura e economia. Além disso, abrigava o pelourinho, que simbolizava o poder português. Em decorrência desse crescimento, em 1769 a Câmara Municipal decretou a proibição de construções de casas na região do Porto das Barcas, a fim de forçar a construção de casas em Testa Branca. Segundo Pereira da Costa (1974) em 1762 o governador remeteu uma planta para regulamentar a organização da vila, baixando ordens ameaçadoras no sentido de efetivar a sede da nova vila. Contudo, o plano de construir a média de 59 casas foi abandonado por aqueles que a princípio cooperaram. Com isso, os embates sobre sua construção perduraram por oito anos.

Após longos conflitos, em 1770 o governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro transferiu oficialmente a sede da vila para o Porto das Barcas. Os estudos históricos regionais representados por Pereira da Costa (1974) referem-se à problemática elencada. Ao se referir a nova sede, o historiador enumera as vantagens da possível transferência. Em suas palavras, a transferência da sede da vila representava o alinhamento entre o poder público e a comunidade. Além disso, o Porto das Barcas simbolizava também o poder econômico local, o que se deve ao fato de ter sido uma feitoria

levantada pelo português Domingos Dias da Silva<sup>5</sup>. Ela promoveu todo atrativo da região através das charqueadas, cujos produtos eram exportados para Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Pará. Como consequência, surgiu uma população crescente e ativa, algumas casas e armazéns que davam forma à vila de São João da Parnaíba.

**FIGURA 5 – Vila de São João da Parnaíba, 1809.**



Fonte: REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonia: 2000*. 1º. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

A imagem acima trata-se de um estudo de meados do século XIX, retrata a vila de São João da Parnaíba em 1809 através da perspectiva tridimensional e bidimensional, que apontam o alinhamento de suas ruas, bem como a variedade de casarões e galpões construídos no entorno do rio Igarauçu. Essa estrutura desenvolvida no entorno do Porto das Barcas deu-se pela proximidade de ambientes propícios ao trabalho,

<sup>5</sup> Domingos Dias da Silva fundou 6 charqueadas às margens do Igarauçu, cuja próspera produção abriu um novo mercado para a grande produção de carne de todo o sertão piauiense, que além de atender a região de Minas e do Sertão, passou a ser exportada diretamente para as principais cidades brasileiras e até mesmo para Europa, fazendo com que a pecuária piauiense passasse a depender menos da atividade mineradora. (DALMO, p.48) Para além disso, Domingos Dias da Silva, sucedido por seu filho, Simplício Dias da Silva, foram tomados como referências para a construção dos sobrados, uma vez que todos os outros foram construídos próximo ao Porto das Barcas, tendo como referência o casarão dos Dias.

o que justificava o interesse popular pelo local. Todavia, as vantagens apresentadas por Pereira da Costa são acompanhadas das desvantagens assinaladas pelo ouvidor da capitania, Antônio José de Moraes Durão. De acordo com Silva Filho, Durão se opunha a mudança de sede pois, enquanto Testa Branca apresentava uma planície, o Porto das Barcas apresentava um terreno alagadiço, além de contar com matadouros e curtumes que resultaram em situação sanitária precária que principalmente nos períodos de inverno, facilitava a proliferação de epidemias (SILVA FILHO, 2007). Segundo Durão:

Como o principal negócio que lá se faz consiste nos gados que se matam nas feitorias [...] é natural que padeçam as epidemias, porque o fétido que causa o sangue espalhado e mais miúdos de tantos milhares de reses que se matam no pequeno espaço de um até dois meses corrompe o ar com muita facilidade e produz o dano apontado. As moscas e as sevandijas são tão inúmeras, que causam inexplicáveis moléstias aos habitantes [...] Sé no tempo do verão que se pode caminhar por aquele distrito, pois no inverno, por ser baixo e alagadiço, se cobrem de lagoas faz impraticáveis os caminhos. (DURÃO apud. MOTT, 1985, p.563)

As condições insalubres, que segundo Durão, caracterizavam o espaço, serviram de justificativa para que os governadores contrariassem por muito tempo a vontade popular, que insistia em manter a sede no Porto das Barcas, mesmo com tais condições. Contudo, o Porto das Barcas movimentou durante longas datas um considerável fluxo de pessoas vindas das mais diversas regiões. “De acordo com o recenseamento de 1762, o Porto das Barcas contava com 1.747 brancos livres e 602 escravos, bem como 330 casas” (CHAVES, 1998, p.425). O crescimento populacional convergia com o crescimento urbano e, diferente das demais cidades coloniais, os sobrados e casarões da Vila de São João da Parnaíba divergiam em tamanho, de maneira a simbolizar a suntuosidade das famílias. De acordo com a historiadora Júnia Rego, o número de sobrados nos remete ao número de famílias que buscavam se distinguir, marcando na paisagem urbana, a sua posição social (REGO, 2010).

A vila de São João da Parnaíba perpassou o século XVIII, século das charqueadas, e chegou ao século XIX com o comércio consolidado de extrativismo vegetal, que por sua vez atraiu uma massa de imigrantes e favoreceu a intensificação do urbanismo nos arredores das instalações do Porto das Barcas. Assim, em 1844 a Vila de São João da Parnaíba que se reduzia ao Porto das Barcas e suas circunvizinhanças, foi elevada à condição de cidade. De acordo com Figueiredo (2001) a posição geográfica que viabilizou o comércio, viabilizou também o crescimento da região, em especial com a instalação da alfândega<sup>6</sup>, da Companhia de Navegação do Rio Parnaíba, fundada em 1858, estradas de

---

<sup>6</sup> O Decreto para criação da Alfândega de Parnaíba foi assinado em 1817 e efetivado em 1822. (MENDES apud. REGO,

ferro e do incentivo à importação e exportação de diversos produtos. Essas características fizeram de Parnaíba a única cidade do estado a manter constante contato tanto com o exterior, como com a cultura agreste do interior do estado e resultou na construção de um sítio histórico singular. De acordo com o “Relatório do Inspetor da Alfândega de Parnaíba”:

Há em Parnaíba em 1866, 178 casas térreas, 10 sobrados, 4 armazéns, espírito comercial empreendedor de especulações em monta, restringindo-se as transações de vulto às casas inglesas de Singlehurst Nicholson & Companhia, e francesa de Naeff Nadler & Cia, filial a uma outra do Maranhão, e os limitados gêneros de produção local são exportados em diminuta escala por cabotagem e se dirigem às praças do Maranhão, e Ceará, já por conta de negociantes desta cidade, ou pela maior parte por ordem e encomenda do comércio daquelas praças. (PARNAÍBA, 1866)

Para o sociólogo Henri Lefebvre (1974) cada sociedade produz um espaço seu, como resultado da materialização do seu processo histórico. Há uma concepção de estudo da geografia brasileira que tem se debruçado sobre a região nas últimas décadas, através de geógrafos que tem corroborado com tais estudos (CASTRO, 1994; GOMES, 1995; CUNHA, 2000). Sobre isso, Cunha recorre a Jean-Paul Ferrier ao considerar a região como um “acumulador da história” e “verdadeira estrutura sujeito na relação histórica do homem com o território” (CUNHA, 1999, p. 47). Nessa perspectiva adotada pelos geógrafos, a região pode ser compreendida como um produto em construção, na qual os coletivos sociais, através de seus eventos, deixam marcas indelévels. Essas marcas, ao tempo em que são coletivas, também são individuais e peculiares, de tal maneira que resulta também nos traços de identidade regional.

De acordo com tal pensamento, o espaço que constitui a cidade de Parnaíba concentrou-se um pequeno tecido urbano onde coexistem o modelo luso-brasileiro do início do século XVIII que se expandiu de acordo com o avanço nos espaços para a ocupação de novas áreas ao longo do século XIX e XX. Percebe-se, também, a harmonização com novas tendências arquitetônicas que se adequam aos seus contextos, sendo uma espécie de projeção dos anseios sociais sobre um local. Dessa maneira, o conceito de região aplica-se ao contexto local de Parnaíba, a medida que, a arquitetura da cidade revela a materialidade do seu processo histórico, desde a fundação até o tempo presente. Para além disso, a materialidade contida na arquitetura da cidade também revela o cosmopolitismo, resultante do encontro de culturas - típicas das cidades portuárias.

Embora a história da cidade contemple diversos aspectos, que constituem a formação social, os historiadores, em sua maioria, optaram por abordar os três séculos

de história da formação de Parnaíba através dos seus aspectos econômicos. Dessa maneira, ao analisar os estudos históricos locais produzidos através de teses e dissertações nas instituições acadêmicas públicas, consultadas no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, percebemos que as interpretações mais frequentes assumem o Porto das Barcas como núcleo originário, ainda que Testa Branca também possa ser considerado como tal. A movimentação social junto ao desenvolvimento comercial são dois fatos que deram à cidade um perfil urbano e como consequência, elevou Parnaíba a condição de cidade. Para Ítalo Calvino, as cidades são elementos de difícil conceituação e seres vivos em permanente evolução (CALVINO, 1991) no sentido de que estão em constante transformação tanto em sua estrutura, quanto no imaginário social. Essa evolução contribuiu para que a invenção da cidade pela historiografia implicasse em seleções e descartes dos lugares de memória.

Segundo Michael Pollak (1992), a memória é constituída das lembranças e esquecimentos, das experiências coletivas e individuais. Nessa perspectiva, entendemos a cidade como um espaço em que as memórias permanecem em constante conflito entre lembrança e esquecimento para que possam subsistir. Como consequência desses conflitos, que se dão em especial pela velocidade dos eventos históricos, restam apenas as memórias que lutam pela legitimidade do seu lugar. Assim, os lugares da memória são carregados de sentidos que ampliam os seus significados e sua existência. Segundo Pierre Nora:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que chama, porque ela a ignora. [...] São lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional. Mesmo um lugar de aparência puramente material [...] só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. [...] (NORA, 1993, p. 12, 21-22)

Por esse ângulo, as memórias encontram nos objetos materiais uma capacidade de evocação que serve de suporte para a memória. O Porto das Barcas é um lugar de memória que resguarda a lembrança de um passado que o inclui nos estudos regionalistas. Isso é possível, uma vez que seu passado o insere no ritmo histórico que o Nordeste conservou. Como consequência disso, coube a historiografia também silenciar as memórias que não faziam jus a esse passado. Em consequência disso, as memórias do povoado Testa Branca permanecem silenciadas no contexto historiográfico, restando

alguns rastros que apontam para os conflitos entre o poder local e a comunidade pelo direito de habitar. Nesse sentido, as concepções de Pierre Nora e Michael Pollak conduzem à relação construída entre a memória de Porto das Barcas e Testa Branca a partir do arquétipo do palimpsesto. Tal arquétipo foi utilizado pela historiadora brasileira Sandra Jatahy Pesavento (2004) para discutir a relação entre memória e cidade.

De acordo com a Pesavento, o palimpsesto:

É uma imagem arquetípica para a leitura do mundo. Palavra grega surgida no século V a.C. depois da adoção do pergaminho para o uso da escrita, palimpsesto veio a significar um pergaminho do qual se apagou a primeira escrita para reaproveitamento por outro texto. A escassez de pergaminhos nos séculos VII e IX generalizou os palimpsestos, que se apresentavam como pergaminhos nos quais se apresentava a escrita sucessiva de textos superpostos, mas onde a raspagem de um não conseguia apagar todos os caracteres antigos dos outros precedentes, que se mostravam, por vezes, ainda visíveis, possibilitando uma recuperação. (PESAVENTO, 2004, p.26)

Esse arquétipo remete à escrita que legitima a memória coletiva por meio do ofício do historiador. Tal fato é possível, uma vez que ao historiador é dada a tutela sobre a narrativa do passado que se legitima no imaginário social. Essa escrita que sobrepõe memórias também é uma escrita que soterra outras. Contudo, ainda que soterradas, a memória não pode ser apagada. No caso da historiografia piauiense, percebemos a legitimação do Porto das Barcas como uma memória que se sobrepõe à Testa Branca, pois historicamente, Testa Branca não foi adotado como um lugar de memória. Tal exercício resultou no descarte desse espaço na memória social, uma vez que para além de não haver vestígios materiais, também não há produções em âmbito acadêmico sobre o povoado Testa Branca.

De acordo com Pierre Nora o sentimento de continuidade se torna residual aos locais e por essa razão existem os lugares de memória, como um meio que dá significado às histórias de comunidades que vivem uma realidade de transformação acelerada (NORA, 1993). Assim, a memória local foi externalizada através do que é palpável, do que é monumental, segundo os historiadores notadamente piauienses<sup>7</sup>, ou

<sup>7</sup> SILVA, Josenias dos Santos. *Parnaíba e o avesso da belle-époque: cotidiano e pobreza (1930 -1950)*. 2012; VIEIRA, Lêda Rodrigues. *Caminhos de ferro: a ferrovia e a cidade de Parnaíba, 1916- 1960*. 2010; MELO, Neuza Brito de Arêa Leão Melo. *O eclestismo parnaibano: hibridismo e tradução cultural na paisagem da primeira metade do século XX*, 2014. CERQUEIRA, Maria Dalva Fontinele. *Entre trilhos e dormentes: a estrada de ferro central do Piauí na História e na memória dos parnaibanos (1060-1980)*. CORREIA, B. J; LIMA, B dos S. (org.). *O livro do centenário da Parnaíba: 1844 – dezembro – 1944 – documentário da cidade – estudo histórico, corográfico, estatístico e social do município de Parnaíba*. Parnaíba, 1945. FIGUEIREDO, Diva Maria Freire. *O monumento habitado: a preservação de sítios históricos na visão dos habitantes e dos arquitetos especialistas em patrimônio*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, 2003. MELO, N. B. A. L. *Parnaíba cosmopolita: um estudo da sua arquitetura vinculada às formas tradicionais e às inovações da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX*. Monografia (graduação). Instituto Camilo Filho, Teresina, 2007. SILVA FILHO, O. P. Carnaúba, Pedra e Barro na Capitania de São José do Piauí.

seja, através das edificações que correspondem ao patrimônio tangível. Nesse sentido, o vínculo entre história, memória e esquecimento são evidenciados através do ofício do historiador ao fazer o uso instrumental dessas ferramentas para resguardar ou descartar seus respectivos objetos de pesquisa, como elementos que deverão ou não compor a identidade de uma comunidade. Assim, ao conservar certas informações, a memória permite que o passado não seja esquecido, pois traz ao cotidiano, impressões que permitem que o passado continue vivo. No que se refere ao Porto das Barcas, a tessitura da história, memória e esquecimento permitem que, frente às demandas aceleradas da modernidade, o passado próspero faça parte do presente da cidade, ainda que como uma lembrança fixada nas construções oitocentistas.

Por essa razão, podemos considerar a construção do Porto das Barcas no âmbito dos domínios da História como um lugar de memória, constituindo-se, primeiramente, através dos vínculos afetivos que servem de elo entre os tempos e sujeitos históricos. Em vista desses aspectos, Sandra Jatahy Pesavento considera o historiador como responsável por assumir a tarefa de administrar ou mesmo construir a memória coletiva que brota de uma comunidade e que sofre as consequências da realidade em transformação (PESAVENTO, 2004). Pode-se interpretar, como consequência das diversas leituras sobre o passado da região, que o Porto das Barcas tornou-se o ponto de partida escolhido pelos historiadores para situar o início da cidade de Parnaíba. Esse pressuposto resultou em pesquisas científicas que abordam múltiplos aspectos no tocante ao cotidiano do Porto das Barcas. Isso se justifica em razão das edificações – dentre as quais se destacam os galpões portuários, os casarões, a alfândega e o cais – tornarem o território como parte integrante da história do Nordeste colonial que retrata a memória regional.

Assim, as edificações que constituem o complexo do Porto das Barcas, são utilizadas na historiografia como um traço da identidade regional. Os usos dessas edificações como objeto de estudo historiográfico ainda servem de meio para firmar o Porto das Barcas como um espaço de identidade. De acordo com a historiadora piauiense Antônia Valtéria Alvarenga as principais leituras que se fazem a respeito dessas edificações que constituem o Porto das Barcas e narram a história local tem como característica a idealização de um passado poético e nostálgico (ALVARENGA, 2017). Essas características atribuídas a história de Parnaíba apresentam semelhanças com aspectos das leituras regionais de intelectuais como Gilberto Freyre que pensam o presente através

---

Belo Horizonte, 2007. REGO, Junia Motta Atonaccio Napoleão do. *Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1750-1900)*. Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense, 2010

do passado pertencente ao Nordeste. Logo, os trabalhos desses respectivos intelectuais são afetados por aquilo que o historiador alemão Reinhart Koselleck conceitua como “tempo da experiência” em que:

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é preservada uma experiência alheia. (KOSELLECK, 2006, p. 309)

Nessa relação entre historiador e o tempo, a experiência configura-se como forma de comportamento e raciocínio transmitidos que se concretizam através de suportes como a história, a memória e demais vestígios. Por estarem inconscientemente envolvidos nessa atmosfera, a qual Koselleck chama de “tempo da tradição”, as produções historiográficas se contentam em perceber o conjunto de eventos e traços que formam a região apenas como uma testemunha do passado. Como consequência disso, essa percepção atravessa gerações, legitimando uma idealização, em especial pelo fato de se relacionar com o mundo dos afetos. Aliás, “a memória é tecida por nossos afetos e por nossas expectativas diante do devir” (Gondar apud. Halbwachs, 2016, p.16). Dessa maneira, ao analisar as dissertações produzidas pelo Programa de Mestrado em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí que abordam o Porto das Barcas e a cidade de Parnaíba, percebeu-se que o exercício historiográfico envolve nostalgia sob o título de progresso do século XIX e XX e em consequência disso, o tangenciamento das mazelas sociais que se seguiram no mesmo espaço temporal.

O resultado dessa historiografia afetada pela percepção individual é a idealização de um passado que muitas vezes tende a ignorar as mazelas sociais que permeiam o tempo e o espaço. Por fim, esse tipo de historiografia que idealiza o passado faz parte de uma realidade não só piauiense, mas latino-americana (ALVARENGA, 2017). Em tal quadro as atenções concentram-se no passado próspero no que diz respeito a economia e cultura, tangenciando por vezes, as problemáticas atuais que mostram-se como continuidades históricas, como por exemplo, a questão dos estereótipos relacionados a região e conseqüentemente, ao Piauí. Esse quadro saudosista torna-se resgatado no âmbito do patrimônio e adquire uma nova perspectiva, que será recuperada pelas instituições culturais através dos bens que marcam um passado a ser lembrado.

### 2.3 O NORDESTE E O PIAUÍ DO IPHAN

Todo esse passado correspondente ao Nordeste e ao Piauí do qual nos ocupamos nos dois subcapítulos anteriores, nos apontam a existência de faces da história regional e local construídas através do trabalho dos intelectuais da cultura. Contudo, uma outra face que também nos incube diz respeito a existência de um Nordeste e um Piauí propriamente iphaniano. Em outras palavras, trata-se de um estudo de um Nordeste e um Piauí resultantes da aplicação de políticas públicas próprias do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - mais especificamente ao tombamento, uma que nos referimos aos bens de natureza material - o órgão responsável pela salvaguarda dos bens culturais que se relacionam com a identidade e a memória da sociedade.

Essa primeira prática, o tombamento, etimologicamente corresponde a um verbo de origem portuguesa que também tem por sinônimo “inventariar” ou “registrar”, tal como consta no dicionário Priberam (2021). Essa palavra também está associada a Torre do Tombo, um acervo memorialístico de origem lusitano. Enquanto política pública, o “tombamento” está vinculado ao decreto-lei nº25 de 1937, que tem por função regulamentar a salvaguarda do patrimônio nacional. O decreto define o patrimônio histórico e artístico nacional como:

o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja preservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937)

Em outras palavras, o tombamento representa o reconhecimento de valores culturais e pretende impedir a extinção física e a descaracterização de traços básicos dos bens patrimonializados. Pode-se dizer que a patrimonialização concebida através da criação de instituições e legislações específicas como este decreto, é um processo de legitimação dos valores culturais em sintonia com os interesses do Estado. Para além disso, sua elaboração confere ao Estado a capacidade de criar uma conformidade sociocultural que implica na seleção criteriosa de elementos alegóricos que se encarregam de representar o corpo nacional (FONSECA, 2005).

Deve-se frisar o fato de que neste decreto os critérios para o tombamento ainda eram abrangentes e subjetivos, uma vez que não havia parâmetros para definir a memorialística dos fatos presentes no patrimônio e assim como também não havia critérios para definir o significado de “excepcional valor”. Além disso, o decreto-lei nº 25 de 1937 ainda possibilitou a discriminação dos bens tombados através da criação de quatro livros

de tombos, sendo eles Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Tombo Histórico, Tombo de Belas Artes e Tombo de Artes Aplicadas. De acordo com a historiadora Françoise Choay a existência dos livros de tomo rememora ao contexto revolucionário francês do século XVIII, em que:

[...] por sugestão dos teóricos e ativistas Honoré-Gabriel Riqueti (Conde de Mirabeau) e Charles Maurice de Talleyrand-Perigord foi criada uma comissão nomeada “dos Monumentos” com o objetivo de proteger as diferentes categorias de bens recuperados da destruição – livros, manuscritos, selos, medalhas, pedras gravadas, estátuas, bustos, baixos-relevos, armas, mausoléus etc– e inventariar cada uma delas, descrevendo o estado de conservação em que se encontrava cada um dos bens. (CHOAY, 2001, p. 99)

Juntos, a Constituição de 1934 - pioneira no estabelecimento das normas voltadas para o patrimônio cultural - e o Decreto-lei N° 25/37 documentaram o patrimônio nacional a partir de suas características e sua relação com o passado da nação. No que diz respeito a região do Nordeste brasileiro, houve, entre as décadas de 1937 e 1967 o tombamento federal de um total de 260 bens culturais. Esses bens, localizados nos estados da Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe variam de acordo com o Livro de Tombo e com a sua natureza, sendo ela civil, religiosa ou militar. De acordo com a análise dos bens tombados na região, percebe-se que nas quatro primeiras décadas o IPHAN priorizou os bens históricos e culturais da Bahia, constando um total de 113 bens referentes ao estado, em que, 46 bens são de natureza religiosa, enquanto 51 representam sobrados e casas e 16 representam construções militares.

Dentre os bens relativos a região, 190 constam no Livro de Tombo de Belas Artes<sup>8</sup> e 133 constam no livro de Tombo Histórico<sup>9</sup>, percebendo-se assim uma predominância de bens inscritos no Livro de Tombo de Belas Artes, em que se prioriza os bens de natureza não utilitarista, sendo as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira (BRASIL, 1937). Com base nesse levantamento, é possível considerar que esses

---

<sup>8</sup> Reúne as inscrições dos bens culturais em função do valor artístico. O termo belas-artes é aplicado às artes de caráter não utilitário, opostas às artes aplicadas e às artes decorativas. Para a História da Arte, imita a beleza natural e são consideradas diferentes daquelas que combinam beleza e utilidade. O surgimento das academias de arte, na Europa, a partir do século XVI, foi decisivo na alteração do *status* do artista, personificado por Michelangelo Buonarroti (1475 - 1564). Nesse período, o termo belas-artes entrou na ordem do dia como sinônimo de arte acadêmica, separando arte e artesanato, artistas e mestres de ofícios. (IPHAN, s.d)

<sup>9</sup> Neste livro são inscritos os bens culturais em função do valor histórico. É formado pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Brasil e cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil. Esse Livro, para melhor condução das ações do Iphan, reúne, especificamente, os bens culturais em função do seu valor histórico que se dividem em bens imóveis (edificações, fazendas, marcos, chafarizes, pontes, centros históricos, por exemplo) e móveis (imagens, mobiliário, quadros e xilogravuras, entre outras peças). (IPHAN, s.d)

tombamentos privilegiaram mais os aspectos artísticos do que histórico dos monumentos que personificavam a nação brasileira. Isto deve-se, a princípio, pela formação do quadro de profissionais<sup>10</sup> da instituição, cujas três primeiras décadas constituíam-se de arquitetos modernistas com notório saber, que empregavam sua visão na avaliação do patrimônio histórico e artístico nacional. Assim, a avaliação do valor histórico ficava em segundo plano, restrita à vinculação do bem aos fatos memoráveis da história do Brasil (FONSECA, 2009).

Essas primeiras ações de salvaguarda referentes a região Nordeste têm como foco a criação de uma herança comum a todos, com traços centrados na arquitetura luso-brasileira e colonial, mormente vistos nas igrejas, sobrados e casarões típicos do período colonial brasileiro. A salvaguarda de bens culturais com tais características corroborava com o projeto político-ideológico de construção da nacionalidade, idealizado durante a Era Vargas (MARCELO, 2011, p. 79). Esse projeto tinha como foco a criação de uma nova ordem, alicerçado na modernização das estruturas político-administrativas, econômicas e culturais, baseado no fato de que o patrimônio constitui-se como ferramenta para essa nova face, uma vez que preservar o patrimônio significa também preservar a nação (GONÇALVES, 1996).

Esse aspecto preservacionista marcou as primeiras décadas do IPHAN, concebida como fase heroica (1937-1967), cuja salvaguarda estava associada aos bens de “pedra e cal” correlatos aos fatos memoráveis da nação. O termo “heroico” atribuído aos trinta primeiros anos de atuação do SPHAN justificava-se pela extrema dedicação dos intelectuais e demais profissionais à causa do patrimônio no país. Esse adjetivo ainda garantiu aos fundadores da instituição uma natureza mítica e heroica tendo em vista seus esforços para construção dessa instituição e da formação de uma mentalidade patrimonial no país (PEREIRA, 2009).

Essa instituição foi criada sobre o título de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN<sup>11</sup> e configura-se como um marco nas ações de proteção do patrimônio na América Latina. De acordo com a historiadora Márcia Regina Romeiro Chuva, nessa primeira fase iphaniana, “no Brasil designou-se como patrimônio histórico e artístico

---

<sup>10</sup> De acordo com os arquivos do IPHAN, ainda entre 1937 e 1945 os intelectuais que compuseram o quadro de funcionários da Seção Técnica e representantes regionais é formado por apenas um historiador (Salomão Vasconcelos), um sociólogo (Gilberto Freyre), três escritores, sete arquitetos e três engenheiros. Entre os membros do Conselho Consultivo entre os anos de 1938 e 1946 constam cinco historiadores e um arqueólogo (CHUVA, 2017).

<sup>11</sup> É importante frisar que ao longo de sua trajetória, a instituição passou por mudanças no seu nome. Primeiramente foi criado como Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. Em 1946, seu nome foi alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN e somente em 1970 é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

nacional, basicamente aquilo que foi classificado como arquitetura tradicional do período colonial, representante “genuína” da origem da nação” (CHUVA, 2017, p.42). Numa segunda concepção também relacionada a fase heroica, a noção de patrimônio, está, também intimamente relacionada à problemática da cultura material e a uma história que interpreta o passado a partir dos traços e dos restos (HANDLER, 1988). Nesse sentido, essa fase está associada aos bens culturais de "pedra e cal", sejam edificações em bom estado de conservação ou ruínas que auxiliam na constituição de uma história.

Segundo a especialista referida, se estima que no primeiro ano do SPHAN houve a maior concentração de tombamentos nos estados do Rio de Janeiro (20,14%), Bahia (13,19%), Pernambuco (9,11%) e Minas Gerais (5,28%) (CHUVA, 2017, p.211)<sup>12</sup>. Esses quatro estados revelavam os moldes de atuação da instituição na fase heroica, valorizando o barroco e a arquitetura colonial das cidades históricas. Na prática, essa prioridade foi justificada pelos agentes institucionais em decorrência do processo de urbanização, que já se acelerava, e do saque e comercialização indevido dos bens móveis (FONSECA, 2017).

Nessa fase, a instituição estava sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que concebia o patrimônio como um “documento de identidade” da nação brasileira, pensada desde os primórdios da colonização portuguesa (GONÇALVES, 1996). Nesse sentido, os bens culturais da região Nordeste, mais especificamente dos estados da Bahia e de Pernambuco, corroboraram para a formação desse “documento de identidade”, através principalmente das igrejas católicas datadas do período colonial. Essas edificações retratam um tipo de religiosidade brasileira que se expressa de forma mais acentuada na região Nordeste, ao passo que para firmar seu domínio, os jesuítas tinham como estratégia edificar igrejas, que a partir da década de 1930 passaram a ter uma função que não se resumia somente ao domínio territorial, mas que refletia no desenvolvimento da identidade histórica nacional.

Na fase heroica do SPHAN, houve também o tombamento de bens culturais no estado do Piauí entre os anos de 1938 a 1940. Dentre esses bens, constam três edificações de arquitetura religiosa relacionados à presença da Igreja Católica no Brasil colonial, sendo as portas da Igreja São Benedito (184-T-1938), localizada em Teresina; a

---

<sup>12</sup> Apenas 5% dos municípios brasileiros possuem bens tombados em âmbito federal. As maiores concentrações estão nos estados do Rio de Janeiro (19% do total), Minas Gerais (17%) e Bahia (15%). Há concentração também dentro de cada região: o estado do Pará detém 68% dos bens do Norte; Santa Catarina, 52% dos bens do Sul; Bahia, 43% dos bens tombados no Nordeste; Rio de Janeiro, 41% dos bens do Sudeste, e Goiás, 37% dos bens do Centro-Oeste. (PORTA, 2012) Contudo, ainda nessa primeira fase, o Nordeste é a segunda região com a maior atuação do SPHAN.

Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo (224-T-1940), localizada na cidade de Piracuruca e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória (224-T-1940), localizada na cidade de Oeiras. Para além disso, houve também o tombamento de edificações da arquitetura civil como o Sobrado Nepomuceno (186-T-1938) e a Ponte Grande (186-T-1938), ambos localizados na cidade de Oeiras e o Cemitério do Batalhão (185-T-1938), localizado na cidade de Campo Maior. Todos esses bens constam no Livro de Tombo Histórico ou no Livro de Tombo de Belas Artes, podendo também constar nos dois livros.

**Figura 6 - Patrimônio do Piauí tombados na fase heroica (1937-1967)<sup>13</sup>**



Fonte: Google imagens

Isso se deve ao fato de possuírem, aos olhos dos profissionais, notório valor artístico, como também características que suscitam um passado histórico ligados a ocupação do estado, aos vínculos religiosos, ou ao ciclo do couro, como também à movimentos políticos, mais precisamente ao princípio da ocupação portuguesa no território, uma vez que esses bens estão localizados no interior do estado. Esses passados específicos serviam para que o IPHAN colaborasse também para a escrita de uma história

<sup>13</sup> 1- Portas da Igreja São Benedito (Teresina), 2- Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo (Piracuruca), 3- Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória (Oeiras), 4- Ponte sobre o rio Mocha (Oeiras), 5- Cemitério do Batalhão (Campo Maior).

nacional através do patrimônio. Nesse sentido, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória é considerada uma das construções religiosas mais antigas do estado do Piauí, e portanto, um marco da ocupação local. De igual maneira, a ponte sobre o rio Mocha também é considerada a mais antiga do estado, assim como a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória. A ponte é uma construção oitocentista e portanto, de valor histórico. Por sua vez, as portas da igreja de São Benedito possuem um valor mais artístico do que histórico, tendo em vista que foi esculpida pelo célebre artesão Sebastião Mendes<sup>14</sup> (1886).

Nessa primeira fase, heroica, nota-se um Nordeste, e em vista disso, também um Piauí com atuações iphanianas próprias do projeto pensado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, em que as igrejas, casarões, sobrados e outras estruturas militares, religiosas e civis reforçam o passado colonial da região através de critérios estético-estilísticos e históricos. Ao mesmo tempo, constatamos a inexpressiva presença do SPHAN em alguns estados no Nordeste, tais como: Piauí, Ceará, Maranhão, Sergipe e Alagoas. Em decorrência dessa inexpressiva atuação na região, nota-se também o escasso resultado dos tombamentos em estados como o Piauí. Somente na década de 1980 houve a criação da 2ª Diretoria Regional do IPHAN em São Luís do Maranhão que tinha jurisdição também sobre os estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte.

Seguindo-se a fase heroica, inicia-se a fase “moderna” do IPHAN. Nessa nova fase, como observa Maria Cecília Londres Fonseca (FONSECA, 2017) uma série de fatores possibilitaram uma sensível mudança nas políticas de atuação do IPHAN durante a década de 1970. Uma dessas mudanças foi a substituição na direção da instituição, que passou a ser gerida pelo arquiteto Renato Soeiro, por indicação de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Embora tenha exercido o cargo durante um momento de agitação política e social da história do Brasil, sua gestão é pouco abordada por grande parte da historiografia que trata do patrimônio institucionalizado. Ao contrário, a partir de uma análise superficial e induzida, a gestão de Renato Soeiro foi considerada uma “fase intermediária” entre dois momentos consagrados do IPHAN - a “fase heroica” e a “fase moderna”. (FERREIRA, 2011). De acordo com os estudos dos processos de tombamento durante a gestão de Renato Soeiro (1967-1979), pôde-se perceber algumas mudanças na seleção dos bens culturais a serem protegidos pelo Estado. Essas mudanças foram ocasionadas pelo próprio

---

<sup>14</sup> Pouco se sabe sobre a história do artista Sebastião Mendes de Souza. Das sete portas da Igreja São Benedito, cinco foram talhadas por ele e sua obra não foi concluída em decorrência do seu suicídio. De acordo com a pesquisadora Katiucy da Rocha (2014) desde os dez anos de idade, Sebastião Mendes já esculpia e em 1868 recebeu uma bolsa financiada pela província do Piauí para estudar Belas Artes em qualquer província do Império e, ao retornar a Teresina, foi convidado pelo Presidente da Província Raimundo de Castro e Silva para cinzelar as sete portas da Igreja de São Benedito.

contexto político e social que envolvia as décadas de 1960 a 1980, a saber, o contexto da ditadura militar brasileira (1964-1985).

No referido cenário houve a criação de uma série de instituições voltadas para a cultura<sup>15</sup>, e dentre elas, a trajetória do IPHAN se perpetuou, dessa vez com o auxílio de órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO. Essas relações tinham como objetivo formular uma política para a conservação do patrimônio que acompanhasse as novas tendências mundiais, a exemplo da Carta de Veneza (1964) e da Carta de Quito (1967). Além disso, estabeleceu-se como objetivo possibilitar o alinhamento entre o planejamento urbano, o turismo e o patrimônio.

De acordo com a especialista Márcia Sant'Anna (1995), essa nova fase correspondente as políticas patrimoniais voltadas para uma nova configuração do que é chamado de "cidades-patrimônio"<sup>16</sup>, foi influenciada diretamente pelos relatórios regionais elaborados pelos consultores da UNESCO que visitaram o Brasil, Alfredo Viana de Lima (São Luís e Alcântara) e pelo urbanista Graeme Shankland (Salvador). Esses relatórios levavam em consideração o avanço da industrialização e as novas dinâmicas urbanas, que conseqüentemente causa a desestruturação dos bens imóveis. Como observa Fonseca (2017) o objetivo dessas intervenções internacionais visava demonstrar a relação entre o valor cultural e o valor econômico (turístico) e não apenas persuadir a sociedade sobre a preservação de valores culturais.

Paralelo a isso, o período de reabertura política decorrente do final do regime militar no país também resultou na criação de uma nova carta política que também abrangia o patrimônio histórico e artístico nacional. Todas as discussões, debates e políticas a respeito do patrimônio nacional, culminaram na elaboração mais abrangente de patrimônio em nossa carta política. De acordo com a terminologia adotada na Constituição Federal de 1988 "Patrimônio Cultural", diz respeito aos:

[...] bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:  
I - as formas de expressão;  
II - os modos de criar, fazer e viver;

---

<sup>15</sup> Conselho Federal de Cultura (1966); o Instituto Nacional de Cinema (1966); a Empresa Brasileira de Filmes - EMBRAFILMES (1969); A Fundação Nacional de Artes - FUNARTE (1975), Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC (1975); RADIOBRÁS (1975); Conselho Nacional de Cinema (1976), entre outras. (MARCELO, 2011)

<sup>16</sup> De acordo com Márcia Sant'Anna, a partir dos anos 1960, a cidade patrimônio instaura-se como um testemunho da evolução da organização social, fazendo juz ao nome "cidade histórica". (SANT'ANNA, 1995, p. 175)

- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Nesse sentido, a partir da década de 1980 o conceito de patrimônio se ampliou, em decorrência também do contato com as organizações internacionais. Dessa maneira, os centros históricos do Nordeste, além de protegidos por legislação interna, passaram a ser objeto de salvaguarda no âmbito internacional, sendo reconhecidos como patrimônio mundial a Cidade Histórica de Olinda, em Pernambuco (1982), Centro Histórico de Salvador, na Bahia (1985), Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí (1991), o Centro Histórico de São Luís, no Maranhão (1997) e a Costa do Descobrimento: reserva da Mata Atlântica, localizado entre a Bahia e o Espírito Santo (1999).

Em consequência dos diálogos entre organismos internos e externos, durante a fase “moderna” do IPHAN nota-se uma nova fisionomia de atuação da instituição em relação ao acervo protegido na região Nordeste. Nesse cenário, o patrimônio foi constituído em interface com outros interesses, que não se restringiam às análises estético-estilísticas. Para além disso, compreendeu-se o tombamento como um trabalho elaborado no presente a partir da interação de questões políticas, econômicas, sociais e ideológicas (PEREIRA, 2011). Desse modo, os critérios para o tombamento dos bens culturais expandiram-se para além dos traços arquitetônicos, e ainda que os bens inscritos no Livro de Tombo Histórico e de Belas Artes continuassem a se sobressair em relação aos demais, houve nesse contexto uma maior visibilidade para os bens que pudessem ser inscritos no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Em razão disso, de acordo com a lei nº 3.624/61 coube ao IPHAN a responsabilidade pelos bens arqueológicos e paisagísticos de maneira que, constatando a presença de um sítio arqueológico, cabe a instituição o cadastramento e a proteção da área. Estima-se que na região Nordeste haja o cadastro de 23% dos sítios arqueológicos nacionais e que o Piauí conte com 1.845 sítios arqueológicos cadastrados.

Para José Reginaldo Santos Gonçalves, uma das possíveis razões para essa mudança está no fato de o patrimônio ter uma ressignificação, ao passo que seu significado nacional deslocou-se para os contextos locais (GONÇALVES, 2007). Na fase moderna do IPHAN, somente entre as décadas de 1967 a 1979 houve a análise de 117 processos de tombamento e dentre eles, 83 foram inscritos nos Livros de Tombo e 34 foram arquivados. Até a década de 1990 foram abertos um total de 481 processos de

tombamento. Vale ressaltar que um grande diferencial da fase moderna reside no fato de que a grande maioria das solicitações de tombamento desde a década de 1970 partiram do âmbito externo. Eis um elemento que se diferencia das décadas anteriores, correspondentes à fase heroica, em que predominou as solicitações da própria instituição. Para além disso, os estados e municípios em conjunto com o IPHAN passaram a ter interesse na preservação dos seus bens culturais, uma vez que tal prática fomentou o turismo nas regiões.

De acordo com Pedrazzani (2005) foi a partir de 1980 que o Piauí passou a ter interesse na salvaguarda de seus bens, tombando dezenas de imóveis e poucos conjuntos históricos através do Departamento de Patrimônio Natural, Histórico e Cultural, da Fundação Cultural do Piauí. De acordo com Fonseca:

A grande incidência de solicitações encaminhadas por assembleias e prefeituras faz supor que, dada as características da representação política no Brasil, até meados da década de 1980, o que ocorreu foi uma apropriação por parte desses atores políticos do ideário de preservação, como meio para conseguir, com o governo federal, recursos para a solução de problemas urbanos locais, sobretudo em função da carga simbólica da ideia de patrimônio, no sentido de reforço às identidades locais. (FONSECA, 2017, p. 197)

Por meio da descentralização provocada pelos diálogos entre estados, municípios e o IPHAN, junto à aproximação entre o patrimônio e a sociedade civil, fundamentam-se as ações patrimoniais na região Nordeste. Assim, entre as décadas de 1970 e 1990 houve a abertura de 129 processos de tombamento federal. Esses processos de tombamentos dos bens culturais ainda predominavam nos estados da Bahia e de Pernambuco, pois ainda que a perspectiva de salvaguarda estivesse relacionada ao desenvolvimento urbano através do turismo, os bens tombados ainda possuíam as mesmas características referenciais das décadas anteriores, isto é, bens relacionados com a ocupação estrangeira no período colonial. Contudo, cabe ressaltar que muitos bens do século XIX localizados principalmente em cidades como Salvador, Recife, Maceió - capitais de estados do Nordeste - também foram alvo do tombamento federal.

No Piauí nota-se essa nova perspectiva de tombamento através da salvaguarda, inicialmente, de quatorze bens culturais em instância estadual, amparados pela lei nº 4515/92 - substituta da lei nº 3.742 de 02 de julho de 1980. Dentre eles estão a Casa dos Azulejos (1986) e a Casa Odilon Nunes (1985) na cidade de Amarante; a Fábrica de Laticínios (1988) em Campinas do Piauí; a Usina Maria Bonita (1985) em Floriano; a Igreja Nossa Senhora das Mercês (1988) em Jaicós; a Casa do Cônego (1980), Casa do Visconde da Parnaíba(1986), Igreja Nossa Senhora do Rosário (1986), Sobrado do Ferraz

(1980), Sobrado Major Selemérico (1981) em Oeiras; Porto das Barcas (1986) em Parnaíba; Casa Barão de Gurguéia (1986), Companhia Editorial do Piauí - COMEPI (1981), Clube dos Diários (1985) em Teresina. É significativo que diante dessas ações no âmbito estadual, não houve o tombamento de bens culturais no estado do Piauí entre as décadas de 1970 e meados da década de 1990, em instância federal.

Um aspecto a destacar durante a fase moderna foi a atuação do IPHAN no Nordeste através do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas - PCH, criado em 1973, que possibilitou a restauração dos centros e cidades históricas. O PCH constitui-se como uma iniciativa interministerial, através de uma articulação do Ministério da Educação e Saúde (MES), por meio do Iphan, do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Ministério do Planejamento (MP). O programa tinha como finalidade a criação de uma infraestrutura adequada para o suporte do desenvolvimento das atividades turísticas e uso dos bens culturais como fonte de renda para regiões carentes, revitalizando monumentos em degradação (FONSECA, 2017). Dessa maneira, por meio da restauração, visava-se a efetivação dos núcleos históricos e em consequência disso, também a salvaguarda dos valores históricos e culturais presentes no patrimônio. Estima-se que através do PCH houve o financiamento de 193 projetos, sendo 10 intervenções em conjuntos urbanos e 15 planos urbanísticos e de desenvolvimento urbano (SANT'ANNA, 1995). No tocante a região Nordeste, a pesquisadora Sandra Rafaela Corrêa afirma que:

ainda em 1973 foram assinados convênios com os estados da Bahia (cinco projetos), Sergipe (dois planos urbanos), Alagoas (dois projetos), Pernambuco (cinco projetos), Rio Grande do Norte (um projeto), Ceará (um projeto) e Piauí (quatro projetos), comprometendo CR\$ 9.507.368,57 (nove milhões, quinhentos e sete mil, trezentos e sessenta e oito cruzeiros e cinquenta e sete centavos). Ou seja, dos estados nordestinos, apenas Maranhão e Paraíba não firmaram acordos com o governo federal no âmbito do Programa nos primeiros seis meses de sua existência (CORRÊA, 2012, p.138).

Dentre os estados da região Nordeste, a Bahia continuou com um significativo destaque na concentração de tombamentos, logo sendo um dos estados que participou mais ativamente do PCH, obtendo um expressivo volume de investimentos. Em decorrência disso, a Bahia também passou a se destacar no cenário nacional como um centro de estudos frutíferos no campo do patrimônio, que para Sant'Anna (1995), equivalia as cidades mineiras nos primeiros anos do IPHAN. Esse fato pode ser observado no quadro abaixo, em que consta a distribuição das cidades patrimônio na federação, com predominância nos estados da Bahia e Minas Gerais:

Tabela 1 – Quadro de distribuição das Cidades Patrimônio por estado da Federação

<b>Unidades da Federação</b>	<b>Cidades Patrimônio</b>	<b>%</b>
<b>Alagoas</b>	2	3,1
<b>Amazonas</b>	1	1,5
<b>Amapá</b>	1	1,5
<b>Bahia</b>	9	14
<b>Ceará</b>	4	6,2
<b>Distrito Federal</b>	1	1,5
<b>Goiás</b>	4	6,2
<b>Maranhão</b>	2	3,1
<b>Minas Gerais</b>	9	14
<b>Mato Grosso do Sul</b>	1	1,5
<b>Mato Grosso</b>	2	3,1
<b>Pará</b>	1	1,5
<b>Paraíba</b>	2	3,1
<b>Pernambuco</b>	3	4,6
<b>Piauí</b>	3	4,6
<b>Paraná</b>	3	4,6
<b>Rio de Janeiro</b>	4	6,2
<b>Rio Grande do Norte</b>	1	1,5
<b>Rio Grande do Sul</b>	3	4,6
<b>Santa Catarina</b>	2	3,1
<b>Sergipe</b>	2	3,1
<b>São Paulo</b>	2	3,1
<b>Tocantins</b>	2	3,1
<b>TOTAL</b>	64	100

Fonte: IPHAN, 2013

De um modo mais pontual, pode-se creditar ao PCH ações de salvaguarda como a restauração do Forte dos Reis Magos em Natal, do Largo do Pelourinho em Salvador, dos sobrados de São Luís e do Teatro José de Alencar em Fortaleza. Nesse contexto, dado os diálogos entre a UNESCO e o IPHAN a fim de dividir a salvaguarda dos bens, possibilitando a proteção daquilo que não era de interesse nacional, o Piauí começou,

então, a dar os primeiros passos para a proteção dos seus bens. No Piauí, os primeiros estudos para inserção de cidades no Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas - PCH iniciaram em 1975, beneficiando apenas quatro cidades, sendo elas, a cidade de Oeiras, Amarante, Parnaíba e Piracuruca (PEDRAZZANI, 2005). Para além disso, ainda na década de 1970, em parceria com o IPHAN, a Fundação Cultural do Piauí - FUNDAC, já havia realizado um inventário das cidades históricas do Piauí, denominado *Inventário do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC)*, que culminou numa série de tombamentos estaduais nas cidades do interior do Piauí, mas também no pioneirismo do estado no tombamento em rede, modalidade utilizada pelo IPHAN no início do século XXI para o tombamento dos centros históricos de acordo com a suas trajetórias de ocupação.

Posterior a implantação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, o Piauí recebeu ao final da década de 1980 a primeira instalação do IPHAN, na cidade de Teresina, a 1ª Sub-Regional, que ficava subordinada à 4ª Superintendência Regional do IPHAN, localizada no Ceará, representando um avanço na política institucional e administrativa do estado. Nessa conjuntura, nota-se uma ênfase nos bens de natureza arqueológica, em especial pela inscrição do Parque Nacional da Serra da Capivara como um Patrimônio Mundial da Humanidade. De acordo com a pesquisadora Déborah Kishimoto (2012) é possível perceber uma singularidade da iniciativa da UNESCO em relação a esse bem, pois o reconhecimento internacional se antecipou ao reconhecimento nacional.

Com base nesse breve histórico de atuação do IPHAN no Nordeste em suas duas fases mais importantes, que remontam o início da sua trajetória na década de 1930 até a década de 1980, com sua reestruturação, nota-se alguns aspectos importantes. Durante a sua fase heroica, as políticas iphanianas eram incisivas em seu objetivo de construção do nacional, e para tanto, o Nordeste aparece como um espaço de afirmação desse passado, concentrado principalmente nos estados da Bahia e Pernambuco.

Em decorrência disso, os usos do tombamento como instrumento que confere uma simbologia política para a nação mostraram-se mais abrangentes, ao passo que, em sua fase moderna, não se percebe a atuação em instância federal em reconhecer outros tipos de bens culturais presentes, especialmente nos pequenos centros históricos, como aqueles formados no Piauí. Nota-se que coube aos estados, nessa segunda fase, o reconhecimento e administração do patrimônio de natureza histórica, artística e cultural. Assim, de maneira geral, no Nordeste a fase heroica do IPHAN caracterizou-se pela tentativa de formação de uma identidade pautada no passado colonial, que se generalizou

enquanto priorizavam os bens culturais de arquitetura e traços luso-brasileiras. Esse modelo, por sua vez, passa a ser questionado com o advento da fase moderna, em que o conceito de patrimônio se expande para além do colonial, como também para além dos bens de natureza material.

## **CAPÍTULO 3: A PATRIMONIALIZAÇÃO DO PORTO DAS BARCAS**

### **3.1 A PATRIMONIALIZAÇÃO DE PORTO DAS BARCAS – OS ÂMBITOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS**

Conforme apresentado no capítulo anterior, o Porto das Barcas remete a formação urbana e econômica da cidade de Parnaíba e enquanto bem cultural, relaciona-se com a memória e a identidade da cidade. Em razão disso, esse bem passou por duas situações diferentes. Nos primeiros anos da década de 1970 eram escassas no Piauí uma legislação específica e incisiva para a proteção dos bens culturais, e na cidade de Parnaíba, era inexistente. Como consequência da falta de uma legislação, o Porto das Barcas permaneceu, desde seu enfraquecimento enquanto entreposto comercial - na década de 1960 - em estado de abandono, de tal maneira que sua estrutura passou a se deteriorar gradativamente. Um outro fator que também favoreceu a deterioração e que estava vinculado ao seu desuso, foi a falta de identificação entre a sociedade e o bem cultural até a implantação das primeiras políticas de salvaguarda do Porto das Barcas.

A ausência de políticas voltadas para o Porto das Barcas trouxe consigo uma falta de identificação e reconhecimento dos valores atrelados a esse bem cultural, conforme explica o historiador Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. Para esse historiador, os valores não são criados pelo poder público e sim, pela comunidade. Entretanto, o poder público também é participante na criação dos valores (MENESES, 2009). Quando aplicados ao Porto das Barcas, tais valores podem ser considerados como cognitivo, ao passo em que, por seu intermédio, revelam-se as condições históricas de construção, os usos e apropriações, bem como as categorias sociais envolvidas. Para além disso, também pode ser valor afetivo, isto é, os valores relacionados com a história, memória e identidade. (MENESES, 2009).

De acordo com Maria Cecília Londres Fonseca (2017) há uma relação estreita entre patrimonialização e a sociedade. Em primeiro grau, o patrimônio é antes, um bem que encontra suas motivações baseadas na cultura e na memória, que por sua vez, precisa de estímulos para não ser esquecida. Por outro lado, o sentido de patrimônio é secundário e parte das prerrogativas atribuídas por agentes de Estado, responsáveis por fixá-lo em determinadas categorias (arqueológico, etnográfico, histórico, paisagístico e etc.). Dessa maneira, a integridade de um bem não é por si sustentada por políticas públicas de preservação, mas estas, quando democratizadas, somam-se a condições de acesso a significações e valores que justificam a preservação. (FONSECA, 2017).

Toda essa discussão sobre valores e significados do patrimônio, remontam a própria noção do termo, que se transmutou tanto semanticamente, quanto de forma prática, de acordo com as necessidades de cada tempo. Em razão dessa transmutação, a historiadora Françoise Choay (1999) considera o conceito de “patrimônio” nômade, pois a princípio, estava relacionado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade e mais recentemente, requalifica-se por meio da contínua acumulação de objetos e práticas que remetem a um passado da nação. Como consequência dessa remodelação do sentido, a palavra “patrimônio” também está entre as mais utilizadas no cotidiano social, sofrendo um novo processo de requalificação através dos adjetivos que a acompanham - material, imaterial, cultural, histórico, natural, etc - processo este, que parece não ter limites, sendo inflacionário ao passo em que parece inesgotável (GONÇALVES, 2015).

Essa palavra tão repetida e tão ressignificada originou-se na Antiguidade, associada à expressão latina *patrimonium* que aparece vinculada ao direito romano, representando o conjunto de bens que deveriam ser transmitidos de pais para filhos, portanto, comportando-se enquanto herança familiar. De acordo com Dominique Poulot “eram bens vislumbrados não segundo seu valor pecuniário, mas em sua condição de bem-a-transmitir” (POULOT, 2009, p.16). A origem dessa discussão em seu sentido moderno, isto é, voltado para a institucionalização e criação de normas específicas aos bens culturais, está assentada no contexto revolucionário da França, no século XVIII, ainda que a atribuição de valores históricos e artísticos dos objetos, bem como a necessidade de preservá-los tenha partido de um momento anterior, a saber, o período Renascentista dos antiquários. Contudo, o agitado cenário francês oitocentista resultou na obstinada destruição dos bens que remetiam a presença do poder eclesiástico e aristocrata que compunham o *Ancient Régime*. De acordo com o historiador Dominique Poulot esse cenário muda:

Com a campanha contra o vandalismo do Abbé Gregoire e dos Thermidoriens, com a despolitização dos museus, a herança do passado pôde ser nacionalizada e estetizada [...] desde então, a nação apropriou-se do passado como recurso e não mais como ameaça, além de pensar seu futuro em termos de definição progressiva de uma identidade (POULOT, 2009, p.121)

Percebe-se então, que as bases que sustentam a ideia de patrimônio cultural não foram lançadas de maneira espontânea, uma vez que partiu da reflexão de um grupo de intelectuais que compactuavam com os valores iluministas relacionados ao saber, e que, portanto, percebiam a destruição dos símbolos do feudalismo e da monarquia como

uma tentativa de apagar o passado e a memória que tais símbolos carregavam. Como resultado desse apagamento, daria lugar ao ideal de Estado-Nação. A fim de corrigir os excessos dos revolucionários, o governo implementou políticas de caráter ideológico para cumprir com a função de evocar um passado da nação. A partir disso, as práticas culturais de preservação dos bens históricos têm se voltado para a identificação, coleta, restauração e preservação de objetos culturais no sentido geral do termo (GONÇALVES, 1996).

Em consequência de toda essa movimentação que parte da França e se expande por todo o mundo ocidental, pode-se afirmar que “patrimônio” é uma categoria eminentemente ocidental e que acompanha a história dessa civilização (HARTOG, 2003). Isso se cumpre na proporção em que surge nesse espaço, a necessidade de constituir uma identidade nacional proposta não exatamente pela sociedade, mas pelos órgãos de poder do Estado, que sirva para identificar a nação. De acordo com Regina Abreu (2015) há três grandes momentos para a patrimonialização no Ocidente. A primeira parte estende-se do século XIX até a primeira metade do século XX, em que os processos de patrimonialização estão pautados na reconstrução histórica do passado e na valorização da arte nacional.

Seguindo-se a esse primeiro momento, o segundo diz respeito a criação da UNESCO em 1945, trazendo às discussões o conceito antropológico de cultura, levando em consideração os resultados do contexto Pós-Guerra (1945-1955) bem como a refutação das teorias do evolucionismo cultural. O segundo momento confunde-se com o terceiro, situado na década de 1980 também tendo como base a atuação da UNESCO. Nesse terceiro momento houve a implantação da “patrimonialização das diferenças”, que leva em consideração a patrimonialização nas diferentes geografias a fim de manter os bens protegidos contra os avanços da modernidade protagonizada pela globalização. Por assim ser, a patrimonialização implica em depositar valor ou no seu reconhecimento relacionado aos bens culturais. Dessa maneira, a pesquisadora Zita Rosane Possamai afirma que:

É na atribuição de determinados valores – nacional, histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico, afetivo, entre outros – que se opera a definição do que será considerado patrimônio, portanto digno de preservação, e o que será relegado ao esquecimento. [...] Assim, o valor que é dado a determinado objeto arquitetônico, por exemplo, não se encontra apenas nas suas características físicas e morfológicas, mas em tudo o que ele passará a representar, como a identidade de determinado grupo, cidade ou nação ou o período histórico ao qual pertenceu, entre inúmeros outros. (POSSAMAI, 1979, p.27)

No Brasil, a ideia de patrimonialização dos bens culturais partiu do Decreto-Lei nº 25/1937 e se expandiu através da Constituição Federal de 1934, que no seu artigo

nº 148 delega à União, Estados e Municípios a proteção do patrimônio artístico<sup>17</sup> do país. A partir de então, a preservação do patrimônio cultural brasileiro esteve presente em todas as constituições subsequentes. Com a promulgação da Constituição Federal de 1937, as políticas de patrimonialização permaneceram vigentes, constando no artigo nº 134 que:

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional. (BRASIL, 1937)

Assim, assentada no objetivo político e intelectual de construir uma “identidade nacional” a ideia de patrimônio inseriu-se na geografia brasileira, tendo como pioneiros, Rodrigo Melo Franco de Andrade e o designer Aloísio Magalhães. De acordo com José Reginaldo Santos Gonçalves, essa dupla ainda que em décadas diferentes, defendeu “de modo admirável o chamado patrimônio histórico e cultural brasileiro” (GONÇALVES, 2019, p.35). Na perspectiva de Gonçalves, a ideia de patrimonialização emerge de dois campos que se encontram, a saber o político e o social. O primeiro, pautado no princípio da “retórica da perda” em que as instituições representantes do poder público tornam-se responsáveis pela preservação e tempo de vida dos bens patrimonializados.

É nessa perspectiva que os intelectuais trabalharam em prol da patrimonialização dos bens culturais nacionais, colocando-se como “guardiões do patrimônio” em parceria com a sociedade que deveria ser educada para contribuir com a proteção desses bens. Contudo, José Reginaldo Santos Gonçalves, ao trabalhar a “retórica da perda” traz à luz uma perspectiva cultural do patrimônio que está inserido nos coletivos sociais e que transcende a esfera política e a ideia de “perda”. Nessa perspectiva, os sujeitos já possuem em si a ideia de patrimônio atrelada aos seus bens e práticas, dentro de uma esfera subjetiva encontrando ressonância no corpo e na alma dos homens e mulheres que pretendem representar, sendo ao mesmo tempo condição e produto de sua criatividade. (GONÇALVES, 2019)

---

<sup>17</sup> Partindo do pressuposto da terminologia adotada para o patrimônio, cabe ressaltar que de acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo nº216, o conceito de patrimônio amplia-se, substituindo o “Patrimônio Histórico e Artístico” por “Patrimônio Cultural Brasileiro”. De acordo com as Convenções Internacionais (Convenção de Haia) o *bem cultural* é entendido como aquele bem que deve ser protegido, em virtude de seu valor e de sua representatividade para determinada sociedade. Convém lembrar que qualquer *bem cultural* pode ser elevado a uma determinada categoria de proteção legal, de acordo com uma determinada atribuição de valor, que passa então a fazer parte da lista dos *bens culturais protegidos*, tanto em escala nacional, quanto, em alguns casos, em escala mundial, dependendo de sua excepcionalidade, em diferentes categorias. (GUEDES, 2016)

Vale destacar que os elementos formadores de uma sociedade e de seu patrimônio são narrativos e, ainda que políticos, também se relacionam com a maneira pela qual a sociedade imagina-se. Nesse sentido, a nação está relacionada a *comunidades imaginadas*, como propôs o cientista político Benedict Anderson (2015). Essas comunidades são imaginadas à medida que os sentidos de unidade da nação fundamentam-se numa narrativa partilhada entre seus membros, mesmo que a maioria não se conheça. A constituição dessa identidade pertencente à comunidade imaginada resulta na eleição dos elementos que fazem parte de seu patrimônio cultural. Logo, uma nação torna-se o que é a medida em que se apropria do seu patrimônio, concebendo-o como um traço de sua própria história (GONÇALVES, 1996).

Foi nesse campo de discussões em torno da sociedade e das políticas de patrimonialização que Aloísio Magalhães<sup>18</sup> implementou, entre as décadas de 1979 e 1983 uma nova fase nas políticas de proteção ao patrimônio cultural no Brasil. Usando um viés mais antropológico - como previsto no cenário internacional com a atuação da UNESCO - e procurando oferecer uma maior visibilidade à diversidade cultural do país. Com o intuito de ampliar a percepção a respeito da noção de patrimônio, é adotada a noção de “bem cultural” para enfatizar uma referência reinterpretada do passado, que estabelecesse vínculo com as populações locais. De acordo com o verbete do Dicionário do Patrimônio Cultural produzido pelo IPHAN, a noção de bem cultural está associada a um valor atribuído ao patrimônio produzido no âmbito da cultura, desde o momento da escolha para preservação (CARSALADE, 2015). Essa definição está pautada no direito internacional desde 1954, na Convenção da Unesco sobre a proteção de bens culturais em caso de conflito armado, em que no artigo 1º constam como bens culturais:

- a) Os bens, móveis ou imóveis, que apresentem uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitetura, de arte ou de história, religiosos ou laicos, ou sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, livros e outros objetos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as coleções científicas e as importantes coleções de livros, de arquivos ou de reprodução dos bens acima definidos; b) Os edifícios cujo objetivo principal e efetivo seja de conservar ou de expor os bens culturais móveis definidos na alínea (a), como são os museus, as grandes bibliotecas, os depósitos de arquivos e ainda os refúgios destinados a abrigar os bens culturais móveis definidos na alínea (a) em caso de conflito armado; c) Os centros que compreendam

---

<sup>18</sup> Aloísio Sérgio Barbosa de Magalhães (1927-1983) foi um designer gráfico brasileiro que dirigiu o IPHAN no ano de 1979 a 1982 e além disso, fundou o Centro Nacional de Referência Cultural e criou a Fundação Nacional Pró-Memória. Durante sua gestão, Aloísio Magalhães voltou-se para a salvaguarda dos bens de natureza imaterial e levou em consideração as “referências culturais”.

um número considerável de bens culturais que são definidos nas alíneas (a) e (b), os chamados “centros monumentais. (UNESCO, 1954).

No Brasil, a noção de “bem cultural” pensada pelo aspecto antropológico tinha um viés mais democrático, considerando que a cultura parte da sociedade. Para isso, houve nesse contexto a criação do Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC, que tinha como objetivo conhecer, referenciar e compreender as manifestações culturais, visando a preservação da memória e o seu desenvolvimento (FONSECA, 2017). Em proveito dessa aproximação da sociedade para melhor compreender a identidade da cultura nacional, houve o primeiro “Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da área da Cultura, Prefeitos de Municípios interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais” promovido pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, em 1970. Esse evento tinha como objetivo descentralizar as práticas de patrimonialização, expandindo-as para os Estados, a fim de também complementar as medidas necessárias para a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

De forma geral, somente a partir de 1970 essas políticas passaram a ser responsabilidade dos estados e municípios. Nessa mesma década ocorreu a implantação da Fundação de Cultura do Piauí - FUNDAC<sup>19</sup> e a implantação do PCH através da parceria entre o estado e o Governo Federal. Contudo, foi na década de 1980 que as políticas de salvaguarda do patrimônio se efetivaram no estado. Ainda que na década de 1970 tenha ocorrido a implantação da Fundação de Cultura do Piauí - FUNDAC, e em 1975 a implantação do PCH através da parceria entre o estado e Governo Federal, somente na década de 1980 o Piauí efetivou suas políticas voltadas para a proteção do patrimônio cultural. Nessa década o tombamento de conjuntos urbanos ganhou um novo sentido, relacionado ao testemunho histórico regional. Em razão disso, bens como o casarão dos azulejos em Amarante, a Fazenda Serra Negra em Aroazes, a Fábrica de Laticínios em Campinas do Piauí, a Usina Elétrica Maria Bonita em Floriano, o Porto das Barcas em Parnaíba e outros bens de natureza civil, católica e militar interiorizados no estado, passaram pelo tombamento estadual.

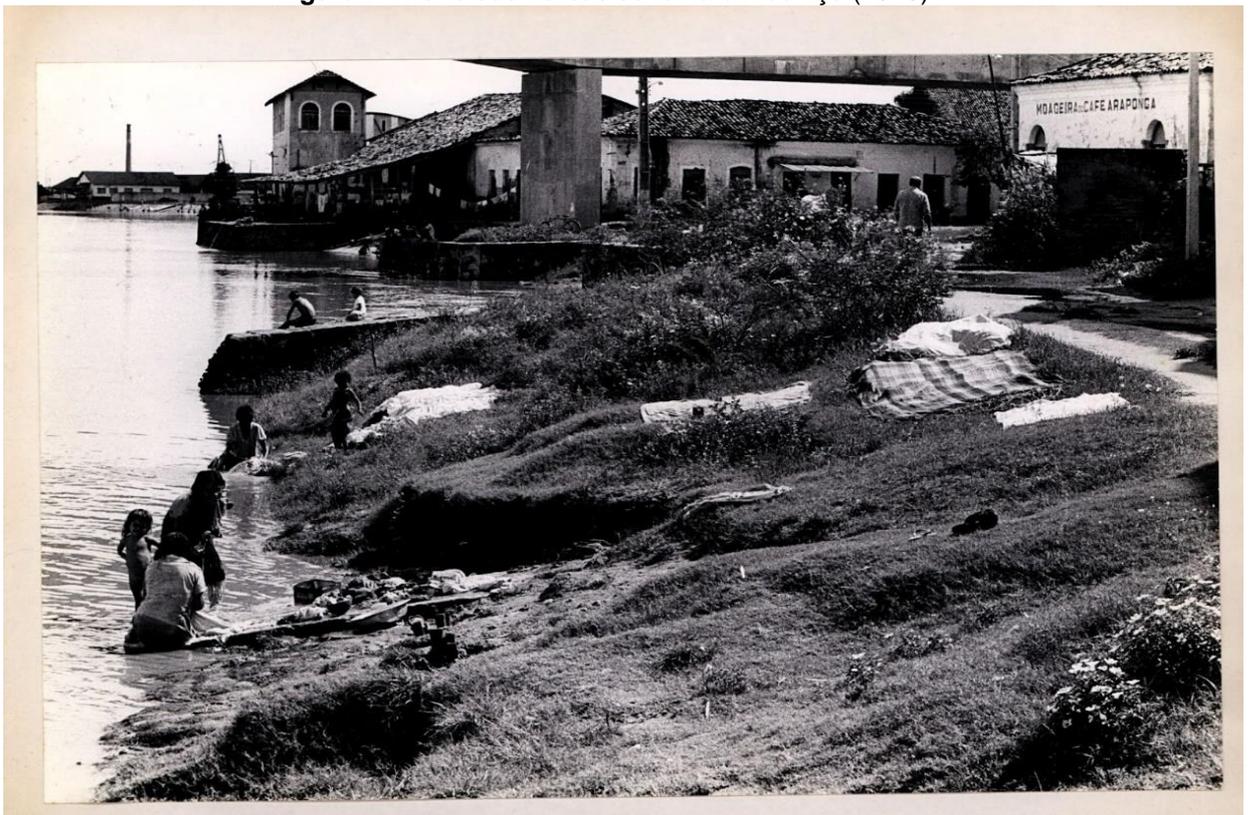
No que tange a aplicação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas - PCH na cidade de Parnaíba, no final da década de 1970 o prefeito

---

<sup>19</sup> A FUNDAC foi criada no ano de 1974 através da lei 3.320 de 04 de Abril de 1974, contudo no ano de 1978 o então governador do Piauí Dirceu Mendes Arcoverde (1975-1978) criou o Instituto do Patrimônio Artístico e Arqueológico do Piauí - IPHAPI, que tinha como atribuição a proteção patrimonial do estado. De acordo com Viviane Pedrazani (2005) o IPHAPI não durou por muito tempo, sendo substituído em 1980 pela FUNDAC, que por sua vez, foi substituída em 2015 pela Secretaria Estadual de Cultura - SECULT. Somente no ano de 2004 o Piauí foi contemplado com um escritório do IPHAN, localizado na cidade de Teresina.

João Batista Ferreira da Silva solicitou a inclusão do projeto de recuperação do Porto das Barcas, em Parnaíba por meio de ofício. Nesse ofício, era solicitado, especificamente a revitalização do Porto das Barcas, que entre a década de 1970 e meados de 1980, passou a servir de moradia a pessoas em condição de vulnerabilidade social, sendo retratado nos jornais da época como “cortiço”. Parte dessas pessoas eram vítimas das inundações frequentes na região e, para reparar esse problema social, a administração municipal, apoiada pela SUDENE e junto a Comissão Municipal de Assistência às Vítimas das Inundações, passaram a alojar essas pessoas em prédios municipais e do estado. Quanto a essa realidade, há um silenciamento das fontes em relação a possíveis resistências dos moradores do Porto das Barcas que sofreram o processo de afastamento. Dessa maneira, além das justificativas históricas para a inserção do Porto das Barcas no projeto, ainda constava o seu “acentuado processo de arruinamento”, que uma vez restaurado, poderia servir como espaço cultural e lazer para a cidade. (PARNAÍBA, 1979)

**Figura 7** - Porto das Barcas se torna um cortiço (1970)



Autor: Pierre Leblon (Biblioteca Virtual CEBRAP), 1976.

Paralelo a solicitação de inclusão do Porto das Barcas no PCH, em 01 de fevereiro de 1979 ocorreu a terceira reunião da Comissão de Coordenação e Acompanhamento - CCA, composta pelo IPHAN, pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), pela Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU)

e pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan/PR). Exatamente nessa reunião foram aprovados projetos específicos para os estados, dentre os quais, estava incluído o Piauí. Sob a relatoria do arquiteto e diretor da Divisão de Conservação e Restauração - DCR, Augusto Carlos da Silva Telles<sup>20</sup> para aprovação dos projetos, o Porto das Barcas inseriu-se como obra de empreendimento prioritário, através da percepção artística do relator. De acordo com Silva Telles esse patrimônio ainda em estado de reconhecimento foi classificado como de “real valor plástico da arquitetura” (IPHAN, s/d) remetendo a uma ideia de atuação que mais se identificava à perspectiva federal de tombamento vista na fase heroica do IPHAN, mencionada no capítulo anterior, em que o sentido artístico se sobrepõe a qualquer outro critério de identificação que o bem cultural possa trazer.

No âmbito do PCH havia diferentes níveis de prioridade, mas na sua geografia de atuação, o que o programa considerava como prioritário, eram os patrimônios localizados nas capitais, nas cidades industrialmente desenvolvidas e as cidades adjacentes. Por não conter o mesmo nível de desenvolvimento das cidades beneficiadas com o programa, Parnaíba não foi contemplada na primeira fase. Um outro fator determinante para a inserção da cidade de Parnaíba no PCH era a infraestrutura adequada para o desenvolvimento do turismo, que durante os primeiros anos da década de 1970, era precária. Dessa maneira, percebe-se, que a finalidade de restaurar o Porto das Barcas através do PCH estava mais alinhada com os objetivos patrimoniais típicos da década de 1970, o turismo, do que com, categoricamente, a condição deteriorada do patrimônio.

Em consonância com o PCH, o estado desenvolveu o Projeto Lei nº4.449/84, que considerava a cidade de Parnaíba uma “área especial de interesse turístico”, levando em consideração seus bens culturais, mas também seu patrimônio natural. Como pode se observar no mapa abaixo, a cidade possui um patrimônio natural rico, que valoriza sua paisagem natural.

---

<sup>20</sup> Augusto Carlos da Silva Telles (1923-2012) era engenheiro por formação. Em 1957, passou a integrar o quadro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no qual ocupou diferentes cargos ao longo do tempo. Inicialmente, assumiu a função de consultor técnico e, ao final da década de 1970, tornou-se titular da Diretoria de Tombamento e Conservação. Em 1982, passou a ser membro do Conselho Estadual de Tombamento do Rio de Janeiro, assembleia que presidiu de 1994 a 2006. Entre 1988 e 1989, dirigiu a Fundação Pró-Memória.



novamente como um espaço de desenvolvimento econômico, dessa vez, pautado no turismo.

Assim, a patrimonialização no âmbito estadual está atrelada ao fomento do turismo que valoriza bens culturais vinculados outrora ao ciclo econômico agroexportador que representa o passado da cidade, tendo como cenário principal o Porto das Barcas. Em razão de ser considerada “área especial de interesse turístico” e de “classificação prioritária”, o Complexo Patrimonial Porto das Barcas foi tombado pelo Governo do Estado em 10 de outubro de 1987 (Decreto nº6.924 de 09/12/1986), através da Fundação Cultural do Piauí - FUNDAC. O Porto das Barcas, coloca-se então como pioneiro na cidade de Parnaíba ao ser contemplado com o tombamento estadual. Diante do seu estado de abandono, trata-se de uma ação ímpar da FUNDAC na cidade de Parnaíba, ainda mais ao considerar que foi a primeira proteção legal aplicada a um bem imóvel de Parnaíba.

Outra iniciativa em âmbito estadual em relação ao Porto das Barcas diz respeito aos inventários e estudos desenvolvidos em 1997 pela FUNDAC em conjunto com o Ministério da Cultura e a Prefeitura de Parnaíba. Esses inventários revelam o comum interesse dos órgãos na preservação dos bens culturais de Parnaíba, uma vez que conjuntamente beneficiam não somente ao Porto das Barcas, mas aos diversos bens culturais que compõem a cena urbana de Parnaíba. Dentre os bens apresentados no inventário, constam cento e cinco imóveis de arquitetura civil e quatro de arquitetura religiosa. De acordo com o dossiê produzido, “alguns desses imóveis não apresentam maior valor arquitetônico, tendo sido incluídos no cadastro como elementos de interesse na composição dos arruamentos, ou apenas de interesse histórico” (PIAUI, 1997, p.8). Como resultado desse inventário, três imóveis foram contemplados com o tombamento estadual, entre eles, algumas edificações que constituem o núcleo do Porto das Barcas (nº 6.924). Dentre as características que favoreceram o tombamento, está o fato de que os três bens tombados - Sobrado dona Auta, Sobrado de Simplício Dias da Silva e o núcleo do Porto das Barcas - tratam-se de construções coloniais originárias da formação da Vila de São João da Parnaíba.

Por outro lado, essa “economia natural” que remete a história da cidade e foi critério de categorização para o tombamento, confunde-se com a ideia de “patrimônio natural” observada primeiramente a nível municipal. Nesse sentido, a patrimonialização a nível municipal em Parnaíba, uma vez atrelada ao turismo, encontra suas portas abertas no Porto das Barcas, lugar prolífero para desenvolvimento turístico, uma vez que o lugar ainda abriga muitos vestígios de seu passado, como as ruínas e chaminés das antigas

fábricas, os galpões portuários, antigos trilhos de ferro, guindastes e ruínas, bens do século XVIII e XIX que ainda resistem ao tempo. Diante dessa possibilidade, os poderes locais viam também uma possibilidade de trazer à cidade a opulência de seu passado por meio da "indústria sem chaminés", termo utilizado para se referir ao turismo. Até meados da década de 1970, embora não houvesse entre o poder público municipal políticas voltadas para a patrimonialização dos bens culturais da cidade de Parnaíba, houve a implementação de reformas urbanas a fim de atender ao turismo cultural.

Se comportando nos moldes de uma "comunidade imaginada" que se constrói por meio da difusão de narrativas, alguns jornais de circulação local da década de 1980, como o "Folha do Litoral" e discursos políticos, como o proferido pelo então Ministro do Planejamento - MINIPLAN, João Paulo dos Reis Veloso (1931-2019) difundiram em âmbito local que Parnaíba havia sido considerada pela EMBRATUR como 3º Polo turístico do Nordeste (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1974, p. 39). Contudo, para tal afirmativa não há documento oficial que a confirme, além de parecer improvável, tendo em vista a baixa divulgação turística da cidade no cenário nacional. Nesse contexto, é válido ressaltar que o patrimônio material representado pelos sobrados, monumentos, casarões, igrejas e praças antigas não eram o foco para o desenvolvimento do turismo, mas sim as paisagens naturais que constituem o "patrimônio natural" da cidade, a saber, o Delta do rio Parnaíba e sua rica fauna e flora que o constituem, além do litoral bem preservado.

As décadas de 1970 e 1980 trazem consigo os primeiros passos para uma ideia de patrimonialização do Porto das Barcas e do vasto conjunto histórico e paisagístico que o circunda. Contudo, não podemos dizer que nessas décadas houveram políticas voltadas distintivamente para esse fim, uma vez que o patrimônio na realidade era apenas um projeto menor para o desenvolvimento do projeto maior que era o turismo. A partir da década de 1990, o município começou a dar os primeiros passos, ainda lentos, para a patrimonialização de seus bens culturais. Nesse contexto foi sancionada a Lei Municipal nº 1413/93, que considerava como Patrimônio Histórico e Cultural de Parnaíba apenas cinco bens, sendo eles: o Espaço Cultural Porto das Barcas, a Praça da Graça, Praça Santo Antônio e monumento do Centro Cívico, bem como o Cajueiro Humberto de Campos. A salvaguarda desses bens tinha como finalidade a proteção dos bens que exaltassem a história e engrandecessem a cultura (PARNAÍBA, 1993). Como parâmetro para o tombamento, a Lei Municipal nº 1413/93 também primava pelo valor estético ou representativo de épocas e estilos arquitetônicos, considerando como bem a ser

preservado “monumentos naturais, como sítios e paisagens, de notável feição, inclusive os agenciados pela indústria humana” (PARNAÍBA, 2003).

As políticas municipais de proteção ao patrimônio começaram a ser desenhadas de forma mais efetiva a partir dos anos 2000, quando o município passou a ampliar suas políticas de desenvolvimento urbano. Nesse sentido, o ano de 2001 já iniciou com a criação do Conselho de Desenvolvimento Urbano - CONDUR, através da lei nº 1767 de 06 de fevereiro de 2001, sancionada durante a administração do prefeito Paulo Eudes Carneiro. Dentre as atribuições do CONDUR, estava “proceder, através de pareceres, os licenciamentos de edificações localizadas no Núcleo Histórico e suas zonas de proteção, monumentos e conjuntos arquitetônicos tombados” (PARNAÍBA, 2001, p.1). Para tanto, o conselho deveria ser composto por quinze membros e dentre eles, um membro do Patrimônio Histórico.

Nesse mesmo ano o município sancionou a primeira lei voltada para os bens culturais da cidade de Parnaíba, sendo a Lei Orgânica nº 1775 de 23 de março de 2001. Essa lei tinha como finalidade estabelecer a proteção do patrimônio cultural e natural de Parnaíba e constituiu o Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Cultural e Natural da cidade. De acordo com seu artigo 1º:

ficam mantidos sob a proteção especial do Poder Público Municipal os bens móveis e imóveis, de propriedade pública ou particular, existentes no município que, dotados de valor histórico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico, artístico, paisagístico ou ambiental justifiquem o interesse público na sua preservação. (PARNAÍBA, 2001, p.1)

Percebe-se na composição desta lei que os critérios que especificam o patrimônio a ser tombado eram pouco explicitados, não apresentando uma definição clara do que é considerado “histórico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico, artístico, paisagístico ou ambiental”. Paralelo a isso, a lei também estabelece um Livro de Tombo de natureza não especificada para os bens tombados. Coube ao conselho consultivo realizar a fiscalização e a salvaguarda dos bens patrimonializados, como também definir os critérios de natureza do tombamento. Essa lei foi logo substituída, no ano de 2003 pela lei orgânica nº1908/03 que instituiu o sistema de tombamento do patrimônio histórico, artístico e natural do município de Parnaíba, além de criar o Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Parnaíba - CONSPAC. Essa recente lei, diferente da primeira, apresentou um texto mais abrangente em relação às políticas de patrimonialização local, especificando logo em seu primeiro artigo no que consiste o patrimônio de Parnaíba. Segundo o artigo:

[...] a Prefeitura Municipal de Parnaíba constitui o Patrimônio Histórico, Artístico e Natural de Parnaíba de bens móveis e imóveis de propriedade pública ou particular existentes no território de jurisdição do município, desde que dotados de valor arqueológico, artístico, bibliográfico, etnográfico, folclórico, histórico, ecológico ou paisagístico, nos termos desta lei e de legislação federal específica, ficando todo o acervo patrimonial e histórico em referência sob a proteção do Poder Público Municipal, tudo de conformidade com o artigo 216, da Constituição da República Federativa do Brasil (PARNAÍBA, 2003, p.1)

Além de expandir as definições de patrimônio, trazendo as categorias de folclórico e ecológico, a lei orgânica nº1908/03 também instrumentalizou o processo de tombamento, direcionando essa competência ao CONSPAC, que além de iniciar o processo de tombamento, também era responsável pelo destombamento<sup>21</sup>. Para além disso, a referida lei ainda especificou os livros de tomo, que culminam com efetivação do tombamento. Esses livros variam de acordo com a natureza dos bens tombados, podendo ser Livro de Tombo dos bens móveis de valor arqueológico, etnológico, histórico, artístico ou folclórico; Livro de Tombo de Edifícios e Monumentos Isolados; Livro de Tombo de Conjuntos Urbanos e Sítios Históricos; Livro de Tombo de Monumentos, Sítios e Paisagens Naturais; Livro de Tombo de vilas e povoados do município.

Um outro aspecto interessante da lei orgânica nº1908/03 é a garantia de um diálogo com a FUNDAC e com o IPHAN a respeito dos bens tombados no município, que após a inserção no livro de tomo, ambos os órgãos de preservação devem ser avisados. Para além disso, no artigo nº37 são elencados alguns imóveis para “objeto de tombamento em caráter prioritário” (Parnaíba, 2003, p. 9). Dentre os quarenta e um bens de natureza material elencados em decorrência de seu valor arqueológico, artístico, bibliográfico, etnográfico, folclórico, histórico, ecológico ou paisagístico, estão as edificações do século XVIII ao século XX, figurando em primeiro lugar o “espaço cultural Porto das Barcas, conjunto arquitetônico colonial que remonta o nascimento da Vila de São João da Parnaíba” (Parnaíba, 2003, p.9). Dentre os bens culturais do século XVIII, estão os bens de arquitetura religiosa (católica), como a Catedral de Nossa Senhora das Graças, a Igreja do Rosário, a Ermida de Nossa Senhora do Monte Serrat; bens de natureza civil como o sobrado residencial de Simplício Dias da Silva, a Casa dos Azulejos e todos os imóveis antigos localizados na Avenida Getúlio Vargas, nas proximidades do Porto das Barcas e bens de natureza militar como o farol da Pedra do Sal.

---

<sup>21</sup> De acordo com o artigo nº31 da lei orgânica nº1908/03 o destombamento aparece como uma novidade na pauta das políticas do patrimônio cultural em Parnaíba. De acordo com o artigo, o destombamento pode ocorrer em três situações: quando ficar provado que o tombamento resultou de erro de fato quanto à sua determinante; por exigência indeclinável do desenvolvimento urbanístico do Município ou por outro motivo de relevante interesse público. Podendo ser realizado somente pelo Poder Legislativo, os membros do CONSPAC ou pessoas jurídicas do Direito Público. (PARNAÍBA, 2003)

Dentre os bens do século XIX, estão os bens de natureza civil, como o sobrado da Casa Inglesa e de natureza militar, o antigo sobrado do Quartel de Parnaíba, conhecido erroneamente como sobrado “Dona Auta”. Em relação ao século XX, podemos considerar que constituem-se os bens mais expressivos em quantidade, sendo os espaços escolares como o Colégio Nossa Senhora das Graças e sua capela, o Colégio Comercial União Caixeiral, o prédio do antigo grupo escolar Miranda Osório e o Grupo Escolar Luiz Galhanoni. Dentre os bens de arquitetura católica, estão a Igreja de São Sebastião e seu convento e a Igreja de Santa Isabel; dentre os monumentos está apenas o Monumento da Água e dentre os bens de natureza industrial, estão o Prédio da Usina José Narciso e a Estrada de Ferro Central do Piauí e seu entorno.

É importante ressaltar, que ainda que o Porto das Barcas tenha sido considerado um bem de arquitetura colonial e tal característica tenha sido fundamental para o seu tombamento, sua área tombada também abriga galpões e ruínas industriais do século XX. De acordo com a pesquisadora de patrimônio industrial Manoela Rossinetti Rufinoni (2020) os estudos sobre patrimônio industrial se desenvolveram a partir da década de 1960 em âmbito internacional. Nessa dimensão, há dois documentos internacionais que norteiam a salvaguarda dessa categoria patrimonial: a “Carta de Nizh Tagil” (2003) e os “Princípios de Dublin” (2011). De acordo com a Carta de Nizh Tagil, elaborada pelos membros do *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* define-se como patrimônio industrial:

[...] os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram actividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (NIZH TAGIAL, 2003)

Ainda que em todas a redondeza do Porto das Barcas se encontre esse tipo de bem cultural, torna-se mais notório quando avançamos para o lado esquerdo da Ponte Simplício Dias da Silva, que corta o rio Igarassu desde sua margem no Porto das Barcas até o lado posterior pertencente ao povoado Morro da Mariana. Percebe-se também que quanto mais se avança, mais se percebe a degradação das edificações, que já adquiriram diversas funções ao longo do tempo, perdendo, em consequência disso, suas características originais.

**Figura 9 – Patrimônio Industrial de Parnaíba**

Fonte: Hamanda M. de Meneses Fontenele, 2022.

Percebe-se que o patrimônio industrial de Parnaíba que circunda o Porto das Barcas é secundarizado em relação ao patrimônio colonial. Tal fato explica que as políticas de patrimonialização não alcançam esses bens. É possível considerar, com base nessa observação, que se o Porto das Barcas fosse constituído, em sua totalidade, de bens culturais inseridos na categoria de patrimônio industrial, seria possível que a salvaguarda não o alcançasse, tendo em vista a dificuldade que haveria para inseri-lo numa perspectiva turistificada. Pois a turistificação na cidade de Parnaíba dos bens culturais e naturais que remetem ao período colonial, são os que recebem atenção do Poder Público, ao tempo que as edificações do século XIX permaneceram em estado de abandono. Vale observar que a legislação de 2003 não especifica o perímetro que corresponde ao Porto das Barcas, contudo, há de se observar que todo o seu entorno transmite a mesma essência de seu núcleo: a memória e a história de uma cidade que se formou através do comércio e da indústria de produtos extrativistas.

É possível observar através da constituição de uma legislação municipal e estadual voltada para a patrimonialização do Porto das Barcas um vasto percurso que priorizou o turismo em detrimento do patrimônio. Através desse *modus operandi*, objetivou-se a valorização da paisagem como elemento viabilizador do turismo, levando em consideração o passado da cidade, que também era movido economicamente pela sua paisagem. Nesse sentido, enquanto objeto das políticas de patrimonialização, o Porto das Barcas cumpre uma dupla função: rememorar ao passado prestigioso da cidade que remete a sua ocupação no século XVIII até meados do século XIX. Essa memória é o que representa também um alvo a se alcançar, no sentido econômico, político e cultural. Para tanto, sua segunda função é servir de porta de entrada para apreciação do turismo natural, em relação ao acesso ao Delta do rio Parnaíba.

Na esfera federal, o IPHAN direcionou suas atenções para o Porto das Barcas em 2004. Dois elementos foram fundamentais para facilitar esse direcionamento em estância federal: os diálogos já mantidos entre as instituições estaduais e municipais com o IPHAN e a criação da 19ª Superintendência Regional do IPHAN na cidade de Teresina. Para além disso, as solicitações de tombamento federal foram intensificadas pela Secretaria de Obras e pelo Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba - IHGGP. Através desse conjunto de fatores, a instituição manifestou os primeiros intentos para o tombamento federal do Porto das Barcas, levando em consideração, de maneira proeminente, a paisagem natural correspondente aos entornos desse patrimônio. O subcapítulo a seguir se ocupa do relato do tombamento federal, analisando elementos de continuidade, ruptura, diferenciação e elementos distintivos se comparados aos tombamentos estadual e municipal de Parnaíba e Porto das Barcas.

### 3.2 O PORTO DAS BARCAS E O IPHAN

O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), enquanto instituição nacional, não se instalou de maneira uniforme em todos os estados do país desde a sua fundação ao século XXI. Isso pode ser observado no caso do Piauí, em que a instituição se instalou somente no ano de 2004 com a criação da 19ª Superintendência Regional do IPHAN, na cidade de Teresina. Esse interesse tardio do IPHAN pode ser percebido como uma característica própria da instituição, que passou a privilegiar os bens mais interiorizados a partir da década de 1970, quando se estabeleceu

um maior diálogo entre estados e municípios junto à instituição. Através desses diálogos no ano de 2008 o IPHAN voltou sua atenção para a cidade de Parnaíba, bem como para as cidades históricas do Piauí - Piracuruca e Oeiras - possibilitando a chance de implantar o projeto de tombamento em rede. Desse modo expandia-se a salvaguarda dos bens culturais de natureza material a nível federal no estado.

Como justificativa para esse avanço tardio da instituição, o diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM, Dalmo Vieira Filho (2011) considerou que um dos maiores desafios de trabalhar com o patrimônio no Brasil refere-se à dimensão territorial aliada à complexidade cultural de cada região. Dessa maneira, para abranger a diversidade de patrimônio em todo o território brasileiro, as redes de patrimônio configuraram-se como um instrumento fundamental de salvaguarda, que leva em consideração a ocupação do território, os processos econômicos, a produção artística e os acidentes naturais notáveis (VIEIRA FILHO, 2011). Por essa razão, no entender de Vieira Filho, as redes de patrimônio constituem:

[...] perceber que os bens com os quais o Iphan trabalha em cada região (sejam eles na área da arqueologia, material ou imaterial) se relacionam entre si e foram constituídos ao longo do tempo decorrentes dos diversos processos naturais e sociais, que se sucedem em um dado espaço geográfico ao longo de eras, ou milhões de anos. Se somados ao ambiente natural (acidentes geográficos, geológicos e paleontológicos), essa cadeia de bens constituem uma rede interconectada de elementos culturais – e de conhecimentos potencialmente apropriados. Essa abordagem aumenta em muito a significância e a coesão do patrimônio cultural, e facilita extraordinariamente a sua efetiva apropriação social. (VIEIRA FILHO, 2009, p. 19)

É preciso ainda considerar que embora as redes de patrimônio levem em consideração uma perspectiva histórica regional para o tombamento, ao concatenar os bens de acordo com seu valor histórico, também é uma iniciativa do IPHAN para congregar frentes de trabalho que não se concretizaram em locais pouco assistidos pelos processos de patrimonialização federais iphanianos. O termo “*Redes de Patrimônio*”, foi adotado no diagnóstico realizado pelo Instituto Publix, entidade privada contratada pelo Ministério de Cultura (MinC) para realizar um estudo de gestão do patrimônio (KISHIMOTO, 2012). De acordo com Kishimoto (2012) o instituto apresentou o termo com a intenção de marcar presença no Piauí, contribuindo com estudos que facilitassem ações futuras voltadas para gestão dos bens culturais. Em razão disso, as redes de patrimônio foram conceituadas pelo instituto Publix como arranjos multi-institucionais formados por órgãos federais, estaduais

e municipais, organizações privadas e entidades não governamentais com o objetivo de implementar um Sistema Nacional de Patrimônio” (PUBLIX, 2009, p.16).

Outro ponto a ser considerado é a distinção entre as Redes de Patrimônio e o Tombamento em Rede. Enquanto as Redes de Patrimônio trata-se da união entre os setores da administração pública para efetivar a patrimonialização dos bens culturais, o Tombamento em rede objetiva o tombamento de conjuntos históricos dentro do território do estado. O Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN em parceria com as Superintendências estaduais produziu uma série de dossiês utilizando o conceito de “tombamento em rede” tendo como fundamento as categorias de “contexto histórico e territorial” para a salvaguarda de “testemunhos da ocupação”. São exemplos, os dossiês “Roteiros Nacionais da Imigração, Santa Catarina (2007), Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Areia, Paraíba (2008), Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba (2008) e Paisagem Cultural do Vale do Ribeira, São Paulo (2009). No que diz respeito a essa ação em Parnaíba, Vieira Filho (2008) considera que representou um arranque na implantação do tombamento em rede e também, uma nova estratégia de proteção e valorização do patrimônio cultural do Brasil.

Embora o IPHAN tenha se preocupado em financiar tais estudos partindo da premissa do tombamento em rede, não chegou a construir um conceito padronizado. Contudo, as características que constituem o tombamento em rede, tais como o meio físico, a cultura e todo o recorte histórico desenvolvido, configuram-se como fundamentos básicos desse instrumento de preservação dos bens culturais de natureza material. Nesse sentido, ao se referir aos conjuntos urbanos tombados no Piauí, a arquiteta e técnica do DEPAM, Anna Eliza Finger discorre:

Percebemos que essas cidades tinham uma origem comum: a fundação de uma série de vilas no interior do território, ligadas ao processo de consolidação da ocupação territorial pela coroa portuguesa, e à estruturação de uma ligação pelo interior para as duas colônias portuguesas na América do Sul: a colônia do Brasil e a colônia do Maranhão e Grão Pará. A partir de então começamos a olhar para esses primeiros núcleos como uma rede de cidades, e com o desenrolar da instrução técnica de Parnaíba, percebemos que a história das três estava bastante conectada a uma intenção comum, e ao separar as instruções técnicas perderíamos essas conexões que entendemos como de importância para o embasamento do valor histórico dos conjuntos. Então eu acabei insistindo bastante na argumentação de que deveríamos trabalhar esses bens como testemunhas de um processo (a ocupação do interior do Brasil), e interligados uns aos outros, identificando seu papel dentro de um sistema urbano (conexões comerciais, políticas, estratégicas). E assim acabamos adotando o termo “rede” por já ser bastante utilizado quando se fala em “rede urbana”, por exemplo. (FINGER, 2018, s.n.p).

A equipe técnica do DEPAM empreendeu, a partir de 2006, uma série de inventários a fim de cumprir com o objetivo de levar ao conhecimento os bens culturais do Piauí, tendo como base o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão - SICG. Essa ferramenta de sistematização dos dados colhidos pelo IPHAN permitiu ampliar as dimensões territoriais de estudo abrangendo uma grande quantidade de bens materiais. Através dessa ferramenta percebeu-se que a quantidade de bens tombados no Piauí não correspondia a diversidade cultural do estado, em especial, porque após os tombamentos da década de 1940, o estado permaneceu marginalizado quanto às políticas de patrimonialização do IPHAN. Em razão disso, o SICG foi fundamental para o tombamento dos conjuntos urbanos piauienses, dentre eles, o da cidade de Piracuruca, Oeiras e o Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, a qual o Porto das Barcas está inserido.

Fato importante sobre o tombamento em rede diz respeito à dimensão territorial que a metodologia abrange. A leitura “em rede” do patrimônio diz respeito a conjuntos urbanos dentro de cidades que compõem estados da federação. O interesse do IPHAN em proteger conjuntos urbanos completos é antigo, uma vez que tal prática pode ser observada nas cidades mineiras de Ouro Preto, Mariana, São João del Rei, Diamantina e Serro. Esse interesse justifica-se uma vez que os conjuntos urbanos que constituem as cidades reúnem uma rede de valores que permeiam as narrativas construídas acerca do patrimônio e sua evolução histórica diante da ocupação do território brasileiro. Os remanescentes históricos das cidades coloniais foram postos em questão através da visão de conjunto ainda nos primeiros tombamentos.

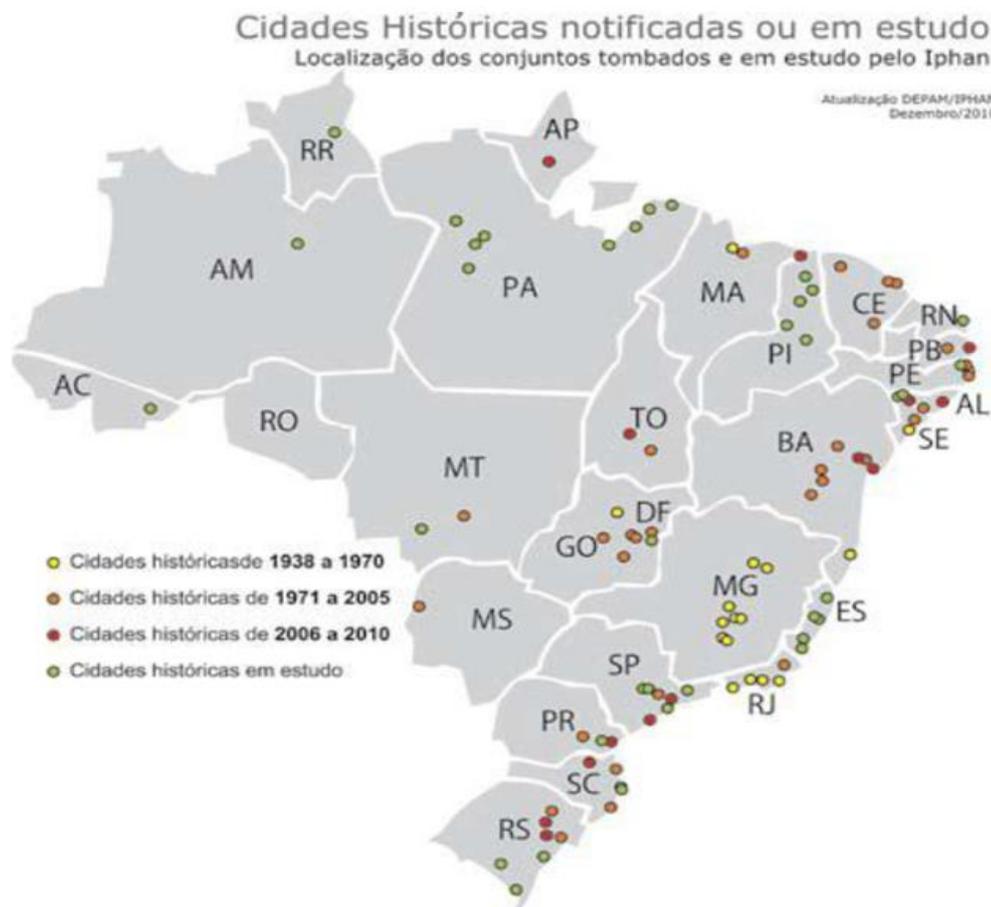
Em razão desse interesse nos conjuntos urbanos, a historiadora Márcia Sant’anna (1995) destaca que o tratamento metodológico adotado na instrução dos processos de tombamento identifica as representações do espaço como monumentos, portanto atribui-se aos conjuntos urbanos o título de cidades-monumentos. Como aponta Sant’Anna:

Essa identificação, além de remeter a uma preservação global do objeto urbano, implicou também a sua apreensão como obra de arte, objeto de época ou um todo fechado, cuja expansão ou modificação jamais poderia ocorrer em seu próprio âmbito, mas somente fora dele e bastante afastado. A expressão cidade-monumento, correntemente utilizada na época, indica esplendidamente essa aproximação que, além de fundamentar a abordagem mais propriamente urbanística do problema, também teve importantes reflexos nas regras que foram montadas nessa época para a aceitação de construções novas nessas áreas. (SANT’ANNA, 1995, p. 137)

Essa concepção de cidade foi norteadora das ações do IPHAN nas primeiras décadas e perdurou até a década de 1950, tendo como base a supervalorização

estética e histórica dos bens culturais de natureza material. De maneira geral, as cidades tombadas assinalavam o momento de construção da brasilidade no sentido cultural, artístico e histórico pautada nos aspectos correspondentes ao período colonial. Como pode se perceber no mapa das cidades históricas de interesse do IPHAN, entre as décadas de 1938 e 1970, momento em que as cidades monumento tornam-se objeto de discussão, o Nordeste contava apenas com três estados – Maranhão, Bahia e Sergipe – com cidades históricas tombadas ou em estudo.

**Figura 10-** Cidades Históricas notificadas ou em estudo



Fonte: Relatório de uma Gestão 2006-2010 práticas e diretrizes para a preservação do patrimônio material brasileiro. DEPAM, 2010.

Nos anos de 1971 a 2005 um número de treze cidades históricas foram reconhecidas na região Nordeste, dentre as quais estão São Luís do Maranhão (1974); na Bahia as cidades de Lençóis (1973), Cachoeira (1971) e Mucugê (1985), no Ceará, as cidades de Aracati (2001), Sobral (1999), Icó (1998) e Viçosa (2003), na Paraíba, a cidade de Campina Grande (2004), a cidade de Laranjeiras (1995) em Sergipe, no estado de Alagoas as cidades de Piranhas (2004) e Penedo (1996) e no estado de Pernambuco a

cidade de Recife (1998). No Piauí, essa prática se consolidou entre as décadas de 2006 e 2010, com o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba. Nesse mesmo contexto, revela-se o interesse do IPHAN em desenvolver estudos relativos às cidades históricas do estado. De modo geral, os estados da Bahia e de Minas Gerais são privilegiados, tendo em vista que ambas despontam com nove cidades tombadas. O IPHAN levou em consideração as cidades que possuíam notável significância dentro do contexto histórico nacional e que corriam o risco de serem descaracterizadas em razão do desenvolvimento econômico correspondente ao território. De acordo com Márcia Sant'Anna:

[...] a partir dos anos 60, a cidade patrimônio deixa de ser concebida somente como cidade-monumento, passando a ser vista também como testemunho da evolução da organização social, fazendo jus ao nome de "cidade histórica". Aos antigos valores históricos e artísticos agrega-se o valor paisagístico como um critério predominante na seleção das áreas urbanas. A noção de paisagem, de resto, sempre presente em todos os tombamentos extensos, ganha agora maior força, incluindo cada vez mais o aspecto ambiental e cada vez menos a questão arquitetônica. [...] A hegemonia do valor paisagístico é também, naturalmente, reflexo do discurso de contextualização do objeto patrimonial no seu entorno. (SANT'ANNA, 1995, p. 170-11)

Levando em consideração que ser moderno era o destino das cidades, desde cedo o IPHAN foi obrigado a lidar com dinâmicas urbanas de crescimento que iam contra os propósitos de proteção dos bens culturais tangíveis (SANT'ANNA, 1995). Com o avanço da industrialização e das novas dinâmicas urbanas, coube a criação de uma nova abordagem para as cidades-patrimônio distanciada da perspectiva estética, chamada de "cidade documento" (SANT'ANNA, 1995). Dentro dessa nova abordagem das políticas de patrimonialização voltadas para os conjuntos urbanos, valorizava-se a capacidade de conter elementos correspondentes à memória urbana e social, através das informações contidas nos bens culturais sobre os processos históricos que formaram a cidade.

Ao considerar a cidade como um documento, o Conselho Internacional de Monumentos - ICOMOS, criado em 1986, redigiu a Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas, também conhecida como Carta de Washington. Nesse documento considera-se toda cidade como uma cidade histórica, em que suas edificações constituem uma rica fonte de pesquisa, tendo em vista que são resultado das ações humanas no tempo (ICOMOS, 1986). Para além disso, a leitura das cidades como um documento histórico em evolução, possibilitou na década de 1980, a criação do Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos - INBISU, formulado dentro da Coordenação de Registro e Documentação do SPHAN/Pró-Memória. Essa metodologia permitiu o levantamento de

dados históricos, morfológicos e socioeconômicos que facilitaram o aperfeiçoamento da gestão das áreas protegidas (SANT'ANNA, 1995).

A concepção dos conjuntos urbanos partindo da perspectiva de “cidade documento” perdurou até a década de 1990. No que se refere aos anos 2000, os conjuntos urbanos passaram por novas configurações através da expansão do conceito das cidades-patrimônio, sendo conceituadas no referido contexto de “cidade atração”. Nessa concepção, consolidou-se o vínculo com o turismo, especialmente nas cidades históricas do Nordeste, a fim de conferir iniciativas de sustentabilidade econômica através dos usos dos bens culturais aliados à paisagem em que estão inseridos. O conceito de paisagem delineou-se com base na geografia cultural do século XX e a partir da década de 1990 o conceito de paisagem cultural passou a ter um valor instrumental através da atualização da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO de 1972. De acordo com essa atualização, além do patrimônio já estabelecido, foi incluído o conceito de paisagem cultural como gestão de lugares que apresentam de maneira integrada elementos naturais e culturais.

No ano de 2011, foi adotada a Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana, na qual as edificações urbanas passaram a ser concebidas como históricas e portanto, passíveis de aceleradas transformações. Segundo Pesavento (2004) as paisagens urbanas são paisagens sociais, fruto da cultura sobre a natureza e do homem ao transformar o seu meio. Por essa razão, a cidade também pode ser compreendida como uma exibição das marcas humanas num universo em constante mudanças. Para Calvino (1990) as cidades surgem da confluência de desejos que faz surgir diversas cidades em uma só, logo é fruto das ações dos indivíduos.

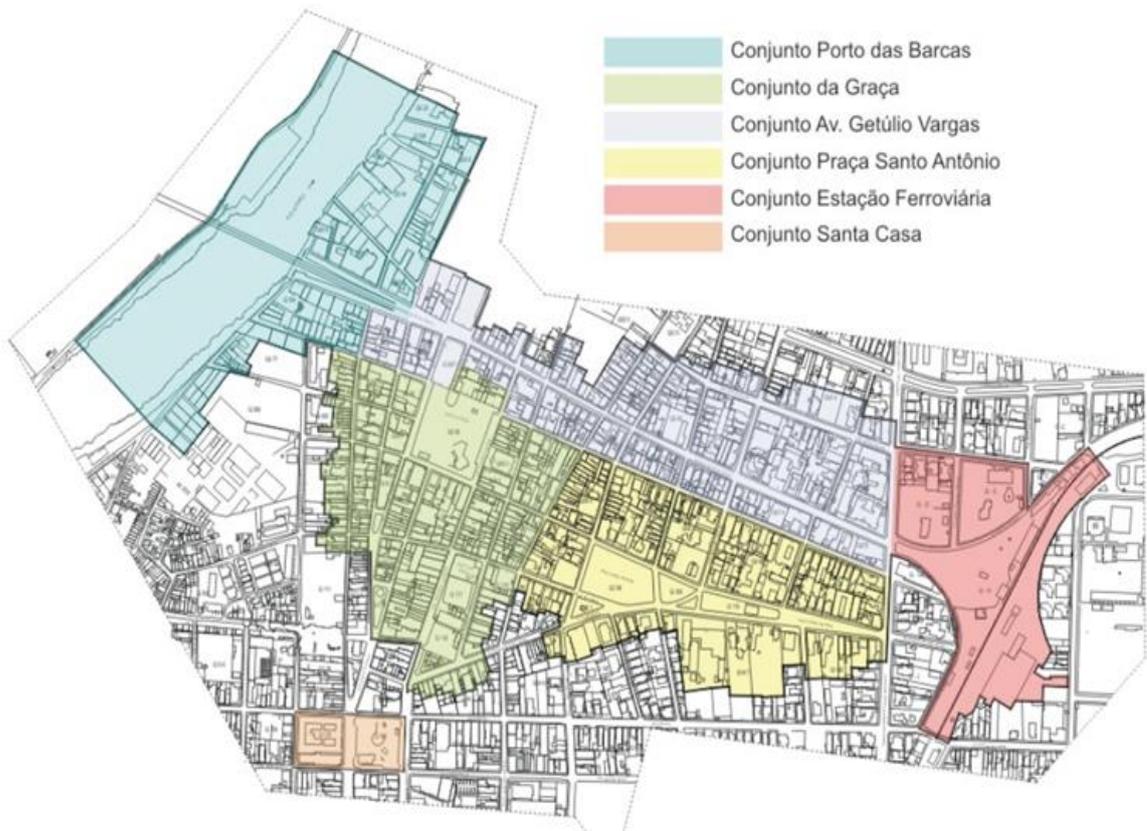
Essa última perspectiva alinha-se com a ideia própria de “cidades latino-americanas” (GORELIK, 2003). Nesta perspectiva, o arquiteto e historiador Adrián Gorelik considera que as cidades que constituem a América Latina seriam compreendidas como uma construção cultural fruto de uma evolução histórica. Por assim ser, pode-se considerar que por intermédio da arquitetura, por exemplo, pode-se perceber múltiplas cidades dentro de uma só. Sob esse ponto de vista, o arquiteto Aldo Rossi argumenta que “a arquitetura é a cena fixa das vicissitudes do homem, carregada de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de fatos novos e antigos” (ROSSI, 2001, p.3) Por esse ângulo, é possível perceber a arquitetura das cidades históricas como chave de interpretação identitária, uma vez que aponta o conhecimento acerca dos aspectos coletivos dentro de um território.

Inserido nesse panorama, está a cidade de Parnaíba, a qual, por meio de seu centro histórico tombado, percebemos essa evolução histórica. O centro histórico de Parnaíba abriga uma série de traçados arquitetônicos que testemunham a ocupação da cidade, dentre eles estão a arquitetura colonial, eclética e *art decó*. Esses traçados podem ser observados nas 830 edificações tombadas, bem como nos 1764 bens que compõem o seu entorno. Esses bens de natureza material são representados por edificações divididas entre católicas, ferroviárias, comerciais, hospitalar e civis. Dessa maneira, o Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba divide-se em seis subgrupos de acordo com suas características arquitetônicas e urbanísticas, sendo eles o Conjunto Porto das Barcas e Galpões Portuários, Conjunto Praça da Graça, Conjunto Avenida Getúlio Vargas, Conjunto Praça Santo Antônio, Conjunto Estação Ferroviária e Conjunto Santa Casa da Misericórdia. De acordo com o dossiê de tombamento federal “*Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII – Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba*”:

Quanto à arquitetura, pode-se dizer que a cidade é extremamente rica na representação de estilos e épocas diferentes. Guarda exemplares de todos os períodos pelos quais passou, sendo possível uma leitura ainda relativamente clara de sua história através dos edifícios preservados. (IPHAN, 2008, p. 31)

Esse estudo conferiu grande destaque à arquitetura, mas sobretudo, ao contexto histórico dos núcleos urbanos criados a partir da Carta Régia de 1761. Em razão disso, a temática utilizada no dossiê é a formação histórica, cultural e paisagística como motivadora da proposta de valorização dos bens culturais. Como pode-se perceber no mapa abaixo, partindo da margem do rio Igarçu, a cidade apresenta o maior centro urbano do Norte do Piauí, composto por 14,1 km<sup>2</sup> e desses, 2,42% correspondem ao perímetro tombado e seu entorno.

**Figura 11** – Poligonal de Tombamento identificada no SICG

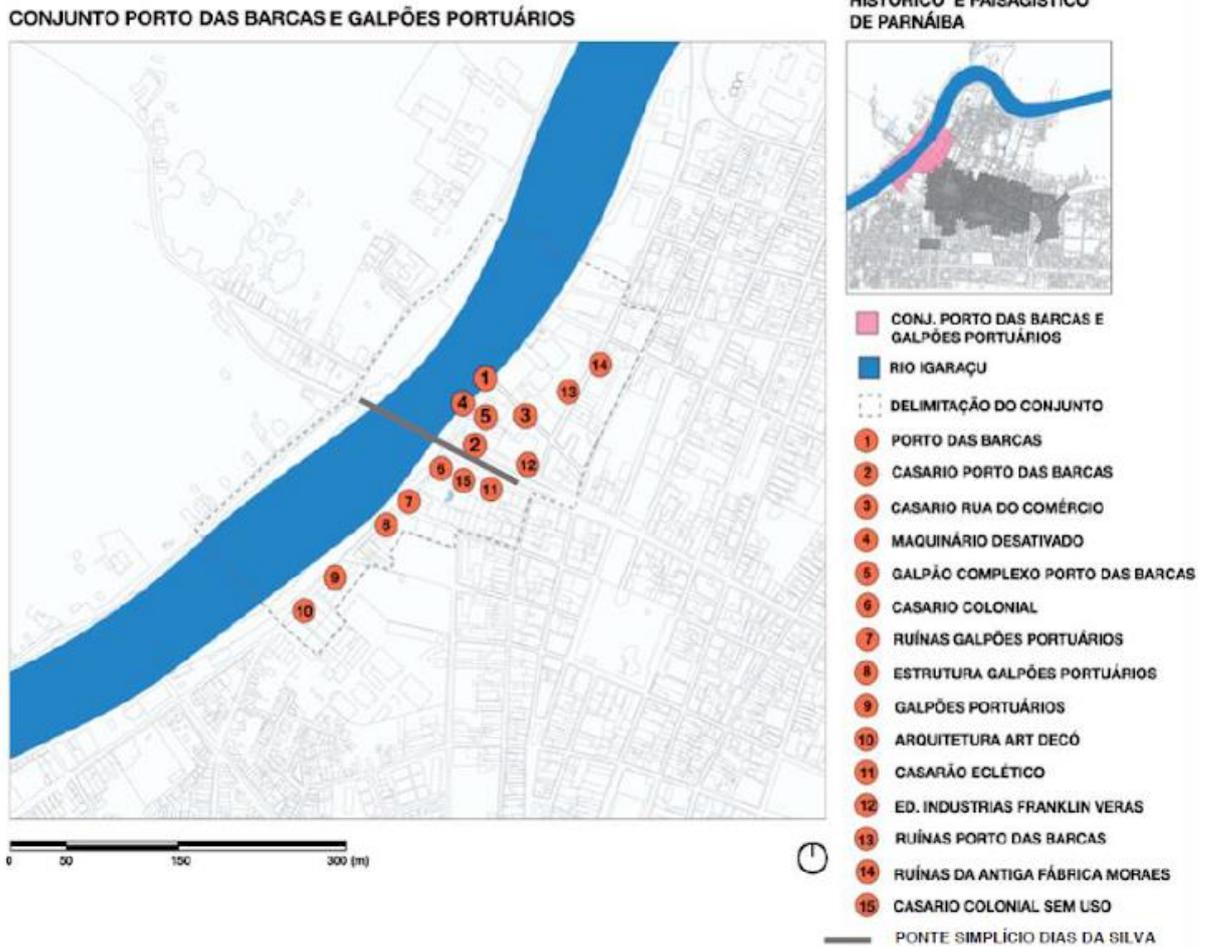


Fonte: IPHAN, 2010 (SICG: M1-03-CONHECIMENTO – Análise Geral.)

Essas áreas foram definidas no processo de tombamento e serviram para formação do inventário aplicado pelo Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG adotado pelo IPHAN, contudo, não leva em consideração o seu entorno. Segundo o parecer técnico elaborado pela técnica do DEPAM/IPHAN Anna Eliza Finger acerca do perímetro de tombamento, o poligonal de entorno busca resguardar a área tombada e também contém edificações com as mesmas características dos bens da área central. Contudo, a proteção dessa área é de responsabilidade do Governo do Estado do Piauí (IPHAN, 2008).

De acordo a pesquisadora Gercinair Silvério Gandara (2011) a cidade de Parnaíba é detentora de um dos mais ricos acervos arquitetônicos e paisagísticos do período colonial, imperial e republicano. Isso se deve a sua ocupação nas margens do rio Igarçu com finalidade de desenvolver um comércio por via fluvial. Por essa razão, o Porto das Barcas foi instalado nas margens desse rio e deu à cidade o título de “cidade beira” (GANDARA, 2011).

**Figura 12** - Conjunto Porto das Barcas e Galpões portuários.



Fonte: Sampaio apud. Figueiroa, 2020.

De acordo com o mapa do Conjunto Porto das Barcas, é possível perceber a sua dimensão, que se ampliou de acordo com as necessidades de cada tempo. Sendo a princípio, um espaço para se exportar o charque, tornou-se também um espaço de galpões para armazenamento e exportação da cera de carnaúba. Nas margens do Igarapé é possível perceber a diferença arquitetônica das edificações. O Complexo Cultural Porto das Barcas, que constitui a parte turistificada, consiste numa pequena percentagem do conjunto, formado por menos de dez quadras. Esse complexo aparece no mapeamento do IPHAN como edificações pertencentes ao Governo do Estado do Piauí e em seu interior encontra-se a função comercial e de lazer. Para além da parte turistificada, todo o resto do conjunto encontra-se em processo de deterioração em razão do seu desuso ou mau uso. Esse fator é recorrente antes mesmo do tombamento federal, tendo em vista que de todo o complexo, mais de vinte edificações encontram-se fechadas ou em desuso (SAMPAIO, 2021).

**Figura 13** - Margem do rio Igarçu - Porto das Barcas



Fonte: Sampaio apud. Brito, Sampaio 2018.

**Figura 14** - Margem do rio Igarçu - Galpões Portuário



Fonte: Sampaio apud. Brito, Sampaio 2018.

Como pode-se observar nas imagens anteriores, o conjunto de edificações localizados na margem do rio apresenta estados de conservação diferentes, ainda que os galpões sejam construções mais recentes, datados da década de 1940, apresentam um estado mais deteriorado do que o núcleo do Porto das Barcas, que sendo do período colonial, já passou por reformas a fim de manter as estruturas. Contudo, ambos os espaços abrangem o perímetro tombado, ainda que não abranjam áreas de interesse comercial ou turístico.

O tombamento federal do Porto das Barcas, bem como de todo o Conjunto Histórico e paisagístico de Parnaíba (nº 1554-T-08), foi uma iniciativa do IPHAN que se iniciou no ano de 2008, setenta anos depois da criação do IPHAN e do decreto nº 25/1937

que instituiu o tombamento como instrumento de salvaguarda dos bens patrimoniais brasileiros. Esse interesse tardio da instituição nesse patrimônio se dá, inicialmente, pela falta de uma perspectiva social do patrimônio relacionado ao bem, tendo em vista que da década de 1930 a 1960 o Porto das Barcas tinha uma função comercial, nada relacionado a memória, história ou identidade local.

Como parte do tombamento em rede, o título do tombamento do sítio a qual o Porto das Barcas está inserido intitulou-se “Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII - Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba”. Através desse tombamento em rede, revelou-se a preocupação histórica e turística com os bens que compõe o Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, quando menciona-se a estrutura dos bens que encontram-se em avançado estado de deterioração em razão da especulação imobiliária, como também da exploração turística desordenada (IPHAN, 2006). Essa menção vincula-se à lei orgânica municipal de 05 de abril de 1990, seguida da lei orgânica sancionada em 11 de março de 2003 que enfatizava a função do município em gerir as áreas consideradas patrimônio cultural, estabelecendo vínculo de zelo com as ações econômicas. Para isso, o Conselho Consultivo Municipal - CONSPAC, deveria atuar diretamente.

Ao mencionar ambas as leis, foi também relatado na ata da 58ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural - IPHAN, que ambos os instrumentos de proteção dos bens culturais criados na esfera local não deram conta de cumprir com suas diretrizes. Nesse sentido, caberia ao IPHAN fazer uma frente de atuação mais incisiva para salvaguarda dos bens culturais de Parnaíba. Em razão dessa necessidade de atuação do IPHAN, no ano de 2010 o Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba foi tombado em instância federal, tendo findado seu processo de inscrição nos Livros de Tombo no ano de 2011, com a publicação no Diário Oficial da União. Nesse mesmo ano foi solicitado a inserção desse conjunto no livro de tombo Histórico, pois ao longo do seu processo de tombamento, essa característica foi amplamente mencionada como justificativa.

Além disso, houve a inscrição no livro de tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, tendo em vista a vasta natureza que compõe esse sítio, iniciando-se pelo trecho do rio Igarçu, percorrendo as ruínas do Porto das Barcas e todo o cenário que o segue. Embora o tombamento tenha se formalizado no ano de 2011 e nesse mesmo ano tenha ocorrido a solicitação de inserção nos Livros de Tombo, a inscrição só foi efetivada no ano seguinte, de forma a concluir todo o processo no ano de 2012.

### 3.3 PORTO DAS BARCAS: ENTRE OS BENS CULTURAIS E O TURISMO

No Brasil, desde a década de 1930 o Estado tem se colocado como responsável pela salvaguarda do patrimônio. Essa experiência do patrimônio brasileiro é uma herança da experiência moderna ocorrida na França, que através da instituição do tombamento ao final do século XVIII, difundiu a noção do valor nacional expressando um senso de monumentalidade através do acautelamento dos bens culturais. Embora esse conceito tenha se manifestado no Brasil, é certo que sofreu alterações a partir da sua institucionalização, uma vez que a salvaguarda dos bens culturais, atualmente corresponde ao Estado, mas também envolve a sociedade por meio das comunidades em que os bens estão inseridos, as ONGs e empresas privadas.

No itinerário da salvaguarda dos bens culturais o turismo tem tido um papel importante, sobretudo desde meados do século passado e contando, inclusive, com a atuação da UNESCO. Nesse meio, o turismo destacou-se como uma ferramenta que deu aos bens culturais uma perspectiva comercializável. Isso se tornou visível na realidade do Porto das Barcas desde o momento em que adquiriu legalmente o status de patrimônio cultural através do tombamento estadual, seguido do municipal e federal. No que concerne a relação entre turismo e o patrimônio cultural, o sociólogo brasileiro Reinaldo Dias considera que:

O patrimônio cultural seja de tipo arqueológico, histórico, industrial, ferroviário e etc., constitui recurso econômico passível de ser utilizado pelo turismo como ferramenta para o desenvolvimento. Esse novo enfoque em relação aos bens culturais implica uma mudança de atitude que tem relação direta com a concepção histórica do patrimônio e seu papel na constituição das nações. (DIAS, 2006, p. 47)

Por esse ângulo, as mudanças na percepção de patrimônio trouxeram a perspectiva do patrimônio enquanto mercadoria, sem perder de vista sua função identitária. De acordo com Gonçalves (2001) a categoria de “mercado” vem desempenhando um papel fundamental no que tange aos processos culturais e sociais os quais o patrimônio se insere. Isso se deve, em especial, pela dinâmica do capitalismo em dimensão globalizada, que permite uma maior interação entre culturas através do turismo cultural – termo adotado pela UNESCO a partir de 1966. Por esse viés, a dinâmica dos bens culturais pode ser compreendida como um processo de construção simbólica que envolve a seletividade de bens culturais para a conservação e valorização. Nesses processos o turismo estabeleceu relações estreitas com os bens culturais em seu processo de construção simbólica, de tal maneira a estabelecer uma relação entre o mercado como um aliado do patrimônio.

Compreende-se a categoria de mercado quando associada ao patrimônio como uma dinâmica de bens inalienáveis em que:

[...] Compram-se não os objetos (que devem permanecer, em tese, “inalienáveis”), mas “experiências” por intermédio de imagens sensíveis do passado histórico, das culturas populares, das culturas regionais, dos primitivos, das culturas nativas, das civilizações tradicionais e etc. (GONÇALVES, 2001, p.242)

Segundo a categoria de “patrimônio turístico” pensada pelo historiador Tiago Juliano (2020), a relação entre ambos os elementos – patrimônio e turismo – é historicamente associada a áreas notáveis para a prática do turismo por conta de sua beleza paisagística ou importância histórica, enfatizando a atratividade turística de um patrimônio. Esses elementos fornecem ao bem cultural a função turística que por sua vez, insere-o na dinâmica de mercado. Isso pode ser percebido através da própria dinâmica iphaniana de salvaguarda dos bens culturais, em que a princípio visava a construção de uma identidade nacional por meio do patrimônio tangível e posteriormente veio a ser influenciado pela dinâmica do turismo como um meio para a contribuir com a economia local, como também para a salvaguarda dos bens culturais.

A historiadora Márcia Sant’Anna (2015) considera as décadas de 1960 e 1980 como um ponto de partida para a definição das pautas do patrimônio voltadas para o turismo, partindo de uma iniciativa da UNESCO<sup>22</sup>. Essas definições propunham a conservação do patrimônio e o desenvolvimento econômico das cidades-patrimônio através do turismo. Para tanto, foram empreendidas missões da UNESCO como uma espécie de cooperação técnica, liderada por especialistas designados pelo órgão e tinham como objetivo central demonstrar problemas e soluções de desenvolvimento e gestão do patrimônio dentro da sua respectiva realidade (SOTRATTI, 2016). Um dos especialistas responsáveis pela missão no Brasil, Michel Parent em 1966, enquadrava-se no contexto de maior ênfase entre o turismo e valorização dos bens culturais em que o IPHAN e a UNESCO cooperaram mutuamente para isso. Através dessa cooperação, entre as instituições, o turismo ganhou destaque e protagonismo nas políticas públicas de preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Nesse panorama, encontra-se o Porto das Barcas como um bem cultural turistificado, que desde o tombamento estadual na década de 1980 vem sendo percebido como um espaço de desenvolvimento socioeconômico. De acordo com o decreto de

---

<sup>22</sup> Dentre os peritos, podemos citar Michel Parent, Frédéric Limburg Stirum, Graeme Shankland, David Walton, Alain Paskine e Jean Baptiste Perrin (VENEGAS, 2011, p.179)

tombamento estadual, percebe-se que as intenções de tombamento do Porto das Barcas não se dissociaram do contexto iphaniano, privilegiando os aspectos socioeconômicos provenientes do turismo em detrimento das questões voltadas para identidade, memória e história local. Em consonância, os decretos municipais também valorizaram o tombamento tendo em vista o modelo de desenvolvimento pensado para a cidade de Parnaíba. Corroborando com esse ideário que perpassou os processos de tombamento do Porto das Barcas, o plano Diretor do Município de Parnaíba é textualmente claro quando estabelece que o desenvolvimento econômico somente poderá ser efetivado, entre outros meios, mediante a recuperação e valorização dos patrimônios arquitetônicos, urbanísticos e ambientais, particularmente o Centro Histórico da Cidade de Parnaíba (art. 10, XI, Lei Municipal 2296/2007).

Como apresentado na "Carta de Turismo Cultural - ICOMOS, 1976", o turismo trata-se de um fato irreversível que compreende todas as dimensões humanas e que exerce grande influência sobre os bens culturais (ICOMOS, 1976). Em razão disso, como bem turistificado, o patrimônio compreende-se como um produto de toda a história natural e humana do território. Como resultado disso temos o patrimônio como um recurso não somente identitário, mas também de desenvolvimento local. Partindo desse ponto de vista, pode-se considerar que um uso recorrente do patrimônio a partir da década de 1960 é de consumo a partir do ponto de vista da experiência cultural experimentada pelos turistas que se deslocam para obter tal experiência. Ecoando tal perspectiva, pode-se pensar o lugar do Porto das Barcas como a porta de entrada da "Rota das Emoções".

**Figura 15** - Mapa da Rota das Emoções



Fonte: Google imagens

Essa última é uma rota turística criada em 2005 que define uma geografia do turismo na região Nordeste e que compreende os estados do Ceará, Piauí e Maranhão. Essa geografia cobre uma região de mais de 600 km entre as cidades de Barreirinha – MA e Jericoacoara – CE, que formam os dois extremos em sentido estrito. Em sentido largo, 14 municípios que abrangem uma extensão de 1.200 km entre São Luís – MA e Fortaleza – CE. O Piauí se inseriu nessa rota a partir de 2005, ano em que foi criada a área de proteção ambiental do Delta do Parnaíba, medida pioneira para o desenvolvimento do ecoturismo, visto como alternativa para o desenvolvimento local. Junto a isso, verifica-se também iniciativas de recuperação do patrimônio histórico da cidade pelo Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR (SOTERO; PERINOTTO, 2016). Em decorrência dessa guinada para o turismo, houve apoio do setor privado através da instalação de sete empresas voltadas para a indústria turística dentro do Porto das Barcas. Nesse contexto, como uma via para o desenvolvimento do ecoturismo, houve a implantação de restaurantes, escritórios, lojas de artesanato e espaços culturais nos antigos galpões portuários do Porto das Barcas.

Essa medida trouxe benefícios econômicos, pois de acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional da Rota das Emoções (2014) existem cerca de 7000 empregos diretos nos estabelecimentos turísticos ao longo da Rota das Emoções, sendo 35% destes postos de trabalho temporários. Esse número pode favorecer a noção de bem estar através da geração de renda por meio do turismo cultural. Por outro lado, também somam-se prejuízos ao patrimônio cultural, tendo em vista a descaracterização dos bens culturais através da retirada das portas e instalação de equipamentos sem fiscalização das instituições culturais locais e estaduais.

De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional da Rota das Emoções (2014) como atrativo turístico, há dez (10) atrações de responsabilidade do Governo Estadual e onze (11) do Governo Municipal que compõem o trecho da Rota das Emoções localizado em Parnaíba. Desses dez atrativos, um é o Porto das Barcas, enquadrado na categoria de patrimônio histórico, quatro são naturais, quatro relacionados aos bens imateriais e um está relacionado à paisagem fauna<sup>23</sup>. O Porto das

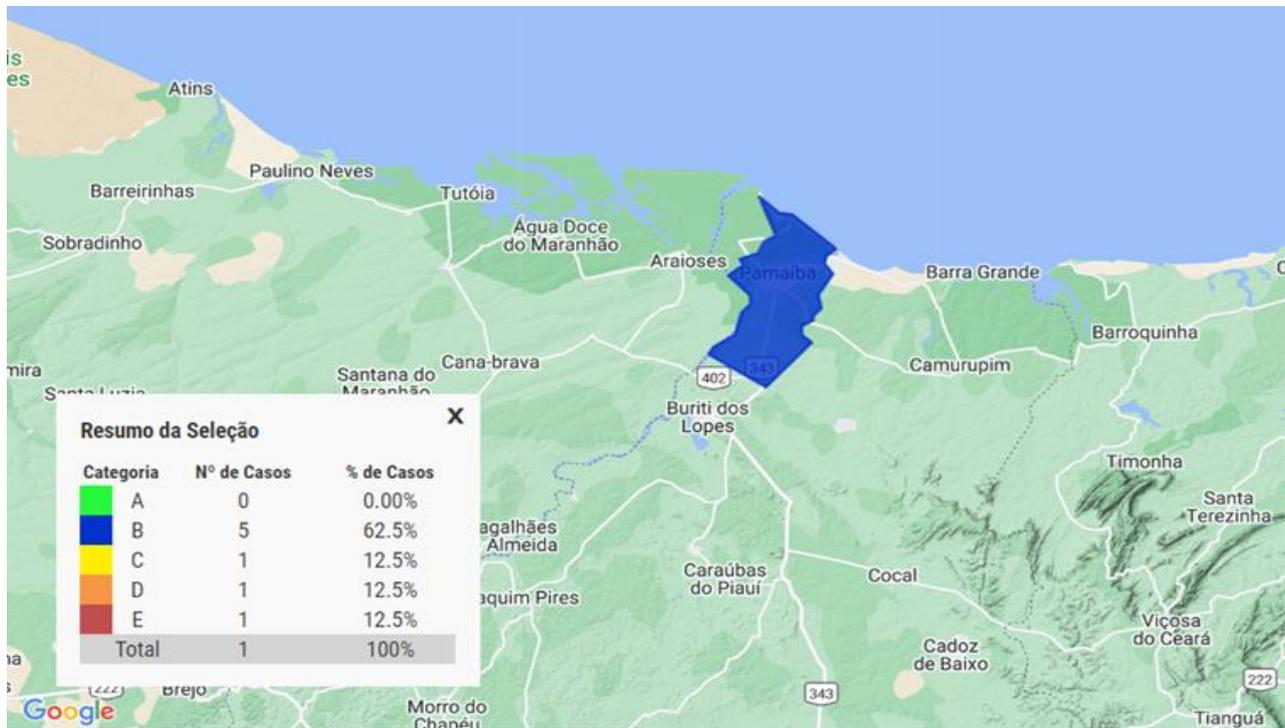
---

<sup>23</sup> Ilha das Canárias, Ilha das Batatas, Praia da Pedra do Sal e Igarapés (enquadrado na rota das emoções como bens naturais), Lendas, danças folclóricas (reisado), gastronomia e artesanatos (enquadrados como bens imateriais), a fauna do Delta (enquadrado na categoria de paisagem) e Porto das Barcas (patrimônio histórico) (SÃO PAULO, 2014, p.88).

<sup>23</sup> Delta do Parnaíba, Lagoa do Portinho, Praia da Pedra do Sal, Beira Rio, Praça Santo Antônio, Praça da Graça, Igreja Nossa Senhora das Graças, Calçadão Cultural, Casarão Simplício Dias, Museu do trem e Maria Fumaça (SÃO PAULO, 2014, p.88).

Barcas ainda está dentro da responsabilidade do Governo Municipal, junto às paisagens naturais consideradas atrativos turísticos e demais patrimônios históricos<sup>24</sup>.

**Figura 16** - Mapa do Turismo Brasileiro



Fonte: Ministério do Turismo, 2023.

De acordo com o Mapa do Turismo Brasileiro (MTB) elaborado pelo Ministério do Turismo, o Porto das Barcas está localizado na região turística Polo Costa do Delta, compreendendo a categoria B. Esse polo chega a receber um número de 457.364 visitantes domésticos e 4.759 visitantes internacionais (BRASIL, 2022). Em sua maioria, esses visitantes acessam o Porto das Barcas objetivando a entrada no Delta do rio Parnaíba, outros buscam o lazer nos empreendimentos gastronômicos e culturais localizados nesse patrimônio histórico, como denominado no MTB. Percebe-se assim a importância do Porto das Barcas para a inserção da cidade de Parnaíba no Mapa do Turismo Brasileiro, tendo em vista o reconhecimento dos valores históricos, culturais e naturais atribuídos ao Polo Costa do Delta. Esses valores são fundamentais para a identidade local e fomento do turismo, que partiu do âmbito ecológico para o cultural.

De acordo com Varine (2013) o patrimônio apresenta-se como um capital real que requer consciência coletiva para o desenvolvimento. Por essa razão, o patrimônio não adquire tal status de maneira isolada, mas dependente da sociedade e das instituições

<sup>24</sup> Delta do Parnaíba, Lagoa do Portinho, Praia da Pedra do Sal, Beira Rio, Praça Santo Antônio, Praça da Graça, Igreja Nossa Senhora das Graças, Calçadão Cultural, Casarão Simplício Dias, Museu do trem e Maria Fumaça (SÃO PAULO, 2014, p.88).

de salvaguarda. Nesse sentido, Funari e Pinsky (2005) argumentam que a finalidade primeira do patrimônio era de representar a nação, mas essa finalidade multiplicou-se ao tornar-se uma mercadoria cultural. A partir disso, Funari e Pinsky (2005) consideram que o bem cultural oscila entre um cenário teatralizado ou mal conservado. Para se tornar um cenário teatralizado, faz-se necessário que o bem cultural possua, de antemão uma relação de identidade e memória consolidada com a população local para ser dividido com os visitantes através da prática do turismo cultural (PERINOTO E SANTOS, 2011). Essa consolidação pode ser percebida na fala de habitantes locais entrevistados, no ano de 2014, pela pesquisadora Sandra Perinoto. Segundo o entrevistado número 3:

O complexo arquitetônico porto das barcas ele na verdade nada mais é que a gênese de toda a história cultural, política e arquitetônica da cidade de Parnaíba, ele é um dos principais patrimônios do Brasil junto com todo um complexo do centro antigo da cidade, uma vez que já foi até recentemente tombado pelo IPHAN, e por conta disso ele representa né essa gênese toda essa simbologia, essa história e inegavelmente é para a cidade de Parnaíba o maior elemento de representatividade e individualização de suas características enquanto cidade (PERINOTO, 2011, p.8).

Quando perguntado sobre o valor do Porto das Barcas para a cidade de Parnaíba, o entrevistado número 01 (representante do poder público) afirmou:

[...] o que é bom para a cidade é bom para o turista e se é bom para o turismo, é bom para a nossa instituição, se é importante para a cidade é importante para a superintendência de turismo e vice versa seja direta ou indiretamente (PERINOTO, 2011, p.8).

Ambos os entrevistados apresentam sua visão sobre o Porto das Barcas baseado nas influências que o passado exerce no futuro, mas no que diz respeito à visão dos representantes públicos, a fala está associada ao desenvolvimento econômico baseado no turismo. Ambas as falas também revelam a percepção da própria mudança ocasionada pelo uso do espaço, pois a princípio o Porto das Barcas servia como um gerador de renda local através do envio e recepção de mercadorias. Mais recentemente, sobretudo a partir do início dos anos 2000, ainda que o espaço gere lucro por meio de seus estabelecimentos, serve especialmente como uma lembrança que atrai turistas.

Para que o turismo cultural fosse de fato efetivado na cidade, e consequentemente, a preservação do Porto das Barcas enquanto bem cultural tombado, seria necessária a aproximação da população local, tendo em vista que o corpo de intelectuais responsáveis pela elaboração de uma história dita oficial é pequeno em comparação a comunidade de modo geral. De acordo com a Carta de Petrópolis (1987), cujo teor concentra-se na gestão democrática dos sítios históricos urbanos, o espaço

edificado é resultado das práticas e manifestações socioculturais, logo antes de qualquer iniciativa para o desenvolvimento do turismo cultural, faz-se necessário entender como ocorre a relação entre a comunidade e o bem cultural. Em razão dessa perspectiva, pesquisadores locais do patrimônio, como Rafael Ciarlini afirma o seguinte sobre a relação entre a o turismo cultural, a comunidade e patrimônio:

É em seu passado glorioso que a cidade encontra uma das principais fontes de enriquecimento: dona de um abastado Patrimônio Histórico, Cultural e Natural, Parnaíba deverá se consolidar no Turismo Cultural. Para isso é necessário interromper o processo de abandono e deterioração que muito desse patrimônio – em especial a Memória – tem sofrido com o passar do tempo. Sem o resgate das lendas e mitos, dos fatos e personagens, casarões e ruelas não conseguem revelar os tesouros que guardam. Para envolver a população, que é fundamental nesse projeto de desenvolvimento, é imprescindível ampliar o conhecimento dos cidadãos acerca desse patrimônio. A identificação do povo com sua cidade é uma das melhores maneiras de garantir, por exemplo, a sua colaboração com a preservação dos bens tombados (CIARLINI, 2008, p.13)

Um dos fatores que possibilitou essa maior participação da comunidade nas decisões relacionadas ao patrimônio é expresso no decreto N°1775 de 23 de março de 2001, que estabelece a criação do Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Parnaíba composto por 14 membros, sendo:

- a) 01 (um) representante da Secretaria de Cultura;
- b) 01 (um) representante da Câmara Municipal;
- c) 01 (um) representante da Academia Parnaibana de Letras;
- d) 02 (dois) representantes da Secretaria de Infra Estrutura da Prefeitura Municipal de Parnaíba;
- e) 01 (um) representante do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba;
- f) 01(um) representante do IBAMA;
- g) 01(um) representante do CREA;
- h) 01(um) representante do Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Estadual do Piauí, Campus de Parnaíba;
- i) 04 (quatro) membros da livre escolha e nomeação do Prefeito Municipal, dentre representantes de unidades educacionais e de entidades civis e culturais do Município, de notório conhecimento nas áreas de história, antropologia, arquitetura, arqueologia, urbanismo e artes plásticas. (PARNAÍBA, 2001, p.1)

A formação desse Conselho Consultivo representa uma maturação das políticas locais que visam a salvaguarda dos bens culturais, tendo em vista que promoveu a participação das mais diversas esferas sociais, intelectuais e políticas em relação ao patrimônio cultural, até então agindo em separado das políticas públicas. Ainda que tenha contado com uma parcela pequena de representantes, esses puderam trazer um novo olhar para os bens culturais locais através das suas vivências e práticas.

Embora essa medida de aproximação da comunidade dos bens culturais em âmbito político tenha se legitimado no ano de 2001, a pesquisadora do patrimônio de Parnaíba Alexandra Sablina (2020) considera que o despertar da população para o

patrimônio cultural veio a ocorrer a partir da década de 1980. Nesse momento os jornais locais começaram a divulgar esse interesse da população, ora como uma crítica ao caráter estético dos bens e a insegurança junto ao vandalismo; ora com um caráter reivindicativo, solicitando a recuperação dos bens pelo seu caráter histórico. Percebe-se, contudo, que não é manifesto em jornais locais o interesse público voltado para o turismo cultural e sim, para a preservação dos bens culturais e conseqüente preservação da história, memória e identidade dos cidadãos. Isso se torna visível dentro do espaço do Porto das Barcas uma vez que para ser objeto de turismo cultural, esse bem cultural primeiro precisou adquirir sentido dentro de sua própria comunidade.

Em razão desse processo de primeiro se tornar uma demanda social para em seguida ser valorizado do ponto de vista turístico, a partir dos anos 2000 instituições de caráter privado e organizações não governamentais passaram a manifestar o interesse em preservar o patrimônio cultural de Parnaíba, dentre eles, o Porto das Barcas. Porto das Barcas, mesmo sendo alvo de reformas arquitetônicas, continuava distante da comunidade local que se recusava a se inserir nesse meio em decorrência da falta de segurança no local. Instituições como a Academia Parnaibana de Letras - APAL e o Instituto Histórico, Genealógico e Geográfico de Parnaíba - IHGGP foram de suma importância para a preservação dos bens culturais de Parnaíba. Através da imprensa, essas instituições formadas por comerciantes, funcionários públicos e advogados denunciavam a falta de interesse do poder público em relação aos bens culturais, em especial ao Porto das Barcas e reivindicavam a preservação do patrimônio cultural.

No periódico local *Norte do Piauí* consta a seguinte matéria redigida por representantes das instituições:

Temos presenciado, constrangidos, revoltados, sem forças, a agressão que se vem perpetuando contra o patrimônio histórico da cidade. São prédios seculares, de severa e insuperável beleza arquitetônica que são violentados, descaracterizados, agredidos pela estúpida febre de progresso ou, simplesmente, por falta de bom gosto ou de educação. São casarões vetustos, símbolos de uma cultura, de uma sociedade, grosseiramente, abandonados, sem a mínima conservação... Se chegarmos ao grande conjunto Porto das Barcas, ficaremos estarecidos com a agressão sistemática que se vem cometendo àquele acervo que é dos mais importantes e ricos do país. Como exigir da juventude que preserve o nosso patrimônio, a nossa cidade, nossos monumentos, nossas praças, se lhe oferecemos o exemplo de indiferença, de desprezo, de ignorância, de desrespeito pelo o que é mais sagrado para a terra? (NORTE DA PARNAÍBA, 1980, p.1)

Junto a essas instituições, também estava em mobilização pela preservação dos bens culturais de Parnaíba o Instituto Parnahiba - INPAR, associação privada criada em 2006, que também lutou de forma mais ativa através de protestos e

marchas pelo patrimônio cultural de Parnaíba. Julga-se diversos elementos para o estado de degradação dos bens culturais em Parnaíba, seja a falta de uma educação patrimonial ou pelo que é chamado de progresso, em outras palavras, o avanço do comércio e os novos usos das edificações, sem a instrução adequada. Contudo, se o patrimônio - em que se insere o Porto das Barcas - estava se tornando uma demanda social, precisava também exercer uma função para a economia local.

Por esse lado, as Recomendações de Nairóbi de 1976 já denunciavam os perigos da descaracterização do patrimônio na contemporaneidade sob o pretexto da modernização. Outras cartas patrimoniais também alertavam sobre esses perigos, também na década de 1970, como a Carta do Turismo Cultural (ICOMOS, 1976). Essa carta, especificamente nos primeiros pontos da sua introdução, chama a atenção para a promoção de políticas de salvaguarda do patrimônio cultural que estejam alinhadas à prática do turismo cultural. Dessa maneira é acrescentado que os bens culturais deveriam ser protegidos ativamente contra quaisquer deteriorações, particularmente as que resultam de uma utilização imprópria, de acréscimos supérfluos e de transformações abusivas ou desprovidas de sensibilidade que atentem contra sua autenticidade (UNESCO, 1976).

O cenário resultante no Porto das Barcas, apesar dos alertas de cartas patrimoniais com as citadas no plano internacional e nacional e das certas advertências dos representantes da sociedade local veiculadas pelo jornal "Norte de Piauí", trouxe impactos positivos e negativos para o referido bem cultural. Por esse ângulo, o geógrafo espanhol Horacio Capel Sáez considera que:

El turismo es un gran aliado del patrimonio, y a la vez un gran enemigo. Aliado porque el turismo estimula y reactiva, incluso reinventa, el patrimonio cultural[...]. Enemigo porque puede banalizar todo ello, y degradarlo. El turismo actual, por su carácter masivo y concentrado, es un peligro para el patrimonio más reconocido y valorado. [...]. Se produce a veces una ruptura de los delicados y complejos equilibrios sociales que generalmente existen en esas áreas. (CAPEL, 2014, p.8)

Embora no que se refere a conciliação entre o uso do patrimônio e a sua preservação, nem sempre tenha ocorrido os procedimentos corretos, há outro ângulo a ser discutido, que diz respeito a participação da comunidade por meio do turismo cultural. De acordo com as 455 avaliações feitas no fórum interativo da plataforma Trip Advisor que fornece opiniões de visitantes, é conferido ao local a nota 4.0, sendo 5 a nota máxima. O total de avaliações divide-se em 135 que considera o Porto das Barcas um espaço excelente, 198 muito bom, 96 razoável, 20 ruim e 6 considera-o horrível. Na tabela abaixo podemos compreender o embasamento dessas avaliações:

TABELA 2 - OPINIÕES DOS VISITANTES DO PORTO DAS BARCAS - PARNAÍBA

Avaliações	Notas	Opiniões recorrentes
<b>Excelente</b>	135	Elogio à gastronomia e ao patrimônio.
<b>Muito bom</b>	198	Lembrança da memória local
<b>Razoável</b>	96	Local com potencial turístico
<b>Ruim</b>	20	Poucos estabelecimentos funcionando
<b>Horrível</b>	6	Insegurança

Fonte: Tripadvisor, 2023.

As opiniões recorrentes dos visitantes mostram aspectos importantes sobre a relação dos visitantes e turistas com o Porto das Barcas, ao considerar que a maioria oferece ao espaço uma avaliação positiva. Os critérios para construção das opiniões recorrentes não são pautados na estrutura, segurança ou elementos atrativos que o espaço possa oferecer, mas sim na experiência histórica conferida ao bem cultural, de reportar os sujeitos a um passado memorável.

Por outro lado, há também um conjunto de consequências negativas atreladas ao turismo, que podem ser de ordem ambiental, cultural ou social. Como exposto no subcapítulo anterior, ao final da década de 1970 o Porto das Barcas servia de “cortiço” abrigando muitos moradores que foram despejados diante da revitalização. Tal realidade atravessou décadas, como expõe o historiador local Erasmo Amorim, baseado na escrita do literato parnaibano Assis Brasil:

o cotidiano no cais apresenta-se desafiador. As condições de trabalho são restritas à labuta intensa na carga e descarga de mercadorias que chegavam pelas embarcações. Os canoeiros transportando pessoas de um lado para o outro. Os trabalhadores do outro lado do rio viviam à custa do corte feito nas palhas de carnaúba. As lavadeiras, as quituteiras, doceiras e prostitutas. O dia-a-dia dessa gente simples é muitas vezes marcado não só pela sobrecarga de trabalho diária, mas também pela tristeza, fome e miséria. (AMORIM, 2012, p.79)

Ainda que o recorte acima esteja situado entre o cotidiano das décadas de 1940 a 1960, é possível perceber uma continuidade histórica relacionada aos sujeitos que habitam o entorno e as mazelas sociais que ainda estão presentes. Essa realidade permaneceu recorrente nos arredores do núcleo do Porto das Barcas mesmo após os tombamentos estadual e federal, tendo em vista a condição econômica e social dos habitantes e reflete nos índices de avaliação turística. Dentre as opiniões recorrentes no Trip Advisor para justificar a nota baixa, está: a violência diante dos assaltos ocorridos dentro do espaço, mas também o número de usuários de drogas e moradores de rua que circulam pelos becos e vielas do Porto das Barcas.

Esses fatores são familiares aos centros históricos tombados em decorrência dos exageros econômicos que provocam o processo de enobrecimento urbano ou gentrificação, visto no Porto das Barcas desde os despejos de 1970. Em razão disso, enquanto parte de um centro histórico tombado, o Porto das Barcas encara um desafio duplo: reter o passado e encarar o futuro. Isso implica manter suas características que rememoram a identidade e a história local, mas também abrir espaço para a modernização fruto das experiências urbanas da contemporaneidade sem perder de vista os sujeitos que sempre fizeram parte da existência desse bem cultural.

Diante desses dados que apontam para a falta de fiscalização nos usos do patrimônio, a insegurança dos espaços e a marginalização dos sujeitos, percebe-se que a zona do Porto das Barcas de interesse do turismo cultural ainda carece de políticas mais efetivas relacionadas ao turismo e a mediação social para garantir a salvaguarda do patrimônio. Embora sendo uma área de proteção municipal, estadual e federal reconhecida em seu processo de tombamento como uma testemunha da ocupação no interior do Brasil, nota-se que ainda há fragilidades no que concerne à proteção desse bem cultural. Sobretudo, nota-se a necessidade de medidas de educação patrimonial - entendida como um braço da patrimonialização dos bens culturais - como ações mediadoras entre a comunidade próxima e o Porto das Barcas, uma vez que as ações realizadas pelos intelectuais e a criação do Conselho Consultivo ainda não são medidas que envolvem grande parte da sociedade local,

De acordo com Márcia Bezerra (2020) a educação patrimonial é uma dimensão educacional cujo principal objetivo é promover a sensibilização sobre a importância do patrimônio e de sua preservação. Assim, como tentativa de promover essa educação patrimonial, no ano de 2015 - 14 anos após a criação do Conselho Consultivo - a Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAR lançou o Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, contando com uma disciplina de "Patrimônio e metodologias participativas". Esse programa também abriu portas para o projeto "Museu do Mar", finalizado no ano de 2021. Esse projeto foi realizado através do financiamento advindo do setor privado e público. Trata-se de um espaço localizado no setor cultural do Porto das Barcas, gerido pelos alunos da pós-graduação e da graduação em História e que busca promover uma maior aproximação entre a comunidade, a história e os bens culturais.

De acordo com o "drama da modernidade" pensado pela historiadora Márcia Chuva (2017), que se traduz no distanciamento entre o espaço de informações

científicas e intelectuais de maioria da sociedade, a difusão de um sentido social de patrimônio diz respeito mais a ações práticas encontradas na ação pura vistas no exercício da educação patrimonial, do que na constituição de produções afastadas da realidade. Práticas de mediação e conscientização do apoderamento dos bens culturais como parte da história individual e coletiva, visam contribuir com uma maior aproximação da sociedade com o Porto das Barcas, enquanto patrimônio histórico que narra o passado e resguarda a memória local.

Para além disso, a apropriação desse bem cultural através de um olhar histórico também constitui-se numa maneira de salvaguardar, considerando que trata-se de uma atribuição institucional representada pelo IPHAN, mas também social. Como ação social, a preservação do Porto das Barcas pode resultar não só na manutenção das edificações, mas em resultados positivos na apropriação dos espaços como uma continuidade em relação àqueles que durante décadas retiraram desse espaço o seu sustento material, primeiramente através da comercialização de produtos de origem extrativista e nas últimas décadas, através da comercialização de artesanato, visitas guiadas e da gastronomia local fomentadas pelo turismo cultural.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Nordeste é uma região inventada e estereotipada. Diversos estereótipos relacionados à seca, à pobreza, à cana de açúcar e às migrações estão presentes em diversas produções do âmbito intelectual brasileiro. Tais estereótipos vêm sendo desmistificados por estudos históricos, precisamente, através do seu resgate e problematização. Assim, o Nordeste tem sido revisitado pela historiografia que se insurge perante a uma leitura homogênea do passado. Nota-se a partir do século XX, por meio das contribuições de Gilberto Freyre (1937) e Durval Muniz (1996) que esses estereótipos passaram a ser problematizadas através de novos pontos de vista, levando em consideração características plurais, sobretudo, através de uma história de tipo mais cultural, percebe-se essa revisitação que aponta para a pluralidade cultural existente na região.

O conceito de região mostrou-se primordial para apontar a existência de diversas faces do Nordeste, que está para além dos estereótipos usuais. O conceito de região associado a cultura (OLIVEN, 2011; CUNHA 1999) foi importante para pensar o Nordeste além de uma macrorregião do ponto de vista geográfico, mas também sua relação com a identidade. Por esse ângulo, os embates intelectuais entre modernistas e regionalistas que partiram da segunda década do século XX somaram para pensar a diversidade cultural contida nesta região. Essa pluralidade evidencia também a interpretação criada sobre a região Nordeste ao ser compreendida apenas como reminiscências que remetem ao passado colonial e que representam a história nacional. Enquanto representante da história nacional, essa "leitura" do Nordeste não é o suficiente para representar toda a região, tendo em vista sua pluralidade cultural.

Nota-se esse aspecto associado à região Nordeste, especialmente quando reduzimos a escala de investigação do âmbito regional para o local. Em âmbito local, o Porto das Barcas torna-se um exemplo que evidencia como a relação entre a região Nordeste e sua memória é estabelecida. Pôde-se observar, com base no relato construído no primeiro capítulo sobre a formação do Piauí e da cidade de Parnaíba que os discursos empreendidos no âmbito historiográfico também buscam representar uma ideia singular naturalizada pela repetição de uma determinada leitura do passado. Essa leitura baseia-se na materialidade resultante do passado colonial da cidade de Parnaíba, expresso nos galpões do Porto das Barcas, que rememoram também o apogeu da cidade.

À vista disso, a relação entre a memória e o esquecimento (POLLAK, 1992), bem como dos lugares de memória (NORA, 1993) ilustram o lugar do Porto das Barcas no imaginário local. Tais conceitos permitem evidenciar os conflitos presentes no campo da memória, que por vezes, partem do campo das produções intelectuais e se reproduzem socialmente. Consideramos pensar a materialidade pelo arquétipo do palimpsesto, apresentado pela historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2004), em que a materialidade se sobrepõe, fazendo, por consequência, com que a memória também se sobreponha. Nesse sentido, o raciocínio deste trabalho transitou pelas fronteiras regionais e locais, compreendendo-as como uma construção cultural que reflete na apropriação do Porto das Barcas pela sociedade como um espaço de memória, de tal maneira que resultou na sua salvaguarda. Ao trazermos à luz tal fato, compreendemos que o Porto das Barcas deve estar inserido em alguma das faces do Nordeste. Por essa razão, essa discussão relacionou-se com a identidade atribuída ou construída dentro do contexto da cidade de Parnaíba através do patrimônio cultural.

Em contrapartida, uma memória mais antiga, representada por um núcleo mais antigo, Testa Branca, encontra-se no esquecimento, uma vez que não resta materialidade, tanto quanto não inclui-se nesse cenário glorioso do passado, tal qual contém na história e na materialidade de Porto das Barcas. Nesse processo, emerge a relação entre os intelectuais piauienses e o Porto das Barcas, percebida através da análise das principais produções acadêmicas elaboradas em âmbito acadêmico a respeito desse bem cultural. Notamos que o produto final dessa relação entre os intelectuais e Porto das Barcas está relacionado com a sua atribuição no tempo. As produções historiográficas do Porto das Barcas apontam para uma projeção mais acentuada em relação ao passado, do que ao futuro. Nesse sentido, os espaços do Porto das Barcas estão mais associados à memória do passado, à lembrança dos tempos áureos. Em razão disso, percebe-se que o Porto das Barcas tornou-se um símbolo de progresso que deve reverberar no futuro sob o signo do patrimônio cultural associado ao turismo. Entretanto, essa perspectiva futura é pouco abordada no âmbito historiográfico.

Essas problematizações no âmbito da historiografia que correspondentes a apropriação do Porto das Barcas no tempo, desdobraram-se para o âmbito dos bens culturais através da semana de Arte Moderna de 1922, que deu margem a criação do IPHAN e também norteou as discussões para uma percepção pré-iphaliana e iphaniana dos bens culturais. A percepção pré-iphaliana é norteada pelas perspectivas construídas antes da criação da instituição, mas que direcionaram o sentido de patrimônio cultural

brasileiro. Como norteadores dessa percepção pré-iphaliana, literaturas mais antigas como Euclides da Cunha (1902) e Capistrano de Abreu (1998) serviram de base para pensar o tipo de Nordeste em que o Porto das Barcas se encontra, e sobretudo, os estereótipos formados sobre a região.

Podemos considerar que por meio dessa história regional, coube ao Porto das Barcas o título de patrimônio cultural através da legislação. Através da empreitada de grupos que primeiramente tiveram tal percepção quando tal espaço era somente um cortiço utilizado por famílias carentes que viviam da pesca nas margens do rio Igarçu quando o Porto das Barcas perdeu sua função comercial.

Todo esse passado que outrora delineado pelos intelectuais nos remete ao fato de que há um Nordeste e um Piauí propriamente iphaniano, isto é, com uma identidade historicamente construída pelas ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Enfim, um Nordeste e um Piauí de "excepcional valor", o que pode ser percebido mediante o tombamento de seis bens culturais entre 1938 e 1940, mormente inscritos nos livros de tomo de Belas Artes e no Histórico. Essa proposta de atuação iphaniana pode ser percebida no panorama do Nordeste ao privilegiar os bens de arquitetura luso-brasileira, mormente de "pedra e cal". Essas características eram expressas nos casarões, igrejas e demais edificações que, na fase heroica do IPHAN, tinham a função de representar a história da nação. Tal ação reflete no Piauí de maneira menos acentuada em relação aos outros estados nordestinos. Através da análise dos bens tombados na região Nordeste foi possível perceber que a instituição privilegiou os bens culturais situados nos estados da Bahia e Pernambuco, durante a fase heroica, de tal maneira que somente na década de 1980, houve a criação de um posto de trabalho do IPHAN, localizado em São Luís, mas que atendia ao Piauí.

Seguindo-se a esse contexto, durante a fase moderna do IPHAN, nota-se a importância da descentralização das políticas culturais para a ampliação da visibilidade e da perspectiva adotada em relação aos bens culturais. Se outrora o tombamento visava a construção da história nacional por meio da materialidade contida nas edificações, durante a fase moderna, com o tombamento de 14 bens em instância estadual – em que se encontra o Porto das Barcas no ano de 1986, percebe-se que a perspectiva de atuação estava mais relacionada ao desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento econômico das cidades. Para tanto, o Programa Cidades Históricas – PCH foi um projeto que impulsionou os resultados dessa descentralização, ampliando as ações para o tombamento em rede e a instalação da 1ª Sub-Regional do IPHAN em solo propriamente piauiense.

Essas ações em âmbito federal impulsionam o desenvolvimento de uma política cultural, notadamente piauiense. Entretanto, a cidade de Parnaíba sofreu com o distanciamento dessas políticas. Em razão disso, o Porto das Barcas permaneceu em estado de abandono, mesmo após seu apogeu econômico. Nessa realidade, nota-se um conflito entre a noção de patrimônio cultural nascente no estado e a noção de valores, sejam afetivos ou cognitivos, como aponta os estudiosos do patrimônio (MENESES, 2009; FONSECA, 2017; POSSAMAI, 1979). Ulpiano Bezerra de Meneses (2009) afirma que o patrimônio consiste numa categoria conflituosa formada no universo dos valores e estes, por sua vez, são pessoais e mutáveis. Percebe-se que a escolha do Porto das Barcas pela sociedade para representar a história, memória e identidade de Parnaíba representa também esse universo de valores que se destaca, de modo geral, mais no âmbito intelectual do que no âmbito da sociedade.

De maneira mais tardia, o município passou a desenvolver políticas públicas voltadas para o patrimônio cultural. Pode-se notar alguns pontos através da patrimonialização dos bens culturais no município, em especial o especial interesse a partir dos anos 2000, ainda que em 1993 tenha sido sancionada a primeira lei voltada para o patrimônio cultural do município. É notável também que o tombamento do Porto das Barcas expande a perspectiva dos bens culturais para além da estética colonial luso-brasileira. A área tombada contempla construções do século XVII ao século XX, composta por galpões portuários, chaminés e ruínas de fábricas que datam do século passado. Entretanto, os bens que constituem o patrimônio industrial são secundarizados, como pode ser visto no avançado estado de deterioração dos bens. Isso justifica-se pela causa primária da patrimonialização do Porto das Barcas: o desenvolvimento do turismo como uma alternativa propulsora da economia local, em que tem-se como atrativo aquilo que é comum a todas as cidades do Nordeste no que diz respeito aos bens culturais – traçados de característica que remetem ao período colonial brasileiro.

À vista desse interesse em âmbito estadual e municipal na patrimonialização dos bens culturais, o IPHAN propôs o tombamento em rede, ação pioneira que contemplou o centro histórico de Parnaíba, em que se situa o Porto das Barcas. Nesse processo iniciado em 2008 pela instituição, houve como resultado a elaboração de dossiês que possibilitaram compreender a percepção da instituição sobre o patrimônio cultural de Parnaíba e em especial, o Porto das Barcas. Através do tombamento em rede que objetivou salvaguardar o patrimônio cultural do estado e que remetia a história de sua fundação, o Porto das Barcas, junto a mais de 830 edificações do centro histórico

de Parnaíba foi inserido no livro de tombo Histórico e no livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Assim como o conceito de patrimônio permite-se ressignificar através do tempo, os usos do patrimônio também se ressignificam. Constata-se isso na apropriação do Porto das Barcas pelos intelectuais que tomam esse espaço como um símbolo do passado para impulsionar o progresso, mas também através da perspectiva das políticas públicas de apropriação desse bem, que a princípio conferia ao espaço o título de entreposto comercial e outrora, espaço de desenvolvimento do turismo local. Através dos usos turísticos, foi possível constatar que o Porto das Barcas, como espaço patrimonializado, ainda observa a mesma característica adotada pelo IPHAN, nos anos iniciais, de rememorar ao passado colonial brasileiro, como um contexto estereotipado, associado a um passado muitas vezes romantizado e, atualmente, "recriado" em função da atividade turística.

Vinculado a essa imagem, o cenário natural em que o Porto das Barcas se encontra, também foi fundamental para a sua patrimonialização. Mesmo com tantos decretos e leis voltados para a patrimonialização do Porto das Barcas, é possível constatar a falta de uma efetiva mediação cultural entre a sociedade e os bens culturais, seja nas instâncias federal, estadual ou municipal relacionadas a Porto das Barcas, principalmente com a comunidade que vive no entorno das edificações, vítimas do processo de gentrificação promovido a partir da década de 1980. Adia-se assim a resposta para eventuais perguntas a respeito do futuro desse bem cultural, seus usos e seu destino enquanto lugar de memória.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, **Capistrano de. Capítulos de história colonial: 1500-1800** / J. Capistrano de Abreu. -- Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- ABREU, R. M. R. M. **Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil**. In: TARDY, C. (Org.); DODEBEI, Vera (Org.). Memória e novos patrimônios. 1. ed. Marseille: OpenEdition Press, 2015. v. 1, p. 67-93. 2015.
- ALBUQUERQUE Jr., D. M. de. Nos destinos da fronteira: a invenção do Nordeste. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], n. 12, p. 139–146, 1996.
- \_\_\_\_\_, Durval Muniz de. **A Invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba: Academia Parnaibana de Letras, 1924- 1995.
- ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo. Parnaíba Historiografada: da cidade projetada a cidade habitada. **Vozes, Pretérito & Devir**. Teresina, Vol. VII, nº 1, 2017.
- AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.8, nº15, 1995, p.141-151.
- ANDERSON, Benedict. Censo, Mapa, Museu. In ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. 2a ed. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Mário de. **O turista aprendiz** / Mário de Andrade; edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos por Telê Ancona Lopez, Tatiana Longo Figueiredo; Leandro Raniero Fernandes, colaborador. – Brasília, DF: Iphan, 2015.
- BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BETHELL, Leslie. **História da América Latina**, vol 2, São Paulo, EDUSP, 1999.
- BEZERRA, Márcia. Patrimônio e educação patrimonial. **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Org. Aline Carvalho e Cristina Meneguello. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Embratur 50 anos: uma trajetória do turismo no Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2016.
- \_\_\_\_\_, **Carta de Turismo Cultural. Bruxelas** – Bélgica, 1976.
- \_\_\_\_\_, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989** / Peter Burke; tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CAMPBELL, C. J. Quatro pescadores, Orson Welles e a invenção do Nordeste brasileiro: Four fishermen, Orson Welles, and the making of the Brazilian Northeast. **Revista Nordestina de História do Brasil**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 107-139, 2019.

CAPEL, H. **El patrimonio: la construcción del pasado y del futuro**. Ediciones del Serbal, Barcelona, 2014.

CARSALADE, Flávio. **Bem**. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

CARTA DE PETRÓPOLIS (1987) – **1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos**. In: IPHAN – Caderno de Documentos nº 3: Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995.

CARTA DE WASHINGTON (1986) – **Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS**. In: IPHAN – Caderno de Documentos nº 3: Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995.

CHAVES, pe. Joaquim. **Obras Completas**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1998.

CHUVA, Márcia. **Os Arquitetos da Memória: construção de um Patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil – anos 30 e 40**. [Tese]. Doutorado em Niterói: UFF, 2017.

CIARLINI, Rafael. **A identidade de um povo**. In: HISTÓRICA. Parnaíba: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba, ano 1, n. 1, abr. 2008, p. 13-14.

Constituição (1934). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1934.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA USP. **Convenção de Haia para a Proteção de Bens Culturais em caso de Conflito Armado de 1954**. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-%C3%A0-Cultura-e-a-Liberdade-de-Associa%C3%A7%C3%A3o-de-Infirma%C3%A7%C3%A3o/convencao-para-a-protecao-dos-bens-culturais-em-caso-de-conflito-armado-convencao-de-haia.html>>. Acesso em: 22 jan. 2023.

CORREIA, Sandra Rafaela Magalhães. **O Programa de Cidades Históricas (PCH): Por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural - 1973/1979**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

COSTA, F A Pereira da. **Cronologia histórica do Estado do Piauí desde os seus primitivos tempos até a proclamação da República em 1889**. Recife, PE: Tipografia do Jornal do Recife, 1974.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

DODEBEI, V.; FARIAS, F. R. de; GONDAR, J. **Revista Morpheus** (Número especial: Por que memória social?). *Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares em Memória Social*, [S. l.], v. 9, n. 15, 2016.

DURÃO, Antônio José de Moraes. **A descrição da Capitania de São José do Piauí, 15 de julho de 1972.** (Antônio José de Moraes, Ouvidor da Capitania de São José)

FAVIANO, Giovana Beraldi et al. Caio Prado Júnior e os sertões, de Euclides da Cunha. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.** 2012, n. 54, pp. 189-194.

FERREIRA, Jurandir Pires. **Enciclopédia dos Municípios brasileiros.** Conselho Nacional de Geografia e Nacional de Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 1958.

FIGUEIREDO, Diva Maria Freire. **O monumento habitado: a preservação de sítios históricos na visão dos habitantes e dos arquitetos especialistas em patrimônio. O caso de Parnaíba.** 2001. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

FINGER, A. E. Redes de Proteção ao Patrimônio. In: **I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural.** Ouro Preto: Iphan/MinC, 2008.

FOLHA DO LITORAL. Parnaíba: [s.n.], ano 20, n. 1733, 1980.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste.** 1 ed. Digital. São Paulo. 2018.

FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime (org.) **Turismo e patrimônio cultural.** São Paulo. Ed. Contexto, 2005.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... cidades – beiras (1850-1950).** Teresina: EDUFPI, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. Os limites do Patrimônio Associação Brasileira de Antropologia. **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos I.** Organizadores: Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão, Comelia Eckert. - Blumenau: Nova Letra, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

\_\_\_\_\_, José Reginaldo dos Santos. **O Mal-Estar no Patrimônio: identidade, tempo e destruição.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan.-jun. 2015.

\_\_\_\_\_, José Reginaldo dos Santos. Patrimônio, espaço público e cultura subjetiva. **A antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus** [ebook] / Organização Izabela Tamaso, Renata de Sá Gonçalves, Simone Vassallo. - Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019.

GORELIK, Adrian. **A produção da “cidade latino-americana”.** In.: Jornada Rede de Intelectuais e história social da cultura. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2003.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. **Bem cultural.** In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

HANDLER, Richard. **On having a culture: nacionalism and preservation of Quebec's patrimoine.** In STOCKING Jr, George W. *Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture.* London: University of Wisconsin Press, 1985.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade. Presentismo e experiências no tempo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Ocupação do Piauí durante os séculos XVIII e XIX.** Dossiê de tombamento. Teresina: IPHAN, 2008.

IPHAN. **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII: conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba.** Teresina: IPHAN-PI, 2008.

\_\_\_\_\_, A. E. **O Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba como uma das Cidades do Piauí Testemunhas da Ocupação do Interior do Brasil Durante o Século XVIII.** Patrimônio: Práticas e Reflexões. Rio de Janeiro: IPHAN, v.4, p. 69-84, 2010.

\_\_\_\_\_, **A ocupação do Piauí durante os séculos XVIII e XIX.** Teresina: IPHAN, 2008.

\_\_\_\_\_, **Ata da 58ª Reunião do Conselho Consultivo do patrimônio Cultural – IPHAN** de 11 de setembro de 2008– Arquivo Noronha Santos/IPHAN Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_, **A ocupação do Piauí durante os séculos XVIII e XIX.** Teresina: IPHAN, 2008.

\_\_\_\_\_, **Ata da 58ª Reunião do Conselho Consultivo do patrimônio Cultural – IPHAN** de 11 de setembro de 2008– Arquivo Noronha Santos/IPHAN Rio de Janeiro, 2008.

JULIANO, Tiago. Turismo e Patrimônio. **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos.** Org. Aline Carvalho e Cristina Meneguello. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

KISHIMOTO, Deborah Padula. **Gestão do patrimônio cultural: estratégias de preservação do patrimônio cultural na cidade de Parnaíba – PI** / Deborah Padula Kishimoto – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

KNAUSS, Paulo. **A cidade como sentimento: história e memória de um acontecimento na sociedade contemporânea - o incêndio do Gran Circus Norte-Americano em Niterói, 1961.** *Revista Brasileira de História* [online]. 2007, v. 27, n. 53, pp. 25-54.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto. Ed. PUC - Rio, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace.** Ed anthropos. Paris, 1974.

LOPES, Katuscy da Rocha. **Arte Santeira do Piauí: entalhando imaginários** / Katuscy da Rocha Lopes – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014.

MELO, Neuza Brito de Arêa Leão. **O ecletismo parnaibano: hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX**. Parnaíba: Edufpi, 2012.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. In: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 2009, Ouro Preto. Anais... Ouro Preto: Iphan, 2009. p. 25-39.

MORAIS, Erasmo Carlos Amorim. **Memória do cais: Parnaíba, a cidade, o rio e a prostituição (1940-1960)**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, 2012.

MOTT, L. R. B. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portella. 1985.

NORA, Pierre. **Entre a Memória e a História: A problemática dos lugares**. Projeto História, Vol. 10. São Paulo, 1993.

NORTE DO PIAUÍ. Parnaíba: [s.n.], ano 12, n. 1820, jan. 1980

NUNES, Odilon, **Pesquisa para a história do Piauí: Pré-história. Primeiros contatos com a terra. Primórdios da colonização e ausência de governo**. / Odilon Nunes - Teresina: FUNDAPI: Fund. Monsenhor Chaves, 2007.

\_\_\_\_\_, Odilon. **Economia e Finanças (Piauí Colonial)**. Teresina: COMEPI, 1972.

OLIVEN, R. G. . O Nacional e o Regional na Construção da Identidade Brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, p. 68-74, 2011.

PARNAÍBA. Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 1.775, de 23 de março de 2001.

\_\_\_\_\_, **Parecer do Conjunto Arquitetônico do antigo Porto das Barcas**. Parnaíba: IPHAN, 1979.

\_\_\_\_\_, Prefeitura Municipal. Ofício nº 14/1979. Parnaíba: Prefeitura Municipal, 1979.

\_\_\_\_\_, Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 1.413, de 04 de outubro de 1993.

\_\_\_\_\_, Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 1.908, de 11 de março de 2003.

PEDRAZZANI, Viviane. **Patrimônio cultural de Teresina (PI): o processo de preservação nas décadas de 1980 e 1990**. 2005. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

PEREIRA, Julia Wagner. **Nem heróico nem moderno: a construção do “Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” na gestão de Renato Soeira no IPHAN (1967-1979)**. In: Programa de Especialização em Patrimônio – Artigos (2005 e 2006) / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil), Coordenação- Geral de Pesquisa e Documentação. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2011.

PERINOTTO, Riani Costa; SANTOS, André Pereira. **ti**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, vol. 5, núm. 2, mayo-agosto, 2011, pp. 201- 225.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Esboços: histórias em contextos globais**, Florianópolis, v. 11, n. 11, p. pp. 25-30, jan. 2004.

\_\_\_\_\_, Sandra Jatahy. Gaúcho: mito e história. **Letras de hoje**. Porto Alegre. N. 77 (set. 1989), p. 55-63.

\_\_\_\_\_, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIAUÍ. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4.449, de 1984. Teresina: Câmara dos Deputados, 1984. Caixa 136. Lote 60.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Rio de Janeiro, **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: [http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf). Acesso em: 16 jul. 2020.

PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

POSSAMAI, Z. R. (2018). **O lugar do patrimônio na operação historiográfica e o lugar da história no campo do patrimônio**. *Anos 90*, 25(48), 23–49.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

PUBLIX, Instituto. “**Um Sistema Nacional do Patrimônio Histórico: Painel Gestão da Cultura**”, II Congresso do CONSAD, Brasília, março de 2009. Disponível em: <[http://www.institutopublic.org.br/Painel\\_65\\_Um\\_Sistema\\_Nacional\\_do\\_Patrimonio\\_Historico.pdf](http://www.institutopublic.org.br/Painel_65_Um_Sistema_Nacional_do_Patrimonio_Historico.pdf) > Acesso em: 18 jun. 2022.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. **Dos Sertões aos mares: História do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)**. (Tese Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2010.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 11 ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **Geografia Regional do Brasil** / Aristotelina Pereira Barreto Rocha, Márcia Silva de Oliveira. – 2. ed. – Natal, RN: EDUFRRN, 2011.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. 2ªed. – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação e restauro urbano: intervenções em sítios históricos industriais**. 1. ed. São Paulo: UNIFESP, 2020.

SANT'ANNA, Marcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Carnaúba, pedra e barro na capitania de São José do Piauí**. Belo Horizonte, 2007.

SOTERO, J. A.; PERINOTTO, A. R. C. **Análise Histórica Da Comunicação Turística Em Parnaíba-PI: O Poder Público Em Questão**. *Revista Hospitalidade*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 110–142, 2016.

SOTRATTI, M. A. **A ideologia espacial na patrimonialização e gestão de bens culturais em áreas gentrificadas**. *Boletim Campineiro De Geografia*, 6(2), 303–323.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial. Nizhny Tagil: TICCIH, 2003.

**TOMBAMENTO**, In: DICIONÁRIO da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 1998. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dIDLPO>.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VERAS, Alexandra Sablina do Nascimento. **Usos do passado, memória e apropriações do patrimônio industrial de Parnaíba, Piauí (1940, 1970- 1980, 2000-2019)** / Alexandra Sablina do Nascimento Veras. – 2020. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2020.

VIEIRA FILHO, Dalmo. Introdução. In IPHAN. **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII** - Conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba. 19 SR/PI: Teresina, 2009.

\_\_\_\_\_, Dalmo. **Textos de Trabalho**. Brasília: 2011.

WEHLING, Arno. **Formação do Brasil Colonial** / Arno Wehling, Maria José C. de M.Wehling. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.